



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JACYANE DANTAS DE SOUSA

**DISCURSO, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA ARQUEGENEALOGIA DA
BANDEIRA E DAS CORES NACIONAIS**

JOÃO PESSOA, PB

2023

JACYANE DANTAS DE SOUSA

**DISCURSO, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA ARQUEGENEALOGIA DA
BANDEIRA E DAS CORES NACIONAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Discurso e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Braga.

JOÃO PESSOA, PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725d Sousa, Jacyane Dantas de.

Discurso, identidade e subjetividade : uma
arqueogenealogia da bandeira e das cores nacionais /
Jacyane Dantas de Sousa. - João Pessoa, 2023.
111 f. : il.

Orientação: Amanda Braga.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Discurso. 2. Bandeira brasileira. 3. Identitário
brasileiro. 4. Identidade nacional. 5. Nacionalismo. I.
Braga, Amanda. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82-5(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
JACYANE DANTAS DE SOUSA**

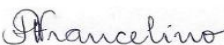
Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três (17/07/2023), às catorze horas e trinta minutos, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada **“Discurso, identidade e subjetividade: uma arqueogenealogia da bandeira e das cores nacionais”**, apresentada pelo(a) mestrando(a) **JACYANE DANTAS DE SOUSA**, Licenciado(a) em **Letras** pelo(a) **Universidade Federal da Paraíba - UFPB**, que concluiu os créditos para obtenção do título de MESTRE(A) EM LINGUÍSTICA, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do(a) Prof(a). Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof(a). Dr(a). Amanda Batista Braga (PROLING - UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(a)s Professores(as) Doutores(as) Pedro Farias Francelino (Examinador/PROLING-UFPB) e Israel de Sá (Examinadora/UFU). Dando início aos trabalhos, o(a) senhor(a) Presidente Prof(a). Dr(a). Amanda Batista Braga convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) Mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido(a) pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, ao qual foi atribuído o conceito **APROVADA**. Proclamados os resultados pelo(a) professor(a) Dr(a). Amanda Batista Braga, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 17 de julho de 2023.

Observações

A dissertação é bem consolidada tanto em termos teóricos, quanto em termos analíticos. A problemática abordada é atual, relevante e agrega à compreensão dos usos e funcionamentos discursivos dos símbolos nacionais, representando uma contribuição não apenas acadêmica, mas também política e social. A escrita é organizada e obedece aos preceitos da redação acadêmica. Assim sendo, a banca recomenda a publicação dos resultados da pesquisa.

Documento assinado digitalmente
AMANDA BATISTA BRAGA
Data: 17/07/2023 21:33:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Amanda Batista Braga
(Presidente da Banca Examinadora)


Prof(a).Dr(a). Pedro Farias Francelino
(Examinador)


Prof(a). Dr(a). Israel de Sá
(Examinador)

Cidade Universitária – Campus I58051-970. João Pessoa – PB
Caixa Postal: 5070 Fone/fax: (83) 3216-7745
E-mail: proling@cchla.ufpb.br www.cchla.ufpb.br/proling

Dedico este trabalho a todos que reconhecem a relevância das pesquisas acadêmicas desenvolvidas nas universidades públicas do Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Jesus, por ser o exemplo que me encoraja a quebrar barreiras e a construir pontes através do amor; por me inspirar a ser melhor e por me apresentar o sentido da minha existência.

Aos meus pais, Noêmia Ananias Sousa e José Dantas Viana, por todo o cuidado a mim dedicado; por me encorajarem e por confiarem nas minhas escolhas, estando sempre tão pacientemente prontos para me receber ao final de todas elas. Vocês me ensinam sobre a simplicidade e a doação diária ao outro.

Aos meus irmãos, Jailton, Joseilma, Juliana, Joseane e Joseilton, por serem os meus mais fiéis companheiros e por me amarem, cada um à sua maneira, nos bons e nos difíceis momentos. Gratidão por inscreverem um pouco de vocês em mim.

A minha orientadora, Amanda Braga, por me conduzir tão zelosamente ao longo das minhas produções acadêmicas e por confiar nesta pesquisa. Obrigada por me ensinar, através do exemplo, sobre competência profissional e, acima de tudo, sobre respeito.

A minhas amigas, Rejane e Agina, por me ouvirem e me aceitarem nas mais diferentes fases deste processo. E a Maria Luiza por ter sido apoio constante, guiando-me em todos os momentos e me encorajando a enfrentar todos os desafios acadêmicos.

Ao Observatório do Discurso e à Luiza, Thainá, Emília, Myllena, Bruna, Rayane e Leyla por todas as discussões teóricas e pelas experiências compartilhadas. Obrigada por me ofertarem afeto e constante atenção.

Aos professores Israel de Sá e Pedro Francelino pela disponibilidade e por todas as contribuições dadas a esta pesquisa.

RESUMO

Considerando o discurso como um lugar estratégico no interior do qual funcionam as relações de poder e de saber, bem como a produção de subjetividades, esta pesquisa propõe empreender uma arqueogenealogia da bandeira brasileira e das cores nacionais como símbolos de uma identidade nacional e como elementos constitutivos do dispositivo identitário brasileiro. O intuito será o de demonstrar o funcionamento discursivo de tais elementos mediante sua espessura histórica para assim apontar a produção de subjetividades que daí decorre, fazendo valer as ideias de nação, nacionalismo e patriotismo. Para tanto, buscaremos interrogar a materialidade discursiva desses símbolos brasileiros a respeito de suas condições históricas de emergência, objetivando apontar em seu funcionamento as formas de dizibilidade, de conservação, de memória, de reativação e de apropriação dos enunciados que os discursivizam. Trata-se de um roteiro que tem início com a bandeira do Reino de Brasil, em 1822, que passa pela bandeira brasileira proposta em 1889, popularizada pelo campo esportivo na década de 70, e que deságua em enunciados produzidos em nossos dias, particularmente aqueles que disputam a bandeira brasileira no campo político desde as chamadas *jornadas de junho*, em 2013. Pelo percurso de análise proposto, e considerando que o dispositivo identitário é composto por elementos heterogêneos, o *corpus* da pesquisa compreende enunciados formulados em gêneros discursivos diversos, como leis, Decretos, notícias e postagens em redes sociais. Com isso, será possível demonstrar a atuação do dispositivo identitário em nossos dias e, conseqüentemente, a produção de sujeitos brasileiros. Como fundamentação teórico-metodológica, esta pesquisa parte dos Estudos Discursivos Foucaultianos em diálogo com os Estudos Culturais.

Palavras-chave: Discurso. Bandeira. Dispositivo. Identidade. Subjetividade.

ABSTRACT

Considering discourse as a strategic place within which power and knowledge relations function, as well as the production of subjectivities, this research proposes to undertake an archeogenealogy of the Brazilian flag and national colors as symbols of a national identity and as constitutive elements of the Brazilian identity device. The intention will be to demonstrate the discursive functioning of such elements through their historical thickness in order to point out the production of subjectivities that result from it, asserting the ideas of nation, nationalism and patriotism. Therefore, we will seek to interrogate the discursive materiality of these Brazilian symbols regarding their historical conditions of emergence, aiming to point out in their functioning the forms of sayability, conservation, memory, reactivation and appropriation of the statements that discursively express them. It is a script that begins with the flag of the Kingdom of Brazil, in 1822, which passes through the Brazilian flag proposed in 1889, popularized by the sports field in the 70s, and which flows into statements produced in our days, particularly those who have been disputing the Brazilian flag in the political field since the so-called June Days, in 2013. Through the proposed path of analysis, and considering that the identity device is composed of heterogeneous elements, the research corpus comprises statements formulated in different discursive genres, such as laws, decrees, news and social media posts. With this, it will be possible to demonstrate the performance of the identity device in our days and, consequently, the production of Brazilian subjects. As a theoretical-methodological foundation, this research starts from Foucauldian Discursive Studies in dialogue with Cultural Studies.

Keywords: Discourse. Flag. Device. Identity. Subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - MICHEL FOUCAULT E OS ESTUDOS DO DISCURSO	14
1.1 Foucault e o Discurso	14
1.2 O saber	17
1.3 O poder e o sujeito	22
1.4 Arqueogenealogia	28
CAPÍTULO 2 - DISPOSITIVO IDENTITÁRIO	32
2.1 Dispositivo e subjetividade	32
2.2 Dispositivo e identidade	35
2.2.1 Identidade	36
2.2.2 Identidade Cultural Nacional	40
2.2.3 Dispositivo identitário nacional	44
2.3 Nação	45
2.4 Nacionalismo	51
2.4.1 Nacionalismo e Patriotismo	54
2.5 O dispositivo identitário brasileiro	58
CAPÍTULO 3 - BREVE ARQUEGENEALOGIA DA BANDEIRA E DAS CORES OFICIAIS DO BRASIL	63
3.1 Bandeira e cores: símbolos nacionais	65
3.2 Uma nova nação e um novo sujeito brasileiro por meio dos símbolos no Período Imperial	67
3.3 Período republicano: o novo da bandeira e das cores nacionais	73
3.4 O autoritarismo e o funcionamento da bandeira enquanto símbolo nacional	77
3.5 A subjetividade produzida pela bandeira e pelas cores nacionais no cenário político atual	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107

Nenhum povo vive sem uma teoria de si mesmo.

Darcy Ribeiro

INTRODUÇÃO

O fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, marca o início de uma reestruturação dos continentes, uma vez que tal acontecimento aponta para o declínio das dinastias e, conseqüentemente, para o surgimento das primeiras nações. Entende-se por nação não apenas um território bem demarcado, mas sim um lugar que sustenta e delimita uma identidade, ou seja, um lugar que produz e reproduz um discurso sobre si mesmo. A delimitação desse discurso é ponto comum dentre as teorias que discutem a ideia de nação, tanto para aquelas que priorizam questões objetivas como raça, território e língua, como a de Gellner (1993), bem como para aquelas mais subjetivas, que estabelecem a necessidade de uma escolha coletiva, como as de Renan (1997) e Anderson (2008).

Gellner (1993), um dos mais influentes teóricos da temática, expõe que a identidade nacional é construída a partir de um teto-político delimitado pelo Estado, que visa subordinar diferenças em prol de uma unidade. Contudo, essa tese passa a ser questionada por destinar ao Estado um papel quase que exclusivo sobre a construção de uma identidade. Publicações posteriores indicam que até mesmo ao aceitarem tal teto-político, diferentes agentes sociais também agenciam a produção dessa identidade.

Dessa forma, esta pesquisa apresenta-se enquanto meio para investigar os mecanismos através dos quais essa identidade nacional se consolida. Se ela não emerge por um papel exclusivo do Estado, quais seriam os outros agentes responsáveis por sua sustentação? Como eles se organizam? De que forma atuam? Essas perguntas, em um primeiro momento, tornam possível desnaturalizar uma prática discursiva que, embora esteja nos cercando quase que constantemente, é ainda pouco verificada.

Hall (2006) defende que o discurso nacional precisa ser visto como um dispositivo discursivo que visa encobrir diferenças e divisões por meio de uma identidade. Explorando as relações teóricas entre os Estudos Culturais e os Estudos Discursivos Foucaultianos, este trabalho considera o conceito de dispositivo tal como definido por Foucault (1979) para, assim, evidenciar o funcionamento de um dispositivo identitário na produção dessa identidade nacional. Considerar a atuação desse dispositivo é reconhecer que identidades nacionais não são naturais, mas sim discursos estrategicamente construídos a fim de subjetivar cidadãos. Esse dispositivo, conforme Foucault (1979), é composto por diferentes elementos que se organizam e que atuam com o intuito de responder a uma urgência. Neste trabalho, caracterizaremos o funcionamento desse dispositivo identitário brasileiro, composto pelos

mais diferentes elementos, discursivos e não discursivos, e sua atuação em prol da produção de posições a partir das quais os sujeitos brasileiros podem se subjetivar.

Mas como poderíamos examinar o funcionamento desse dispositivo sendo ele composto por discursos, instituições, normas, leis, costumes, símbolos, dentre outros elementos? A primeira estratégia metodológica necessária ao desenvolvimento da pesquisa foi a definição dos elementos através dos quais poderíamos detectar a atuação desse dispositivo. A escolha guiou-se pela busca de elementos que pudessem não esgotar sua descrição, mas que proporcionasse a verificação daquilo que é central à existência de um dispositivo de poder e de saber: a produção de subjetividades. Por essa razão, bem como pela consideração do cenário político brasileiro tal como ele se apresenta pelo menos desde 2013, destacaremos o funcionamento desse dispositivo por meio de uma arqueogenealogia da bandeira e das cores oficiais do Brasil.

Isto porque os símbolos oficiais de um país são um dos principais meios para propagar uma unidade nacional. Uma bandeira nacional deixa de ser um simples pano colorido e torna-se um objeto digno de veneração e respeito justamente pelo discurso que materializa no interior do dispositivo que lhe comporta. Esse discurso emerge graças às relações de poder e de saber existentes, sendo o discurso, portanto, o lugar no qual se pode analisar essas condições de emergência.

Partindo dessas considerações, esta pesquisa objetiva empreender uma arqueogenealogia da bandeira brasileira e das cores nacionais como símbolos de uma identidade nacional e como elementos constitutivos do dispositivo identitário brasileiro mediante sua espessura histórica, para assim demonstrar a produção de subjetividades que daí decorre. Com isso, faz-se necessário interrogar a materialidade discursiva desses símbolos brasileiros a respeito de suas condições históricas de emergência, objetivando apontar em seu funcionamento as formas de dizibilidade, de conservação, de memória, de reativação e de apropriação dos enunciados que as discursivizam. Trata-se de um roteiro que tem início com a bandeira do Reino de Brasil, em 1822, que passa pela bandeira brasileira proposta em 1889, popularizada pelo campo esportivo na década de 70, e que deságua em enunciados produzidos em nossos dias, particularmente aqueles que disputam a bandeira brasileira no campo político desde as chamadas *jornadas de junho*, em 2013.

Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresentaremos algumas das ferramentas teóricas e metodológicas desenvolvidas pelos Estudos Discursivos Foucaultianos, esclarecendo principalmente aquelas que são basilares a esta pesquisa, como discurso, saber, poder e sujeito. Considera-se, desde já, que desenvolver a arqueogenealogia

desses símbolos requer uma investigação das condições de emergência do discurso, bem como das relações de saber e poder que possibilitam seu aparecimento.

Não há como avançar no entendimento da constituição de uma identidade nacional sem compreender os caminhos pelos quais se pode examinar a constituição de saberes e poderes no meio social. Além disso, é preciso situar-se diante da vasta obra foucaultiana para, dessa forma, assimilar o processo de subjetivação central a esta pesquisa.

O segundo capítulo discutirá mais detalhadamente aquilo que se entende por dispositivo de saber e poder para, posteriormente, expor aquilo que definiremos como dispositivo identitário. Os dispositivos não foram dados por Foucault, ou seja, não houve uma listagem daqueles existentes e, por esse motivo, sua captação deve ser feita por meio da verificação do seu funcionamento. O dispositivo identitário será compreendido a partir dos resultados que alcança e dos elementos que mobiliza para isso.

Após esses pontos, será possível compreender alguns dos elementos desse dispositivo, como, por exemplo, a ideia de nação, além de alguns dos resultados decorrentes do seu funcionamento, como o nacionalismo e o patriotismo. Neste ponto, tornar-se-á imprescindível delimitar tais conceitos, uma vez que muitos deles são vistos como sinônimos. Elucidar tais definições possibilitará o desenvolvimento mais claro da análise proposta por esta pesquisa.

Em seguida, por examinarmos esse dispositivo identitário por meio da realidade do Brasil, far-se-á uma breve apresentação do dispositivo identitário brasileiro como forma de ilustrar a dinamicidade dos elementos que o compõem. Longe da busca em apresentar uma descrição que o esgote, pretende-se demonstrar que o processo de subjetivação ocorre a partir de uma movimentação estratégica dos mais variados meios, discursivos e não discursivos, não sendo, portanto, algo decorrente da atuação isolada de um deles.

No terceiro e último capítulo, será desenvolvida uma arqueogenealogia da bandeira e das cores nacionais ao longo da história do Brasil. Neste ponto, após a compreensão de como o dispositivo se atualiza e se reorganiza diante das urgências encontradas, perceber-se-á que não se pode descrevê-lo por meio da limitação de gêneros textuais/discursivos ou suportes. Por essa razão, a seleção dos gêneros dar-se-á de acordo com seu exercício e circulação em cada momento histórico, adotando a análise daqueles mais representativos em cada período.

Assim, parte-se do cenário da independência, em 1822, verificando as condições nas quais esses símbolos nacionais emergem e as formas que os determinam enquanto representativos da nova nação. Durante o período republicano, aponta-se a atualização necessária desses elementos para que continuem a agenciar a produção de sujeitos brasileiros. Em seguida, toma-se o fomento da bandeira, a partir da sua ritualização, e a popularização das

cores nacionais durante períodos autoritários da história do país. Por fim, explora-se a disputa em torno da apropriação desses símbolos na atualidade, mais precisamente a partir das chamadas *jornadas de junho*, percorrendo toda a reativação desses elementos até as eleições presidenciais de 2022.

Em todas essas etapas, interroga-se esse arquivo a partir das formas de dizibilidade, de conservação, de memória, de reativação e de apropriação desses discursos. Dessa forma, será possível verificar a atuação desse dispositivo identitário e, conseqüentemente, a produção de sujeitos brasileiros.

CAPÍTULO 1 - MICHEL FOUCAULT E OS ESTUDOS DO DISCURSO

Esta pesquisa desenvolver-se-á por meio dos Estudos Discursivos Foucaultianos, motivo pelo qual iremos fazer, a princípio, um breve percurso histórico da obra do francês, evidenciando as fases de seu trabalho e a centralidade do discurso em seu pensamento. Em seguida, detalharemos conceitos como discurso, sujeito, saber e poder por meio de um aprofundamento das fases arqueológica e genealógica. Por fim, poderemos demonstrar como tais conceitos culminam no método arqueogenealógico. Apenas após esse passo é que poderemos analisar a construção de uma identidade nacional que atua na conformação de práticas discursivas e na subjetivação de sujeitos brasileiros.

1.1 Foucault e o Discurso

Antes de detalharmos os conceitos de Michel Foucault que funcionarão como norteadores deste trabalho, julgamos necessário apresentarmos um breve percurso da obra desse autor e sua consequente relação com a Análise do Discurso. Essa elucidação se faz necessária justamente pelo fato de Foucault ter formulado pressupostos capazes de reestruturar as bases dessa disciplina, mesmo sem ter como foco primário atender às suas limitações.

Foucault posiciona-se desde muito cedo no mundo da filosofia, visando entender melhor o funcionamento dos saberes em torno das ciências humanas. Segundo Dosse (2018a), é a partir da publicação de sua tese de doutorado, em 1961, na França, que Foucault assume lugar de destaque entre os grandes pesquisadores da época. A obra *História da loucura na Idade Clássica* propôs alcançar o grau zero da história da loucura, correspondendo à temática estruturalista daquele período. Tal publicação, além de expor uma trajetória do *status* da loucura, indo desde algo impensado para um posterior motivo de exclusão, também serve para revelar as finalidades da obra foucaultiana daquele momento em diante: fazer ressurgir os esquecidos pela história, mudar a lógica das verdades e dos pensamentos prontos, dar voz aos excluídos e aos não-heróis.

Em 1963, é lançado o seu segundo grande trabalho: *O nascimento da clínica*. Aqui, Foucault continua dentro de temas ligados à medicina, mas agora evidencia a construção do discurso médico e a forma como determinadas situações históricas modificaram-no. Além de voltar-se para o avesso daquilo que normalmente era visto, temos cada vez mais a fixação de um novo jeito de observar a história: através das discontinuidades e das rupturas.

Historiadores positivistas acreditavam numa constante evolução dos acontecimentos, enquanto Foucault vem propor observar as transformações como um momento no qual uma positividade desaparece ao passo que outra assume seu lugar. É, então, que o princípio da descontinuidade histórica passa a conduzir a obra desse francês, propondo apontar as condições históricas que marcam cada uma dessas descontinuidades (DOSSE, 2018a).

Essa aproximação com a história fez Foucault distanciar-se das ideias difundidas pelo grupo althusseriano, visto que estes, liderados principalmente por Michel Pêcheux¹, estavam focados naquilo que se desenhava para a Análise do Discurso ainda em seu surgimento, isto é, focados na análise que dava conta de um sujeito afetado por sua ideologia. Foucault não só evita o termo ideologia como também, ao adotar as contribuições de Nietzsche, sugere a percepção de um sujeito construído no interior das relações de saber e de poder, considerando os discursos historicamente produzidos nesse ínterim.

Dessa forma, a história é parte indissociável do discurso, pois “se essa história é constituída pelo discurso, a relação entre linguagem, história e sociedade está na base das suas reflexões” (GREGOLIN, 2006, p. 59). É dentro desse campo que o teórico passa a desenvolver os principais conceitos daquela que é vista como a primeira fase da sua obra: a fase arqueológica. Alguns desses apontamentos surgem melhor desenhados em *As palavras e as coisas* (1966), dado que há o fortalecimento de um olhar que está voltado às condições exteriores que passavam a determinar, através dos discursos, as práticas humanas.

Durante esse período, Foucault apresentava um estruturalismo próprio, um estruturalismo distante das estruturas fixas (DOSSE, 2018a). Contudo, a sua obra sempre circulava com o prestígio e o alcance do mais autêntico estruturalista. É por essa visibilidade, e por todo abalo que seus conceitos provocavam, que ele passa a receber críticas. Gregolin (2006) cita que Pêcheux, preocupado em expor uma teoria que expressasse fundamentalmente uma posição política, desaprova a ausência das concepções marxistas na obra foucaultiana. Diante disso, disposto a responder às lacunas existentes nos seus trabalhos até aquele momento, Foucault desenvolve a obra mais importante dessa sua primeira fase: *A arqueologia do saber* (1969).

Através dela, Foucault posiciona de vez o discurso na posição de produto das relações exteriores. Como aponta Dosse (2018b), não há mais uma análise voltada ao conteúdo do discurso, mas sim às suas condições de possibilidade, tomando o enunciado em sua

¹ Não cabe a esta pesquisa desenvolver uma problematização sobre a obra de Pêcheux. As colocações apresentadas servem apenas como base de contextualização para entendermos as singularidades da obra foucaultiana.

materialidade linguística para analisá-lo como um acontecimento discursivo. Portanto, estuda-se a emergência do enunciado para, conseqüentemente, reconhecê-lo enquanto acontecimento.

Através da investigação desses acontecimentos, Foucault aponta para a formação dos saberes de dado momento histórico. Ele não está preocupado em descobrir a origem dos discursos, mas as regras que determinam a sua emergência e a sua atualização. Um discurso que será marcado pela presença de uma formação discursiva capaz de reconhecer uma semelhança e, assim, estabelecer uma unidade entre diferentes enunciados. Portanto, segundo Foucault, o discurso nada mais é do que um conjunto de enunciados unidos por uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008). Assim temos uma análise presa ao que propriamente foi dito e às condições que determinaram sua emergência. É por essa investigação das possibilidades de enunciação que Foucault expõe que a formação do saber deve ser colocada diante das relações de poder que a formam.

Essas relações de poder que atuam na construção dos saberes passam a ser perscrutadas mais claramente com a publicação do texto *A ordem do discurso* (1970). Com ele, temos a exposição da relação entre discurso e poder, e é justamente por isso que tal escrito introduz a temática que marca a segunda fase de Foucault: a fase genealógica. Nesse momento, a produção do filósofo visa demonstrar que as regras que determinam essas condições de produção do discurso não surgem ao acaso, pois são regras que, ao determinar o que pode ou não ser dito, exercem poder sobre o discurso (FOUCAULT, 1996).

A genealogia foucaultiana busca evidenciar a articulação entre o discurso e o poder, sem jamais distanciá-los da história. Essa premissa fica ainda mais clara no livro *Vigiar e punir* (1975), pois há nele uma exposição dos mecanismos de controle do corpo humano que, ao ser visto como meio de produção, passa a ser vigiado, controlado e, assim, disciplinado. Porém, essa vigilância invisível e ininterrupta, que é a princípio encontrada apenas nas fábricas e prisões, espalha-se no cotidiano dos indivíduos. Portanto, temos a análise de um poder que não é próprio de algo ou de alguém, mas um poder que circula e que só existe no momento no qual é exercido (FOUCAULT, 2013).

Foucault (1979) defende a ideia de um poder descentralizado, um poder que só é exercido mediante a possibilidade de resistência, ou seja, só há o exercício do poder no momento no qual o indivíduo, tendo a chance de resistir, ainda tem o seu corpo moldado por esse poder. Justamente por isso, a fase genealógica caracteriza-se pela relação de saberes e poderes, sendo esse poder algo que se espalha pela sociedade através de micropoderes. Além

disso, é nessa fase que surgem os conceitos de biopoder e biopolítica: mecanismos de controle de massas através do monitoramento do ser humano.

Interessa a esta pesquisa uma análise do nosso objeto através do método arqueogenealógico, ou seja, através da junção dos conceitos dessas duas fases. Por essa razão, aprofundaremos tais conceitos em tópico futuro. No momento, cumpre destacar que a fase genealógica cumpriu com o papel de fundamentar ainda mais a perspectiva da formação de um discurso através das suas exterioridades.

A partir de 1980, Foucault passa a dedicar-se àquela que é vista como a fase mais distinta de sua obra: a ética de si. Nessa fase, Foucault busca destacar as maneiras pelas quais o indivíduo se constitui enquanto sujeito moral de suas próprias ações. Temos, então, a análise de um indivíduo visto a partir do mais profundo de si mesmo, sendo ele o resultado não daquilo que deseja, mas daquilo que lhe foi permitido ser. É marcada pelas quatro obras que formam a coletânea *História da Sexualidade* (1976-2018), trazendo como temática a regulação em torno do sexo e as práticas de confissão.

Evidentemente, este breve percurso centraliza apenas alguns dos pontos da obra de Michel Foucault. Até aqui, nosso objetivo foi evidenciar a relação das principais temáticas de sua obra com as demais teorias presentes no seu período de produção. A partir desse ponto, como já adiantado anteriormente, iremos detalhar alguns dos conceitos fundamentais das fases arqueológica e genealógica, principalmente aqueles que são necessários para o desenvolvimento desta pesquisa.

1.2 O saber

Como dito no tópico anterior, Foucault, no início das suas produções, apresenta uma arqueologia do discurso para assim apanhar a formação dos saberes em torno das ciências humanas. Em momento posterior, principalmente a partir dos conceitos desenvolvidos na obra *A arqueologia do saber* (1969), ele elucida que o discurso deve ser captado enquanto base de sustentação desses saberes nas diversas áreas da sociedade. Por essa razão, iremos detalhar alguns dos conceitos que compõem essa arqueologia, tais como: enunciado, formação discursiva, discurso e arquivo.

A arqueologia do saber (FOUCAULT, 2008) questiona os recortes, os agrupamentos e as sínteses até então feitas no momento de relacionar e organizar os discursos que constituíram os saberes ao longo da história. Ela busca analisar cada momento do discurso através do seu sistema de emergência, ou seja, através das condições de sua produção. Por

isso, esse método é um projeto de descrição de acontecimentos discursivos, ou seja, um projeto de reconhecimento do discurso como resultado de múltiplas relações que permitem o seu surgimento através de uma irrupção histórica. O oposto dessa análise é aquilo que, costumeiramente, os historiadores fazem ao aplicar o discurso como algo evolutivo e contínuo. Foucault (2008, p. 28) explica que as consequências disso são a condenação da análise histórica do discurso à busca de uma origem inalcançável e à interpretação com base em um não-dito, o que não é aceito dentro de sua arqueologia do saber.

Trata-se, portanto, de analisar o conjunto de regras que permitiram a emergência de um enunciado, pois só assim será possível compreendê-lo em sua singularidade. Não se trata de colocar como objeto de análise uma formação gramatical, tirando dela apenas as interpretações possíveis quanto ao uso da língua, mas de questionar: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” ou “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Diante da propositura de uma análise que precisa ser feita não apenas pelo discurso em si mesmo, mas ainda pelas suas condições de irrupção, é que podemos passar a entender a conceituação daquilo que é apontado como o átomo do discurso: o enunciado. Foucault (2008, p. 121) explica que:

Chamaremos enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível.

Na busca por essa definição do que é um enunciado, Foucault expõe que ele: i) não é uma frase, pois o encontramos para além de uma estrutura linguística; ii) não é uma proposição, visto que temos enunciados sem necessariamente encontrar uma estrutura proposicional legítima; iii) não é um ato de fala, porque não se limita à intenção do falante. O enunciado é singular e, por essa razão, não deve ser visto como nenhum desses conceitos. Ele não depende de uma estrutura, e sim de condições de existência. O enunciado, portanto, está na materialidade da relação entre o sujeito e a história, está na sua função de acontecimento.

Diante disso, é preciso buscar a função enunciativa, ou seja, buscar os jogos de relação que colocam o enunciado como único. O entendimento desse enunciado dar-se-á a partir da busca por “explicitar o exercício dessa função, suas condições de produção, o campo em que se realiza” (FERNANDES, 2007, p. 63). Logo, essa função enunciativa tem como

característica uma relação específica que faz com que não haja a possibilidade de reaparecimento de um enunciado. Até podemos ter a repetição de uma estrutura linguística, mas não de um enunciado, pois as condições que determinam sua emergência não podem ser as mesmas.

Uma segunda característica é a existência da posição-sujeito, posição que não se resume de forma simplória a quem falou, mas ao lugar ocupado pelo sujeito no momento da enunciação. Assim, usando as próprias palavras de Foucault (2008, p. 108), a determinação da posição-sujeito de um enunciado “não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”. Por essa razão, um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes posições, assumindo o papel de diferentes sujeitos.

O campo associado é a terceira característica da função enunciativa. Ela explica-se pela obrigação de perceber o enunciado em conjunto com todo o campo adjacente que ocupa. Portanto, há sempre, em torno do enunciado, um campo de coexistências que não pode ser desconsiderado no momento da análise, pois “não há enunciado que não suponha outros” (FOUCAULT, 2008, p. 112). Já a quarta característica aponta como todo enunciado emerge por meio de uma obrigatória materialidade. Reconhece-se que o enunciado exige uma materialidade, ou seja, precisa ter um suporte, um lugar que seja marcado pela sua existência.

A partir do reconhecimento das condições de um enunciado, podemos mais claramente expor a definição daquilo que Foucault chamou de formação discursiva. Na arqueologia foucaultiana, entende-se por formação discursiva as regras que funcionam como condições para a existência de um enunciado, sendo, portanto, “como uma lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que define as regularidades que validam os seus enunciados constituintes” (BARONAS, 2004, p. 51).

Dessa forma, mesmo que dispersos no tempo, mesmo que diferentes em forma, mesmo que heterogêneos quanto ao seu objeto, um grupo de enunciados formará um conjunto quando for possível detectar entre eles uma regularidade na dispersão. Por isso, Foucault (2008, p.42) atesta:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

É por essa razão que os Estudos Discursivos Foucaultianos se desenvolvem a partir das condições de existência dos enunciados. Portanto, desenvolvem-se a partir de uma descrição dos enunciados que deve ser realizada por meio da análise das suas regras de dispersão e de repartição, ou seja, por meio das formações discursivas. Assim, “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 132). O discurso visto através desse método torna-se um objeto captado em sua dimensão de prática discursiva. Entende-se por prática discursiva todas essas relações, todas essas regras e todas essas condições de enunciação que irão se colocar no discurso, e que por ele também serão captadas.

Por fim, Foucault (2008) expõe o conceito mais abrangente de sua arqueologia, aquele capaz de unir todos os outros: a ideia de arquivo. Este deve ser entendido como o sistema geral de regras que rege a emergência, a transformação e o desaparecimento dos enunciados, bem como a relação que os enunciados estabelecem entre si na dispersão do tempo. O método arqueológico visa investigar a constituição dos saberes e, por isso, almeja assimilar como determinado saber surge ao ponto que outro desaparece ou mesmo como um saber pode ressurgir, mesmo que em outros acontecimentos.

A compreensão do que é o arquivo permitirá chegarmos na noção de que as várias coisas ditas pelos homens ao longo da história não surgem para atender aos seus pensamentos ou a seus desejos, mas emergem “graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo” (FOUCAULT, 2008, p. 146). À vista disso, podemos sintetizar que:

se há coisas ditas - e somente estas -, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz. O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares (FOUCAULT, 2008, 147).

O arquivo será, então, o corpo dessa arqueologia, pois através dele é que se poderá entender o funcionamento das práticas discursivas. Esse arquivo jamais poderá ser descrito em sua totalidade, dada a não preocupação em encontrar a origem ou em esgotar a amplitude do discurso. Busca-se descrevê-lo até o ponto necessário para entendermos as regras de específica formação discursiva. Dessa forma, a arqueologia, assumindo seu desenvolvimento por meio da existência desse arquivo, irá funcionar como “uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação

discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte” (FOUCAULT, 2008, p. 149).

O arquivo é, pois, o sistema de regras que permite a emergência dos discursos, além de seus deslocamentos e de seu possível desaparecimento, na medida em que rege a relação que os enunciados estabelecem entre si na dispersão do tempo histórico. Trata-se, pois, de um sistema que determina os limites e as formas da dizibilidade, da conservação, da memória, da reativação e da apropriação dos discursos em determinada época e em determinada cultura (FOUCAULT, 2010).

Os limites e as formas de dizibilidade interrogam sobre aquilo que foi possível dizer em um dado momento: “o que é possível falar? O que foi constituído como domínio do discurso?”. De tudo que foi dito, as formas de conservação questionam: “quais são os enunciados destinados a passar sem vestígio? Quais os que são destinados, ao contrário, a entrar na memória dos homens?”. Relativamente ao que foi conservado, as formas de memória investigam: “que tipo de relações são estabelecidas entre os sistemas dos enunciados presentes e o *corpus* dos enunciados passados?”. Sendo detectada a presença destes enunciados em diferentes momentos, as formas de reativação indagam: “entre os discursos das épocas anteriores ou das culturas estrangeiras, quais são os que retemos, que valorizamos, que importamos, que tentamos reconstituir?”. Por fim, ao serem reativados, as formas de apropriação questionam: “quais indivíduos, quais grupos, quais classes têm acesso a tal tipo de discurso?” (FOUCAULT, 2010, p. 10).

Dessa forma, a arqueologia foucaultiana propõe a descrição de um arquivo por meio da investigação dos jogos que permitem a emergência de novos enunciados em relação a enunciados passados. Em outras palavras, pode-se dizer que a arqueologia explora as condições de emergência e as leis de existência às quais são submetidos os enunciados, levando em consideração um campo de coexistências no qual se situam e os jogos de memória que aí funcionam.

Antes de encerrarmos essa síntese, julgamos ser oportuno falar sobre aquilo que Foucault apresentou sobre as contradições do discurso. Por termos uma noção pautada na formação discursiva, entendemos que não temos desvios, mas contradições que são intrínsecas ao funcionamento do discurso. Por conseguinte, a arqueologia não busca resolver contradições ou até mesmo reduzi-las para assim expor uma justificável coerência. O método foucaultiano quer, na verdade, descrevê-las através de suas variações e funções.

Para Foucault (2008, p. 175), uma formação discursiva “é antes um espaço de dissensões múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser

descritos”. Dessarte, não há uma preocupação em pacificá-las, mas sim uma busca por alcançar o discurso através das suas desigualdades múltiplas. O filósofo propõe, então, a concepção de três tipos de contradição: i) as arqueologicamente derivadas: são mais numerosas e acontecem no plano das proposições; ii) as extrínsecas: são de formações discursivas diferentes por não terem as mesmas condições de enunciação; iii) as intrínsecas: mais complexas pelo fato de se desenrolarem dentro da mesma formação discursiva.

Ao adotar esse caminho, o analista estará preocupado em descrever o discurso, fugindo da tentativa de querer explicá-lo. Partirá, portanto, ao encontro de uma análise que considera o discurso através das suas próprias formas de sequenciamento e transformações. Dessa forma, reconhece-se que o desaparecimento de uma positividade e a emergência de outra ocorre através das diversas transformações do discurso. Entretanto, Foucault (2008, p. 195) alerta:

Dizer que uma formação discursiva substitui outra não é dizer que todo um mundo de objetos, enunciações, conceitos, escolhas teóricas absolutamente novas surge já armado e organizado em um texto que o situaria de uma vez por todas; mas sim que aconteceu uma transformação geral de relações que, entretanto, não altera forçosamente todos os elementos; que os enunciados obedecem a novas regras de formação e não que todos os objetos ou conceitos, todas as enunciações ou todas as escolhas teóricas desaparecem.

Dessa forma, não há, na arqueologia foucaultiana, discursos superiores, melhores ou mais coerentes. Há situações, pautadas nas várias condições já colocadas até aqui, que determinam a emergência e a transformação desses discursos. Porém, Foucault (2008) considerou que, existindo uma relação entre sujeito, discurso e história, as condições de enunciação que possibilitam as transformações das formações discursivas não surgem por coincidência ou de maneira neutra. É diante disso que ele empreenderá a busca pela compreensão da atuação de um poder que delimita uma posição-sujeito para cada enunciado e, conseqüentemente, o exercício de um poder que determina a emergência dos discursos. É o início da sua fase genealógica.

1.3 O poder e o sujeito

No dia 02 de dezembro de 1970, Foucault ingressa no Collège de France e apresenta, já na sua primeira aula, aquilo que mais tarde se tornaria o texto intitulado *A ordem do discurso* (1970). Esta é uma espécie de marco na obra foucaultiana: fixa a passagem da fase arqueológica para a fase genealógica. Essa divisão é estabelecida não porque o autor assim

propôs, mas por ser possível assimilar, através dessa aula, um deslocamento do seu foco metodológico. O discurso permanece como objeto, mas agora ele está sendo utilizado para compreender as relações de poder que constituem as regras que possibilitam a formação dos discursos. Dosse (2018b, p. 341) aponta que “a discursividade pertence ao campo do poder, pois o saber lhe é consubstancial”. Assim, temos o entendimento de que só se pode conceber o discurso e o saber através do campo no qual eles estão inseridos e no qual são formados: o campo do poder.

Como o próprio nome do texto sugere, Foucault defende que há uma ordem discursiva que estabelece o funcionamento do discurso. Temos a colocação de que:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.8).

Esses procedimentos de controle do discurso são divididos em três grupos: a exclusão, a sujeição e a rarefação. O primeiro grupo, que trata dos procedimentos de exclusão, também pode ser chamado de procedimentos externos, justamente por determinarem o lugar nos quais cada indivíduo pode ou não falar e circular. Nele, temos a compreensão do funcionamento da interdição, da separação/rejeição e da vontade de verdade.

A interdição revela que há uma relação entre o discurso, o desejo e o poder, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Portanto, o discurso não está no desejo, mas no poder ou não falar, dado que ninguém está livre para falar o que quer e quando quer. Por conseguinte, iremos assimilar que ocorre uma separação entre aqueles sujeitos que podem falar e os que não podem, entre os que são constituídos de poder para falar e os que não são. E, por fim, encontramos uma conexão entre interdição e separação, ao ponto que ambas buscam uma vontade de verdade. Este último procedimento de exclusão é entendido como a busca pelo *status* de um discurso como verdadeiro. Em outras palavras, se temos uma interdição e uma rejeição, logo teremos a concepção de quem tem o saber verdadeiro, ou seja, qual discurso pode ser ouvido e qual pode ser silenciado em dado momento, sendo a verdade uma construção histórica.

Já os procedimentos internos, os de sujeição, são aqueles nos quais o próprio discurso exerce sua classificação e distribuição, sendo divididos em três: o comentário, o princípio de autoria e a disciplina. O comentário marca a classificação dos discursos como duradouros ou

passageiros, isto é, há discursos que emergem e logo desaparecem, são esquecidos, enquanto outros, que perduram através de outros discursos, são preservados. Essa preservação ocorre por meio de uma repetição que faz com que esse novo discurso apareça ao mesmo tempo em que se volta ao já dito. O comentário caracteriza-se por “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT, 1996, p. 25). O segundo procedimento interno, o autor, não é aqui entendido como um simples produtor do que se fala, mas como o ponto de coerência do qual surge o discurso. Como já explicado, há uma materialidade discursiva que marca a autoria de um discurso, pois é essa autoria que permite a produção dos discursos em determinado momento. Por fim, temos a disciplina: delimitação do discurso a partir daquilo que constitui verdade para um grupo específico. Essa verdade é colocada através de definições, regras e proposições bem estabelecidas.

No último grupo de procedimentos, temos a rarefação. Este conjunto é assim denominado por entender um controle não dos discursos, mas dos sujeitos que falam, visto que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1966, p. 37). Esse grupo engloba o ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso. O primeiro é percebido pela exigência de qualificação colocada aos indivíduos que falam, além de existir um momento de enunciação muito bem especificado. O ritual é, por isso, facilmente encontrado nos discursos religiosos e judiciários, visto que há neles toda uma cerimônia a ser seguida. As sociedades de discurso, por sua vez, são marcadas pela limitação do número de sujeitos pelos quais o discurso pode circular, fixando um espaço fechado que, conseqüentemente, gera uma espécie de segredo e não permutabilidade desses discursos. Já as doutrinas são o inverso desta última, porque busca a expansão do discurso a fim de alcançar uma aceitação. Suas condições de existências estão apenas na necessidade de fidelidade a uma verdade e em uma conformidade aos discursos validados por ela. Por último, as apropriações sociais do discurso são colocadas como as instituições responsáveis pela apropriação e, em seguida, pela distribuição e pelo gerenciamento dos discursos marcados pelas doutrinas.

Evidentemente, a exposição aqui realizada desses conceitos não satisfaz a todos os pontos de discussão que podem ser gerados por eles, mas já nos introduz no caminho metodológico proposto por Foucault a partir desse momento dos seus estudos. Entretanto, essa aula inaugural, com tais problematizações, marca apenas o início do percurso que seria traçado pelo francês na busca de empreender a relação existente entre poder e saber.

A fase genealógica é marcada por uma vasta produção de conceitos e discussões. Um poderoso e complexo material composto por textos, cursos, entrevistas, entre outras produções, dão conta de como Foucault dedicou-se à compreensão do poder. Em primeiro lugar, como já apontado neste capítulo, ele quis distanciar-se da ideia de poder como um objeto, como uma propriedade exclusiva do Estado, e buscou captá-lo através do seu funcionamento. Propôs apanhar esse poder fora de uma zona marcada pela reprodução e pela manutenção econômica, afirmando que “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 1979, p. 175).

Ele dispõe, então, de uma “caixa de ferramentas” para analisar o exercício desse poder que, a partir desse momento, não pode ser visto como algo negativo que deve ser a todo custo combatido, mas como algo que é aceito justamente por gerar discursos e por produzir novas relações. O poder pode ser visto, portanto, como uma instância positiva, dado que:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 8)

Por essa razão, admite-se que o poder está por todas as partes e que necessita ser observado por meio das práticas discursivas e não-discursivas da sociedade, admitindo-se que não há como restringi-lo a um lugar, situação ou sujeito específico. Ele constitui os sujeitos, está nas instituições, nas funções sociais, nas doutrinas e, principalmente, nos discursos. Assim, falar de poder é falar das relações que perpassam toda a coletividade social. Isso mostra que, por mais frutífera que sejam as análises expostas por Foucault, elas jamais seriam capazes de esgotar as formas de manifestação desse poder. Há, no método foucaultiano, um convite a desnaturalizar práticas na medida em que novas formas de funcionamento do poder vão sendo reveladas.

Não temos aqui a pretensão de expor todas as análises feitas por Foucault, pois, como dito, ele tentou captar esse poder nos diferentes campos da sociedade. Por isso, estaremos focados em evidenciar aquelas que julgamos serem relevantes para esta pesquisa, aquelas que estejam intrinsecamente colocadas entre o poder, os sujeitos e os discursos e que possam sustentar o desenvolvimento desta análise arqueogenealógica. Nesse momento, apresentaremos, então, alguns pontos sobre como essas diferentes relações de poder atuam na constituição de sujeitos.

O corpo assume lugar de destaque nos estudos foucaultianos em 1975 com a publicação de *Vigiar e punir*. Nesse livro, acontece de forma explícita a “superação do campo da discursividade para estabelecer o vínculo entre práticas discursivas e não discursivas” (DOSSE, 2018b, p. 345). Isso ocorre graças à explicação daquilo que Foucault apresenta como um poder disciplinar: um poder capaz de moldar corpos através da vigilância constante. Irá marcar também a queda da ideia de um poder Soberano, um poder centralizador, uma vez que agora ele é onipresente e encontra-se em toda parte. Por conseguinte, o corpo passa a ser o objeto desse poder, uma vez que é no corpo que temos a materialização dos seus efeitos.

Esse estudo usa o modelo prisional como ponto de partida, mas, na medida em que avança, evidencia que esse poder serve para corrigir loucos, controlar escolas e quartéis, vigiar operários, e, principalmente, organizar espaços. Sem a necessidade de usar armas ou qualquer tipo de violência física, ele manifesta-se apenas pela presença de um olhar: um olhar que vigia e que pesa ao ponto de fazer cada um controlar a si mesmo, ou seja, controlar os seus corpos. Como exemplo dessa vigilância constante, temos o detalhamento de um modelo prisional desenvolvido em 1785 pelo filósofo Jeremy Bentham: o Panóptico. É tido como o modelo de cadeia ideal por conseguir, através da separação dos presos e da vigilância contínua da torre, a regulação dos atos dos presos. Não tem como saber se há alguém na torre, mas a própria dúvida já é suficiente para obter o controle. Portanto, admite-se que esse controle acontece em vários espaços da sociedade, dado que o “controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Todavia, essa produção de corpos dóceis nada mais é do que uma busca pela determinação da função-sujeito que recai sobre cada corpo. Em outras palavras, ao controlar um corpo, busca-se fabricar um sujeito, pois de nada vale observar um corpo sem ter um sujeito a ele atrelado. Por essa razão, o poder disciplinar “fabrica corpos sujeitados, vincula exatamente a função-sujeito ao corpo. Ele fabrica, distribui corpos sujeitados; ele é individualizante [unicamente no sentido de que] o indivíduo [não é] senão o corpo sujeitado” (FOUCAULT, 2006a, p. 69). Assim, podemos entender que o sujeito jamais deixa de ser um objeto central da obra foucaultiana e é nele e por meio dele que surgem as relações de poder.

Diante disso, analisar o poder é antes de tudo uma procura por seu exercício e pelas relações que interligam sujeitos, uma vez que, como afirma Fernandes (2012), o poder estará integrado ao discurso através de suas malhas, que perpassam todas as relações entre sujeitos. Entretanto, essas relações de poder não são fixas, não estabelecem posições estáticas para esses sujeitos, pois “estão sempre em um campo de forças e sofrem deslocamentos e

modificações sociais” (FERNANDES, 2012, p. 53). Isso explica o motivo pelo qual não podemos tomar o poder como algo repressivo, como algo que é feito por um indivíduo específico e logo obedecido por outro também determinado. Ao invés disso, percebe-se que o poder só se torna poder, só é exercido, quando há a possibilidade de resistir a ele, em outras palavras, quando recai sobre sujeitos livres e mesmo assim consegue produzir efeitos.

Assim, onde há poder, há resistência e, “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” (FOUCAULT, 1979, p. 241). Portanto, a resistência é coextensiva ao poder, pois é uma força que também produz novas práticas. Diante de um poder que circula, que não é posse e que é exercido por qualquer indivíduo, é que o compreendemos enquanto um micropoder, bem como um meio pelo qual os seres humanos se tornam sujeitos.

Como já dito, o poder só pode ser exercido em sujeitos livres por ser uma força que gera práticas. É por esse motivo que não podemos dizer que há poder em uma situação de aprisionamento, como na absoluta escravidão, por não existir nessas situações a possibilidade de resistir. Foucault (1995, p. 243) explica que o exercício do poder:

não é em si uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem e são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Portanto, ao observar essas relações tão complexas de poder e que tanto produzem, defende-se que cada sujeito se torna um dos seus produtos. São essas relações que afetam o corpo, o tempo, o espaço, o discurso, a identidade, entre outros, e que determinam a constituição desse indivíduo enquanto sujeito. Dessa forma, há práticas discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem, práticas que marcam sua função-sujeito. Como dito já na arqueologia, cada enunciado aponta para uma posição-sujeito, da mesma forma que todas essas relações, ao agirem, apontam para o sujeito discursivamente construído nas e pelas práticas sociais.

Temos um poder que conduz condutas e, por essa razão, é que facilmente o identificamos na ação do Estado, sendo o seu poder, como afirma Foucault (1995), tanto individualizante quanto totalizador. O poder pastoral, por exemplo, que tem sua origem na

ideia de salvação pregada pelo cristianismo, controla cada indivíduo através das suas atitudes individuais, através do cuidado com o indivíduo ao longo de toda sua vida, sendo sempre obediente ao pastor que é capaz até mesmo de se sacrificar em prol do seu rebanho. Mais tarde, temos a dimensão de um biopoder que é um dispositivo de controle capaz de moldar o homem não apenas através do seu corpo individual, mas pelos procedimentos que possam atingir toda a sua espécie. Em ambos, encontramos discursos que produzem novas condutas e, por isso, temos aí o exercício do poder que constitui o sujeito.

Diante disso, analisa-se as instituições através das relações de poder, e jamais o inverso (FOUCAULT, 1995). Isso porque não devemos buscar o que essas instituições são essencialmente, mas observar o que elas produzem e como estruturam um campo de ações possíveis. Foucault (1995) exprime que essas relações devem ser analisadas a partir dos seguintes pontos: 1) do sistema de diferenciações que estabelecem, ou seja, das diferenciações que aparecem como condição e efeito desse poder; 2) dos objetivos pretendidos; 3) das modalidades instrumentais; 4) das formas de institucionalização; 5) e do grau de racionalização, isto é, dos procedimentos que são ajustados por esse exercício de poder. Através do estudo das relações por meio desses pontos é que poderemos compreender como ocorre a ativação de dispositivos que atuam na produção de sujeitos.

No próximo capítulo deste trabalho, iremos expor essa concepção de dispositivos a partir da sua atuação como meio para a produção de verdade e, conseqüentemente, como meio para a subjetivação de sujeitos. Antes disso, faz-se fundamental, agora que já consideramos conceitos como discurso, poder e sujeito, especificar a compreensão do método arqueogenealógico, uma vez que é através dele que poderemos analisar o discurso através das relações de poder-saber presentes na sociedade.

1.4 Arqueogenealogia

Embora muito se fale das fases foucaultianas, é necessário reforçar que não se pode considerá-las como partes independentes de diferentes métodos. Pelo contrário, devemos notar que, na própria fase arqueológica, já há a concepção de um poder, assim como na fase genealógica não nos distanciamos do discurso e da ideia de saber. Deve-se perceber que ambas as perspectivas fundamentam um único método de pesquisa, pois só se pode conceber o saber através do poder, e o poder através do saber. Assim, é por meio dessa junção que poderemos compreender as relações de poder e de saber que perpassam as práticas discursivas.

Em alguns momentos deste capítulo, já expomos que analisamos os enunciados a partir da sua condição de acontecimento, tomando-o através da sua singularidade e das suas condições de emergência. É proposta uma análise voltada à função daquilo que foi dito no interior de um sistema, e não apenas ao sentido que se pode extrair das coisas ditas. Foucault (2006b) explica que sua proximidade com a história não faz dele um historiador, justamente por ele considerar o discurso em sua dimensão de acontecimento. Com isso, conforme sintetiza Navarro (2020, p. 6), “se Foucault propõe um método, este concebe a história como o acontecimento, que, por sua vez, é marcado por táticas e por estratégias de hierarquização próprias de um jogo”.

O discurso, quando tomado como um acontecimento, passa a ser analisado por meio dessas estratégias e táticas, sem a preocupação por origem ou sentido, mas objetivando a sua função enunciativa, as condições históricas que o fizeram emergir. Esse método de pesquisa coloca em prática essa “acontecimentalização” do discurso a partir do momento em que aponta para as relações de saber-poder e de poder-saber, sendo essas relações reveladas na descrição desses acontecimentos. Em síntese, se temos um método construído a partir dos objetivos foucaultianos, temos, então, o exercício de empreender a formação de saber na medida em que buscamos as teias de poder que o constituem. Assim, estabelece-se o método arqueogenealógico do discurso.

Entretanto, o filósofo francês não se preocupou em assim nomear o método pelo qual examina esses acontecimentos discursivos. Ele esteve bem mais focado em definir os seus eixos de pesquisa, expondo as ferramentas necessárias para explorar esse jogo estratégico a partir do qual funciona o discurso. Por essa razão, Foucault (2002) explica que um dos eixos é considerar a formação do saber a partir das várias práticas sociais, ou seja, é considerar que a formação de qualquer saber está condicionada ao estabelecimento de algo como verdadeiro, sendo esse *status* construído através dessas práticas.

Percebe-se, então, que esse saber atravessa a formação dos sujeitos através de práticas, mas que tais práticas de saber só se estabelecem graças aos mecanismos de poder que os compõem. Segundo Navarro (2020), o método arqueogenealógico permite uma compreensão histórica dos mecanismos de poder que se consolidaram como práticas de saber sobre o homem. Logo, o discurso visto por esse método faz parte de um lugar estratégico no interior do qual funcionam as relações de poder e de saber. É o lugar onde se produz verdade graças aos mecanismos de poder que compõem essa espécie de regime de verdade.

Revel (2005) elucida que, para Foucault, em nosso regime de verdade, a verdade é produzida por intermédio dos discursos científicos e de suas instituições; é difundida pelas

instâncias educativas e de informação; é tomada pela produção econômica e pelo poder político; sendo, em geral, produzida e transmitida pelos mais diferentes dispositivos da sociedade. Trata-se de uma temática que está presente ao longo de toda a obra foucaultiana, pois ele procura mostrar os “jogos de verdade” que constituem os objetos e que apontam para os modos de subjetivação por meio não da “descoberta do que é verdadeiro, mas das regras segundo as quais aquilo que um sujeito diz a respeito de um certo objeto decorre da questão do verdadeiro e do falso” (REVEL, 2005, p. 87).

Como resultado, Foucault (1979) sintetiza que a verdade não existe fora do poder ou fora das relações de poder e, conseqüentemente, fora dos discursos que circulam entre os sujeitos. Portanto,

a verdade será sempre uma produção e atesta os lugares e/ou posicionamentos dos sujeitos, e o discurso materializa as verdades e revela esses posicionamentos. A verdade constitui o objeto pelo qual se luta e também o poder do qual o sujeito deseja se revestir, e o discurso traduz essas lutas por meio de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e seus perigos (FERNANDES, 2012, p. 71).

Pode-se afirmar que não há um conhecimento dado e pronto que é simploriamente absorvido pelo homem, mas domínios de saber que a todo momento “fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento” (FOUCAULT, 2002, p.8). À vista disso, a verdade é discursiva, estando intrinsecamente ligada aos processos de subjetivação dos indivíduos, aos discursos que os constituem e que por eles são produzidos.

Foucault (2002) declara ser primordial perceber que o discurso é tomado como um jogo estratégico e polêmico justamente por encontrarmos nele algo além de aspectos linguísticos. Esse ponto estratégico é assim percebido não pela atuação de um único poder, como se poderia pensar o poder do Estado, mas pelos diferentes mecanismos de poder que se engrenaram para compor essa estratégia. Também por essa razão é que o poder é visto, como já apontado neste trabalho, no seu exercício, no momento de sua atuação. Não é um objeto e muito menos uma propriedade reservada a poucos, visto que circula e se revela através dos micropoderes.

Entretanto, cumpre reforçar que essa análise não aponta para o discurso como sendo simplesmente o efeito ou a origem desse poder. Foucault (2006b, p. 253) explica que sua análise:

examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico.

Diante dessa observação, entende-se de forma ainda mais clara a proposta de investigar o discurso através da sua função. É por meio da função discursiva que se pode apreender a implicação do poder nesse sistema estratégico, bem como sua atuação através do discurso que, por assim ser, também está localizado dentro desse campo. Com isso, propõe-se explorar o discurso na correlação com o poder, compreendendo-o como lugar que não apenas surgiu pelo poder, mas que se faz saber por não deixar de ser poder.

Cabe, portanto, ao analista foucaultiano, ciente dessa relação saber-poder, seguir seu papel de acontecimentalizar o discurso. Por conseguinte, percebe-se como irá se estabelecer uma série de acontecimentos, quais são as relações presentes entre esses acontecimentos discursivos e, mais ainda, como tais relações atuam no processo de subjetivação, dado que “somos inexplicavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito há séculos, meses, semanas...” (FOUCAULT, 2006b, p. 258).

É por essa razão que a ideia de sujeito se firma durante toda a produção foucaultiana. O sujeito, por ser perpassado pelas relações estratégicas, torna-se ponto crucial para esse método. O sujeito é produzido pelo discurso estratégico, por essas relações de poder e de saber que interligam acontecimentos e, assim, produzem regras que, ao serem reveladas, podem responder ao questionamento de como esse discurso aparece e não qualquer outro. Diante disso, o método arqueogenealógico preocupa-se com a regularidade e a dispersão desses acontecimentos que se revelam em práticas discursivas de subjetivação.

Encerramos este capítulo após a apresentação desse método que nos coloca diante da compreensão do discurso a partir da concepção do que se entende por: saber, poder, verdade e sujeito. Agora, podemos passar a entender aquilo que Foucault colocou como sendo o ponto de encontro de todos esses conceitos, o ponto pelo qual se concebe a atuação desse discurso estratégico: os dispositivos de saber e de poder.

CAPÍTULO 2 - DISPOSITIVO IDENTITÁRIO

Neste capítulo, nosso principal objetivo será o de elucidar o conceito de dispositivo, a fim de compreender a atuação de um conjunto de elementos, discursivos e não discursivos, que atuam na produção de subjetividades. Em um primeiro momento, apresentaremos aquilo que Foucault expôs como sendo dispositivos de poder e saber, evidenciando como eles atuam em prol da subjetivação de sujeitos. Em seguida, passaremos a discutir aquilo que se entende por identidades culturais, para com isso detalhar como podem ser entendidas questões como nação, nacionalismo e patriotismo. Dessa forma, será possível perceber como se constitui e como funciona esse dispositivo identitário.

2.1 Dispositivo e subjetividade

Como dito anteriormente, o discurso é um elemento em um dispositivo estratégico, ou seja, é parte de um conjunto tático. Esse conjunto é capturado através da análise das práticas sociais, pois são nelas que encontramos a rede que interliga os diferentes elementos desse conjunto.

O filósofo Giorgio Agamben (2009) indica que esse conceito é um termo técnico essencial ao pensamento de Foucault, dado que funciona como uma rede capaz de interligar elementos discursivos e não discursivos. Por essa razão, podemos dizer que é na busca pelo dispositivo que encontramos a articulação entre discurso e poder, a articulação entre os pontos da arqueologia do saber e da genealogia do poder.

Gregolin (2015, p. 10) aponta que Foucault elaborou o conceito de dispositivo “principalmente pela necessidade de incorporar às análises a dimensão heterogênea das práticas discursivas e não discursivas que produzem subjetividades”. Percebe-se que o conceito de dispositivo se coloca como caminho para o desenvolvimento de uma análise arqueogenealógica, por revelar essas heterogeneidades.

Foucault (1979) vai apontar três fundamentos desse termo. Em primeiro lugar, ele sintetiza que o dispositivo é

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Diante disso, podemos concluir que o dispositivo não é alguma coisa ou alguém, é antes de tudo uma função capaz de integrar os ditos e os não ditos que compõem essa rede: uma rede que engloba as formas de poder, do disciplinar ao biopolítico, bem como discursos, instituições, práticas, dentre outros elementos. Essa junção de pontos não é fixa, os elementos discursivos ou não discursivos não ocupam sempre o mesmo lugar dentro desse conjunto, pois, como segundo fundamento desse conceito, Foucault (1979) expõe que há sempre um mesmo tipo de jogo entre esses elementos heterogêneos. Pode-se pensar o dispositivo tal como um tabuleiro no qual as peças não seguem um roteiro preestabelecido, mas atuam de acordo com os objetivos pretendidos a cada nova jogada.

Em terceiro lugar, entende-se que cada cálculo dessas jogadas é direcionado por uma função estratégica dominante que o dispositivo possui. Pensar nessa função estratégica é primordial para entendermos o funcionamento dessa rede e, principalmente, os jogos e as funções que são estabelecidas por seus elementos. Os dispositivos estão em atuação quando possuem um resultado a ser encontrado, ou seja, quando se colocam como “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Por essa razão, é que deve ser tomado como algo essencialmente estratégico, algo que se caracteriza pelo efeito que seu funcionamento pode alcançar.

Essa função estratégica tem a capacidade de produzir, ou seja, capacidade de possibilitar saberes e práticas através das relações de força que mobiliza. Foucault (1979, p. 246) expõe que:

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

Por tudo isso, o dispositivo está além do discurso, mas não deixa de se revelar por meio dele. Da mesma forma, não se resume ao poder, mas funciona através dele. O dispositivo está em atuação enquanto puder produzir, pois por mais que se busque extingui-lo ou esgotá-lo, a própria busca por sua anulação provocará deslocamentos, impulsionará novas ações e, conseqüentemente, gerará novos tipos de saber.

Deleuze (1996) defende que no conceito de dispositivo encontram-se as três grandes instâncias da obra foucaultiana: saber, poder e subjetividade. Expõe que esses eixos são variáveis e que se relacionam à medida que compõem esse conceito multilinear composto por linhas de diferentes naturezas. Essas linhas são descobertas a cada crise, a cada dimensão

revelada por esse dispositivo, sendo que “desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas” (DELEUZE, p. 1996, p. 83). As duas primeiras curvas que Deleuze (1996) explica são as curvas de visibilidade e as de enunciação. A primeira consiste no regime que faz com que as linhas de luz se propaguem ou se apaguem, espalhando o visível e o invisível, fazendo com que apareça ou desapareça cada objeto de saber. Da mesma forma, é preciso detectar o funcionamento do regime de enunciados, ou seja, a presença das curvas de enunciação que tornam esses objetos aparentes e que também apontam para suas mutações e transformações.

Na sequência, estão as linhas de forças que atuam como “flechas” que entrecruzam as coisas e as palavras, isto é, os elementos constitutivos do dispositivo. Essas linhas estão por todas as partes dos dispositivos e se caracterizam por serem essa força “onipresente” que a todo momento produz e atende à específica estratégia. Essas linhas de forças apontam para a atuação de mais uma dimensão do dispositivo: as linhas de subjetivação. Elas são o próprio processo de subjetividade que ocorre graças à atuação das outras dimensões do dispositivo. Por assim serem, são linhas que escapam, são linhas de “fuga” que geram novos poderes e novos saberes.

Nesse mesmo texto, Deleuze (1996) expõe que o estudo dos processos de subjetivação foi uma das principais inquietações propostas por Foucault. Seguindo essa lógica, na qual não há apenas uma forma de constituir sujeitos, como se pode ver quando se fala em controle pela ideologia, é preciso estudar como saberes e poderes advindos de um dado dispositivo produzem subjetividade. São os dispositivos que agenciam as práticas dos indivíduos, os corpos e a formação das verdades que constituem sujeitos. É necessário, portanto, tomar “a produção da subjetividade por meio da sujeição dos indivíduos a uma verdade que, então, é apresentada, até mesmo imposta, a eles” (FERNANDES, 2012, p. 55).

Esse jogo de verdade deve ser captado, portanto, a partir da observação dos efeitos produzidos pelos dispositivos da nossa sociedade. O dispositivo, por meio de seu funcionamento, forma o saber que logo passará a integrar uma verdade. Em síntese, os dispositivos agem à medida que incitam a produção da verdade e, assim sendo, “devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir sujeitos” (AGAMBEN, 2009, p. 38). Diante disso, a produção dos sujeitos acontece por meio dos dispositivos, sendo essa uma das razões pelas quais não podemos tomar o sujeito como algo imóvel e estável. Ao invés disso, devemos compreendê-lo enquanto um sujeito que sofre constantes deslocamentos por ser fruto do funcionamento de tais dispositivos.

Ao perceber a subjetividade como um efeito alcançado pelo exercício dos dispositivos, inscritos nas relações de poder e nos jogos de verdade, o sujeito precisa, mais do que nunca, ser tomado a partir da sua exterioridade. Como já apresentado por Fernandes (2012, p. 78), “a subjetividade, histórica e socialmente produzida, desperta o interesse da Análise do Discurso uma vez que se dá e se mostra na relação com o discurso”. Por esse motivo, diante do entendimento do dispositivo foucaultiano, é que passamos a observar a formação de um dispositivo identitário constituído por diferentes instrumentos e que tem como função estratégica a formação de um sentimento patriótico capaz de produzir subjetividade e, assim, sujeitos de uma dada nação.

2.2 Dispositivo e identidade

Diante da concepção, conforme afirmou Agamben (2009, p. 41), de que dispositivo é justamente o conjunto de coisas que possui “a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”, podemos tomar a identidade cultural como produto da atuação de um dispositivo da nossa sociedade. Evidentemente, não se deve fazer dessa afirmação algo simplório, vazio, e, por essa razão, iremos detalhá-la, evidenciando o que se entende por identidade nacional e, principalmente, quais são as relações de poder e de saber que, ao constituírem essa identidade, revelam-se partes de um dispositivo estratégico.

De início, exploraremos aquilo que se entende por identidade a partir das teorias desenvolvidas pelo campo dos estudos culturais, visto que tais teorias adotam a premissa segundo a qual a identidade é um discurso e, portanto, uma construção social. Esclarece-se que iremos focalizar, em virtude do objeto empírico ao qual se dedicará esta dissertação, a identidade nacional para, a partir dela, detalharmos como a cultura nacional possibilita a formação identitária de indivíduos de dada nação.

Entretanto, antes de apontarmos aquilo que se entende por identidade, acreditamos ser necessário elucidar a diferença conceitual entre identidade, segundo a concepção dos estudos culturais, e subjetividade, conforme formulado por Foucault. Woodward (2000, p. 56) explica que identidade e subjetividade não podem ser tomadas como sinônimos, visto que

Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições

que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossa identidade.

Seguindo essa linha, admite-se que os discursos, ao emergirem por meio de relações de poder e de saber, produzem posições que os sujeitos podem ocupar. Como já colocado, Foucault (1995) afirma que há sempre jogos de poder atuando entre indivíduos ou até mesmo entre grupos e, dessa forma, há sempre a produção de subjetividade. Woodward (2000) conclui que o discurso de fato produz posições para os sujeitos, mas é apenas no momento em que o sujeito assume tal posição que ele encontra sua identidade. Não cabe aqui analisar o que leva cada indivíduo a se apegar a uma dada posição ou a rigidez da identidade escolhida, uma vez que as identidades tendem a se deslocarem cada vez mais. Em torno disso, Hall (2000, p. 112) vai evidenciar que “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”.

Nosso objetivo é evidenciar o processo de subjetivação ou, mais particularmente, o modo como essas posições são construídas, não sendo uma meta detalhar como elas se tornam identidades para os sujeitos. Apresenta-se aqui a concepção de identidade apenas para posteriormente demonstrarmos como a própria busca por estabelecê-la é um processo de subjetivação. Dessa forma, ao entendermos o que é uma identidade cultural e, principalmente, o seu caráter estratégico para constituir sujeitos, estaremos demonstrando a ativação de um dispositivo que visa produzir subjetividade.

Diante disso, o primeiro passo é discutir aquilo que os estudos culturais apontam como identidades, sejam elas nacionais, raciais, étnicas, religiosas, sexuais, dentre tantas outras. Teremos como meta evidenciar que a identidade está para além de uma simples resposta à pergunta “quem sou eu?”, uma vez que tal resposta não é individual, não surge espontaneamente, mas emerge por meio das condições dadas socialmente. Apenas após a construção dessa base, é que teremos como aprofundar a percepção daquilo que se entende por identidade nacional e por nação, bem como os efeitos produzidos pelo exercício desses discursos.

2.2.1 Identidade

Identidade não foi um conceito desenvolvido por Foucault ao longo da sua vasta produção. Todavia, esta pesquisa visa apresentar tal problemática a fim de evidenciar como, ao estarem inseridos num convívio social, os indivíduos passam a ser subjetivados por meio de práticas discursivas e não discursivas que buscam produzir identidades, ou seja, práticas

que buscam fixar e naturalizar posições-sujeito para esses indivíduos. Diante disso, a concepção de identidade adotada por este trabalho é aquela desenvolvida pelos Estudos Culturais, dado que esse campo de investigação social tende a desenvolver suas pesquisas a partir de uma interdisciplinaridade.

Assim como umas das principais premissas da Análise do Discurso é a busca pela desnaturalização de práticas sociais, a procura pelo entendimento daquilo que é uma identidade deve ser tomada obedecendo a esse mesmo princípio. A identidade carece ser analisada como algo que é construído, ou seja, como algo que não está em nosso gene, que não é simplesmente biológico, mas como algo que é produzido pelo exterior e que é permanentemente inconcluso. Bauman (2005, p. 25) declara que “perguntar ‘quem você é’ só faz sentido se você acredita que você possa ser outra coisa além de você mesmo”. Em outras palavras, discutir identidade é compreender essa construção como fruto das verdades que nos cercam e com as quais nos identificamos.

Entretanto, essa observação nem sempre se fez tão aparente, pois as identidades, ao longo da história, foram tomadas por diferentes visões. Hall (2006) explica as concepções de identidade do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. Em todas elas há uma maneira de conceber a construção dessa problemática por meio dos elementos sociais de cada período.

O sujeito do Iluminismo era visto como aquele que possuía uma identidade fechada, unificada e centrada na sua própria consciência. Nesse caso, era um sujeito com a capacidade de, conscientemente, ser aquilo que acreditasse ser, não tendo como mudar, por toda essa centralização no seu próprio eu, a sua original e inviolável identidade. Essa concepção do sujeito iluminista sofre uma descontinuidade histórica a partir da noção do sujeito sociológico, uma vez que então se admitia a interferência do outro na formação da identidade, ou seja, a identidade passa a ser formada na "interação" entre o eu e a sociedade. Reconhece-se, portanto, graças aos efeitos do mundo moderno, que não há como constituir uma identidade alheia ao meio no qual se está inserido. Na verdade, só há identidade graças aos discursos que permeiam nossas relações sociais. Por essa razão, Hall (2006, p. 11-12) detalha que:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então,

costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.

Na medida em que se constrói sujeitos através da busca por suas identidades, através da busca por aquilo que se encontra no seu exterior, também se compõem toda a coletividade social da qual fazem parte. Essa concepção pode ser vista como uma significativa virada, pois só há “eu” quando existe o encontro com o “outro”. Assim sendo, uma identidade é fixada quando se assume, dentre as várias possibilidades dadas, uma posição social que reflete no indivíduo em si, mas também no meio que ocupa.

Após a fixação desse pressuposto, é que se pode entender aquilo que Hall (2006) afirma como sendo o sujeito pós-moderno, um sujeito que surge nessa concepção sociológica, mas que não se limita a ela. As várias mudanças nas paisagens sociais, a simultaneidade dos acontecimentos exteriores, vão fazer com que esse sujeito não possua uma posição permanente, fixa, estável, pelo contrário, ele agora será marcado por uma fragmentação identitária, que o coloca como reflexo de várias identidades e não apenas de uma. Portanto, a identidade “torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13).

A multiplicidade cultural faz com que o sujeito pós-moderno seja confrontado por uma infinidade de identidades possíveis, um processo intensificado ainda mais diante da globalização, dado que o acesso a diferentes culturas não tem mais fronteiras ou bloqueios. Em um exemplo prático, um europeu pode identificar-se com a cultura indígena por meio da luta dos direitos desse grupo, na mesma medida em que se apresenta como membro de alguma religião de matriz africana e escolhe como comida preferida os *fast food* norte-americanos. Nesse indivíduo, há diferenças e contradições culturais, mas que exprimem nele a característica primordial daquilo que se entende por identidade pós-moderna.

Essa percepção faz com que as identidades tornem-se objeto dos mais diversos estudos, pois, como demonstra Woodward (2000), a identidade passa a ser investigada quando está em crise, quando circunstâncias apontam para sua instabilidade. Assim sendo, pode-se falar em crise de identidade devido às suas constantes mudanças, admitindo-se que “as identidades estão em crise porque as estruturas tradicionais de pertencimento, baseadas nas relações de classe, no partido e na nação-estado, têm sido questionadas” (WOODWARD, 2000, p. 37 apud MERCER, 1992, p. 424). Portanto, cada vez mais essa problemática apresenta-se como inconclusa, visto que, diante dos questionamentos que visam a sua

desnaturalização, há a necessidade de se discutir como os discursos produzem diferentes posições para os sujeitos.

Entre os estudos dos autores dos Estudos Culturais e, principalmente, entre os presentes nesta pesquisa, há regularmente o exame da identidade a partir da exposição da ideia de diferença. Segundo Silva (2000), identidade e diferença são inseparáveis, são dependentes e igualmente criadas pelo social e pelo cultural a fim de serem cristalizadas, naturalizadas e essencializadas. Uma só pode existir graças à delimitação da outra, uma vez que só se compreende aquilo que se é ou que se pretende ser a partir do momento em que se reconhece aquilo que não se é.

Essa ideia de identidade não como o oposto da diferença, mas como algo que lhe é dependente, também atesta que ambas possuem uma característica em comum: são produtos linguísticos. Silva (2000, p. 76) explica que dizer “que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem”. E afirma isso expondo que, mesmo sendo aparentemente óbvia, essa afirmação precisa ser (re)colocada, visto que identidade e diferença não existem na abstração, elas acontecem e produzem discursos quando são nomeadas.

Hall (2016) detalha aquilo que ele chama das quatro abordagens teóricas que comprovam o fato da diferença ser necessária e ao mesmo tempo perigosa: i) a primeira deriva de Saussure e tem como argumento principal a ideia segundo a qual a diferença é essencial ao significado, pois tal significado depende da diferença entre os opostos; ii) também derivada do campo linguístico, a segunda ideia é encabeçada pelos pensamentos de Mikhail Bakhtin, que defende a diferença por enxergar que o significado não apenas emerge de um binarismo, mas que é fruto de um diálogo com o Outro; iii) a terceira é uma análise antropológica que coloca a diferença como base de uma ordem simbólica e classificatória que produz a cultura; iv) por fim, tem a abordagem psicanalítica que defende a produção de identidade a partir da diferença inconsciente com o Outro.

Toda essa exposição é válida para se entender que, ao se buscar a fixação de uma identidade, busca-se igualmente a colocação de uma diferença, sendo ela perigosa, dado que acontece por meio da exclusão. Há, então, um conjunto de forças entre significados, diferenças e exclusões que atuam para o aparecimento de uma identidade. Em outras palavras, tratamos de dizer que há uma infinidade de discursos que atuam nessa formação, isto é, são os discursos que produzem essas identidades e diferenças. Hall (2000, p. 109) vai resumir dizendo que

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos ou institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela.

Pode-se dizer que nesse ponto os estudos foucaultianos aproximam-se dessa busca pelo entendimento das identidades. Percebe-se que Hall (2000) não desenvolve sua compreensão sobre o tema preso apenas às limitações do signo saussuriano, na qual o significado é simplesmente construído e representado por meio de uma estrutura linguística que dispensa o sujeito, nem tampouco adota uma leitura psicanalítica, na qual a identidade é mais uma questão ideológica e inconsciente do indivíduo. Ele aponta que a identidade é formada pelo discurso na medida em que tais formações discursivas apontam para o estabelecimento de posições para o sujeito. Assim, não há “nenhuma continuidade de uma posição-de-sujeito para outra ou qualquer identidade transcendental entre uma posição e outra” (HALL, 200, p. 120), uma vez que esse sujeito é sempre produzido por e em acontecimentos específicos.

Como dito, identidade deve ser colocada como o produto de todas essas relações de poder e saber. Por esse motivo é que apresentamos, neste trabalho, a noção de dispositivo identitário para comprovar que a partir dele há uma espécie de organização dessas forças que fabricam a identidade. Contudo, antes de detalharmos essa relação entre subjetividade e identidade, faz-se imprescindível apresentar uma breve descrição daquilo que se entende por identidade cultural.

2.2.2 Identidade Cultural Nacional

Há muitos caminhos pelos quais se poderia compreender uma identidade cultural, dada a pluralidade de coisas que se pode apontar como parte da cultura de um grupo de pessoas. Entretanto, a identidade cultural de determinado país não é simplesmente um conjunto de coisas presentes num território, seja a raça, a comida, a dança, a religião, o clima, dentre tantos outros elementos. Uma identidade cultural é, antes de tudo, a busca pelo

estabelecimento de uma conexão entre diferentes indivíduos de determinado lugar. Hall (2006, p. 50) afirma que “uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. Assim, uma identidade nacional não é algo natural, simplório ou puramente o somatório de tudo o que se tem em um país, mas um discurso estrategicamente construído e sustentado que visa produzir uma homogeneidade entre sujeitos.

Esse discurso não traz sentido apenas para um Estado, mas para todos os indivíduos que fazem parte dele, visto que “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (HALL, 2006, p. 51). Essa identificação é construída de forma a ser naturalizada, a ser como parte de nosso gene, como parte daquilo que biologicamente somos. Gellner (1993) já declarava que o homem precisa ter uma nacionalidade assim como tem um nariz e dois olhos, isto é, precisa ter a identidade do lugar de onde vem. De maneira mais direta, pode-se dizer que apresentar nossa nacionalidade é ponto obrigatório quando buscamos formular quem somos. Portanto, o que nos interessa aqui é demonstrar como esse discurso nacional exprime em nós novos sentidos, produzindo assim subjetividade, uma vez que constrói discursivamente sujeitos.

Quando um sujeito expõe que é brasileiro, ele não declara apenas o lugar de seu nascimento, mas parte daquilo que ele é. A identidade nacional é, pois, esse discurso que constrói, a partir de saberes e poderes, uma posição para os sujeitos. Tomando o caso do sujeito brasileiro como exemplo, podemos dizer que ele é imaginado como aquele indivíduo bem-humorado, amante de um bom futebol e do samba, mesmo que essa pessoa nunca tenha visto um jogo desse esporte ou arriscado um passo desse ritmo. A existência de uma identidade nacional permite que essa “verdade” se sustente e é por essa razão que tomamos tal identidade como produto de um dispositivo.

Embora haja na nação uma pluralidade de identidades, uma infinidade de pessoas que não se encaixam nessas características, há um discurso construído estrategicamente que os colocam como parte dessa grande comunidade e, conseqüentemente, como membros semelhantes. Assim sendo, Hall (2006, p. 59) explica que não importa quão diferentes seus membros possam ser, “uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”.

Esse discurso não se sustenta ao acaso, ele é produto de relações de saber e de poder. Hall (2006) expõe caminhos pelos quais a narrativa cultural é montada para que possa sustentar uma identidade nacional. O autor resume essa narrativa em cinco pontos: i) as experiências, glórias e fracassos vivenciados são contados e recontados na mídia, na literatura

e na cultura popular em geral, para que possa conectar-nos a um destino que preexiste a nós e que permanecerá após nossa morte; ii) ênfase dada à suposta origem de uma nação, a uma adormecida, mas sempre presente origem das coisas; iii) presença de tradições que por vezes são até mesmo inventadas e recentes, mas que estão sempre sendo repetidas para que o passado histórico não seja esquecido; iv) mito fundacional, uma estória que marca o nascimento de um povo, sendo as novas nações ainda mais marcadas por esses mitos; v) ideia de um povo puro, original, típico dessa nação.

Essa identidade é resultado da atuação de diferentes meios e, da mesma forma, a sua existência gera outras tantas produções. Uma nação, por exemplo, só pode ser concebida a partir do momento que tem uma identidade. Por esse motivo, muitos apontam que o Estado é um dos principais agentes dessa formação identitária, uma vez que busca uma homogeneidade entre os membros que governa. O Estado busca abandonar o vazio de ser apenas um poder que governa para buscar uma identidade que lhe proporcione uma nação. Butler e Spivak (2018, p. 36-37) expõem que

o Estado-nação assume que a nação expressa certa identidade nacional, que ele está fundado no consenso orquestrado de uma nação e que existe certa correspondência entre o estado e a nação. A nação, segundo esse viés, é singular e homogênea ou, pelo menos, assim se torna para atender aos requisitos do estado. A legitimidade do estado é derivada da nação, o que quer dizer que aquelas minorias nacionais que não se qualificam para obter o ‘pertencimento nacional’ são consideradas habitantes ‘ilegítimas’.

Nota-se que a formação de uma identidade nacional se fortalece por meio da necessidade do Estado em constituir uma nação que possa legitimar o seu território político e, conforme já colocado, essa identidade é fixada por meio da exclusão. À vista disso, Gellner (1993) afirma que todo Estado-nação possui um teto-político responsável por subordinar diferenças regionais e étnicas em prol da identidade nacional. Por esse motivo, algumas “minorias” não estariam colocadas nessa identidade, uma vez que não eram necessárias para a legitimação do Estado-nação.

Contudo, para formar esse teto-político, é indispensável ter a aceitação dos membros do Estado, inclusive daqueles que têm seus traços e costumes “apagados” em prol dessa identidade. Nos países da América, por exemplo, há um significativo esforço para constituir uma identidade nacional diante do pluralismo étnico e cultural, fruto das imigrações. Doyle e Pamplona (2008) afirmam que, nas nações americanas, a língua, as religiões e os costumes vieram predominantemente dos antigos governantes e que, conseqüentemente, africanos e indígenas foram os primeiros “súditos involuntários” dessas novas nações.

Em momento posterior, demonstraremos de forma mais específica como a formação da nação se dá por meio dessa construção identitária. No momento, cabe reforçar que a identidade nacional funciona conforme a urgência que precisa ser atendida, seja para a formação de uma nação, para o apoio de uma seleção de futebol, para a ascensão de uma campanha eleitoral ou para tantos outros fatores. O importante é que ela permaneça sendo esse meio de proporcionar unidade entre diferentes sujeitos.

Por estar atuando num campo de poder, a identidade tende a ser cada vez mais questionada. Hall (2006) relata que as identidades nacionais tendem a ser fragmentadas devido aos efeitos da globalização. Como já colocado aqui, as identidades estão cada vez menos fixas por serem construídas numa interação social. Da mesma forma, uma identidade cultural tende a ser constantemente questionada, visto que se torna problemático estabelecer uma unidade diante da variedade de novos grupos que se formam e que não mais silenciam em prol dessa unidade.

Bauman (2005, p. 83) exolica que “o campo de batalha é o lar natural da identidade”, pois há sempre uma disputa entre os que buscam uma construção cultural sólida e aqueles que resistem a ela. Em outros termos, pode-se dizer que a identidade tem sido fortemente confrontada pela questão de “como alcançar a unidade na (apesar da?) diferença e como preservar a diferença na (apesar da?) unidade” (BAUMAN, 2005, p. 48).

Essa problemática persiste e intensifica-se na pós-modernidade, podendo gerar uma fragmentação das identidades nacionais, mas também um fortalecimento de efeitos como o nacionalismo. Esse movimento ainda será tratado neste trabalho, uma vez que nos interessa, ao tomarmos a identidade como dispositivo, investigar as produções provocadas por meio da sua atuação. Agora, o foco é demonstrar que gradativamente transfigura-se atribulada a missão de sustentar o discurso de uma identidade sem rachaduras.

Todos esses pontos dão conta de como a identidade precisa lutar contra uma dissolução a fim de continuar a ser colocada como algo inquestionável e natural. Hall (2006, p. 62) explica que

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo "unificadas" apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural.

Essa homogeneidade proposta pela constituição de uma identidade não emerge despretensiosamente. Esse discurso está colocado dentro de relações de poder que permitem o

seu aparecimento e que, assim, passam a produzir subjetividade a partir do momento em que constroem posições para os sujeitos. Ao fixar-se uma identidade nacional, ou seja, ao existir a atuação desse dispositivo que possibilita novos discursos, temos sujeitos inscritos nessas relações de saber e de poder.

2.2.3 Dispositivo identitário nacional

Exposto o que se entende por identidade nacional, é chegado o momento de sintetizarmos os pontos que nos fazem caracterizá-la como resultado da atuação de um dispositivo conforme a teoria foucaultiana. De forma mais direta, pode-se colocar que o objetivo central deste tópico é responder de forma sucinta à seguinte questão: O que, afinal, entendemos por dispositivo identitário?

O primeiro ponto é detalhar que a busca pelo estabelecimento de uma identidade nacional aponta para o funcionamento de um dispositivo porque interliga saberes e poderes, uma vez que, ao sustentar aquilo que é, reproduz um discurso de saber que só pôde emergir através da atuação das relações de poder. Como vimos, uma identidade encobre diferenças a favor de uma unidade entre seus membros, sendo que essa unidade é sustentada graças à atuação dos diversos mecanismos de poder. As estratégias narrativas que fundamentam uma cultura nacional, tais como o mito fundacional, a ênfase nas origens, os símbolos nacionais, são alguns desses mecanismos que, ao gerarem saber, também geram poder que atingem os indivíduos de determinado território.

Além disso, deve-se perceber que não é a exclusiva atuação do Estado que garante a formação de uma identidade. A identidade sustenta-se por meio da atuação dos diferentes membros: Estado, normas, símbolos, leis, práticas, costumes, discursos, dentre tantos outros. Temos, portanto, a construção de uma identidade a partir da atuação de diferentes elementos, elementos esses que exercerão de forma coordenada, justamente por comporem um dispositivo, um poder que circula com vistas aos resultados que deseja alcançar. Esse dispositivo sempre provoca novas produções, pois cidadãos de um país, ao reproduzirem ou resistirem a esse discurso, continuarão produzindo. Por essa razão, pode-se apontar a existência de um dispositivo.

Esse dispositivo identitário está além do discurso, mas o seu funcionamento pode ser revelado por meio dele. No discurso identitário, há diversas linhas em atuação, as visíveis e as invisíveis, ou seja, aquelas que permitem uma materialidade e aquelas que atuam em prol dessa materialização. Não há como indicar um dispositivo como sendo apenas uma abstração,

um efeito psicanalítico. É preciso investigar e revelar as várias linhas que o compõem para que assim seja possível atestar a unidade estratégica que interliga todas elas.

A principal característica de um dispositivo é seu funcionamento estratégico. O dispositivo identitário teve, nos diferentes momentos históricos, distintos modos de funcionamento, sendo todos eles direcionados pela urgência a ser atendida. No caso do surgimento de uma nação, por exemplo, vemos que o dispositivo identitário aponta para a urgência da criação de uma unidade cultural que possa produzir uma espécie de fidelidade dos sujeitos ao seu país. Portanto, é essa urgência que faz com que os diferentes elementos do dispositivo atuem de forma estratégica e coordenada.

O dispositivo passa a ser ativado quando há alguma forçosa necessidade. A ideia de nação pode ter sido seu efeito inaugural, mas a sustentação dessa identidade nacional passou a produzir subjetividade e, assim, diferentes resultados. Há diferentes indivíduos sendo atingidos pelos efeitos desse dispositivo identitário e, conseqüentemente, há a produção de lugares que esses sujeitos podem ocupar.

Após a apresentação da ideia de identidade nacional e de entendê-la enquanto produto de um dispositivo de poder, temos como objetivo a partir de agora demonstrar os efeitos decorrentes do funcionamento desse dispositivo identitário. Com isso, o primeiro passo será expor alguns dos efeitos mais recorrentes: as ideias de nação e de nacionalismo.

2.3 Nação

A princípio, faz-se necessário esclarecer que os conceitos de identidade nacional e nação não podem ser tratados como sinônimos, embora haja entre eles uma considerável dependência. Nesta pesquisa, tomamos a ideia de nação como um efeito imediato produzido por aquilo que denominamos de dispositivo identitário. Em outras palavras, o dispositivo identitário produz discursivamente, ao buscar o estabelecimento de uma identidade cultural nacional, diferentes resultados, sendo a fixação da ideia de nação uma espécie de efeito inaugural. Por isso, ao falarmos de nação, não estaremos nos distanciando da concepção de identidade nacional, pelo contrário, estaremos problematizando novos efeitos a partir desse efeito inaugural.

Buscar uma definição de nação que seja precisa e unânime a todas as linhas de pesquisa é uma missão irrealizável, dadas as diferentes abordagens que esse tema recebe. Há teóricos que colocam a definição como algo puramente objetivo, considerando questões como raça, território e língua, enquanto outros visam limitar a ideia de forma subjetiva, optando por

demarcar o entendimento por meio da escolha coletiva de um grupo. Defendemos, assim como Hobsbawm (1990), que nem a definição objetiva nem a subjetiva são satisfatórias quando tomadas como vias excludentes.

Smith (2009) desenvolveu a ideia de que há cinco paradigmas norteadores dos estudos sobre nação e nacionalismo: i) primordialista: sustenta que as nações são inerentes à condição humana, ou seja, são próprias da natureza e consideram questões como parentesco e territorialidade; ii) perenialista: defende que a ideia de nação é encontrada ao longo de toda a história e não apenas na modernidade, sendo as nações fruto de laços étnicos; iii) modernista: nações e nacionalismo são fenômenos da modernidade, não são naturais e sim construídos por meio da ação do Estado, do capitalismo e da globalização; iv) etno-simbolista: considera pontos dos primordialistas e modernistas, enfatizando que nações não são resultado apenas de domínios materiais e políticos, mas é também algo subjetivo e simbólico; v) pós-modernista: propõe um declínio da ideia de nação, dadas as fragmentações das identidades nacionais.

Não é objetivo deste trabalho apontar as diferenças e as semelhanças desses paradigmas, tampouco julgar qual deles possui melhor fundamentação. Essa breve apresentação serve apenas para demonstrarmos por qual caminho se deu o recorte teórico desta pesquisa. Adotaremos principalmente as contribuições teóricas desenvolvidas pelo paradigma modernista, por entendermos que ideia de nação é fruto da modernidade, bem como algo construído através do agenciamento de políticas públicas e capitalistas. Entretanto, também exploraremos pontos tanto do paradigma etno-simbolista, que nos permitem pensar a nação como uma construção discursiva decorrente da utilização de símbolos e narrativas, quanto do pós-modernista, que evidencia os discursos nacionais por meio dos efeitos gerados pela globalização.

Dito isso, podemos colocar que, para os autores modernistas, a ideia de nação não foi concebida da mesma forma ao longo do tempo. Hobsbawm (1990) observa que, até 1884, o conceito de nação designava apenas um conjunto agregado de pessoas de uma mesma província, país ou reino. A virada teórica, segundo o autor, acontece a partir da associação de nação a um Estado, a um poder que pudesse gerir todo o território e consequentemente sua população. Dessa forma, o ápice dessa virada conceitual ocorre após a Primeira Guerra Mundial, quando o mapa europeu é redesenhado e passa a existir uma ligação entre unidade política e unidade territorial.

Portanto, é apenas no início do século XIX que a questão da nação passa a ser problematizada, o que torna essa temática um assunto próprio da era moderna. Anderson (2008) explica que o enfraquecimento de dois sistemas culturais pertinentes foi determinante

para o desenvolvimento da ideia de Estado-nação: o da comunidade religiosa e o do reino dinástico. O declínio dessas forças culturais produziu o terreno fértil para a implantação da era nacionalista.

Por comunidade religiosa entende-se as grandes culturas sacras que formavam comunidades de fiéis através de uma língua sagrada que era capaz de interligar o céu e a terra. A língua sagrada, sempre distante da fala, funcionava como o símbolo de união entre os membros de diferentes regiões e era por meio dela que diferentes indivíduos tornavam-se parte de um mesmo grupo. O declínio resultou da exploração do mundo não-europeu e, principalmente, do gradual rebaixamento do uso das línguas sagradas. Por sua vez, a monarquia, que sempre teve sua legitimidade dada por via divina e uma expansão fruto dos casamentos dinásticos e das guerras, entra em declínio. A população, antes tida como súditos, passa a se colocar como cidadãos, e as porosas e indistintas fronteiras desses reinos, sempre capazes de abarcar povos heterogêneos, passam a sofrer seus primeiros abalos.

Diante disso, passa a existir uma urgência em unificar grupos de pessoas que não mais se interligam por meio de línguas sagradas ou por devoção aos impérios. A questão era discutir quais nacionalidades poderiam tornar-se um Estado “e quais dos numerosos Estados existentes estariam imbuídos do caráter de nação” (HOBBSAWM, 1990, p. 36). Com isso, a busca por uma unidade política independente pôde gerar, pelo menos nesse primeiro momento, alguns dos caminhos para o estabelecimento de uma nação.

Todavia, essa unidade política não poderia se apresentar apenas como uma nova monarquia, pois era necessário envolver os antigos súditos que, com as revoluções da época, buscavam espaço nessa nova organização. Grupos advindos de diferentes territórios, com variadas etnias e línguas, precisavam aceitar que faziam parte de uma mesma comunidade. Não bastava delimitar o território e distribuir funções, era preciso montar o discurso que pudesse proporcionar unidade em torno de tantas diferenças. Em função disso, a “necessidade de o Estado e as classes dominantes competirem com seus rivais pela lealdade das ordens inferiores se tornou, portanto, aguda” (HOBBSAWM, 1990, p. 104). Demonstrou-se substancial encontrar uma razão pela qual se pudesse estabelecer uma unidade e fidelidade dos povos plurais que ocupavam determinado território.

Procura-se, então, meios para sustentar essa família, meios que pudessem fixar esse discurso e essa unidade. Gellner (1993) e Hobsbawm (1990) concordam que a ideia de nação é fruto da atuação do Estado, mas discordam quanto à forma de perceber essa atuação. Enquanto o primeiro coloca a nação como algo construído pelo alto, o segundo explica que

as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. [...] Essa visão de baixo, isto é, a nação vista não por governos, porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas (ou não-nacionalistas), mas sim pelas pessoas comuns que são o objeto de sua ação e propaganda, é extremamente difícil de ser descoberta (HOBBSAWM, 1990, p.20).

Essa importante colocação nos faz perceber que a construção discursiva da ideia de nação não depende apenas do poder exclusivo do Estado. Pensar nesse ponto nos permite retomar a teoria foucaultiana no que se refere à circulação do poder: o poder não é um produto, mas um efeito que só aparece no momento que é exercido. Assim, a nação, como efeito da ativação de um dispositivo identitário, apenas se estabelece devido às diferentes relações de poder da sociedade, uma vez que “as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional” (HALL, 2006, p. 49).

Seguindo essa linha de pensamento, Renan (1997) enfatiza que a nação é um plebiscito diário, algo que não pode ser colocado apenas como uma questão: i) de raça, pois com o expressivo número de imigrantes e com a fusão de diferentes povos, não existe mais uma raça pura que possa alcançar a unidade necessária; ii) de religião, que deixou de ser uma imposição empurrada de cima para baixo, passando a ser algo individual; iii) de geografia, visto que as definições de território não obedecem apenas aos caminhos traçados por rios e montanhas; iv) de língua, por ser ela algo histórico e que pouco se relaciona com sentimento e vontade. Por todas essas negações, ele vai sintetizar dizendo que:

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas – que, a bem dizer, não são mais que uma – constituem essa alma, esse princípio espiritual. Uma está no passado, a outra, no presente. Uma delas é a possessão em comum de um rico legado de recordações; a outra é o consenso atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer uma herança que se recebeu íntegra [...] Possuir as glórias comuns do passado e a vontade comum do presente; ter feito grandes coisas em conjunto, querer fazê-las outras vezes mais – eis as condições essenciais para formar um povo (RENAN, 1997, p. 173).

Evidentemente, não é suficiente colocar que a formação desse discurso de unidade está condicionado apenas a uma vontade, a um sentimento ou ao desejo de um povo, pois há a necessidade de apontar por quais vias concretas essa abstração emerge e por quais outras tantas ela se materializa. Contudo, essa afirmação nos leva a percepção de que a ideia de

nação não é algo facilmente compreensível e até mesmo por isso é que, em tantos momentos, ela é apenas aceita e naturalizada.

Entre as teorias mais utilizadas para a definição de nação está a de Benedict Anderson. Ele defende que a nação é “uma comunidade política imaginada e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p.32). Conforme Anderson (2008), uma nação é uma comunidade pois, apesar das desigualdades e explorações, sempre se espera uma “camaradagem horizontal” entre seus membros. Essa condição é sustentada pelas três características basilares de nação de acordo com esse conceito: ela é imaginada, limitada e soberana.

É uma comunidade imaginada porque, por mais que haja um bilhão de membros que nunca se viram, que nunca se encontraram, há entre eles a imagem viva da comunhão que partilham. Por esse motivo é tão importante o estabelecimento de uma língua oficial que possa ser compartilhada entre os seus membros, bem como a fixação de símbolos como o hino, pois, em determinado momento, “pessoas totalmente desconhecidas entre si pronunciam os mesmos versos seguindo a mesma música (ANDERSON, 2008, p 203). Além disso, confirma-se que essa imaginação é criada por meio da língua e não do sangue, por meio da forma compartilhada pela qual a imaginamos.

Renan (1997, p. 162) aponta que essa imaginação acontece porque “a essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”. Pode-se esquecer a sua língua de origem, a violência sofrida por outros grupos dessa mesma comunidade, os costumes e as tradições antes compartilhados, a partir do momento em que se lembra daquilo que é colocado como a identidade dessa nação imaginada.

Por tudo isso, é que também se pode colocar que a nação é limitada, visto que até “mesmo a maior delas, possui fronteiras, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações” (ANDERSON, 2008, p 33). Imaginar uma comunidade a limita, pois ela se tornará diferente de outras nações. Há nela o que não se encontra em nenhuma outra porque todas são imaginadas para serem únicas e, como já dito, é pela diferença que a identidade se sustenta. Da mesma forma, é soberana porque não mais se submete à Igreja ou Reino.

Anderson (2008) continua explicando que essa construção de nação acontece graças a um entusiasmo popular que é consequência do funcionamento de meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das regulamentações administrativas, entre outros fatores. Exemplificando esses meios, ele vai argumentar que a língua impressa, através do capitalismo tipográfico, proporcionou uma concretude e uma ligação entre os membros da comunidade

apesar da distância. Além disso, o autor demonstra que a implantação dos mapas, que demarcavam os territórios e traziam concretude ao lugar imaginado, dos censos, com uma quantificação sistemática das populações, e dos museus, que preservava as recordações passadas, puderam conjuntamente moldar as nações imaginadas.

Portanto, aqui, cabe-nos reforçar que a nação é uma comunidade discursivamente imaginada e produzida por meio da ativação daquilo que chamamos de dispositivo identitário. Essa produção é, conforme aponta Smith (2009), feita de maneira material, mas também de forma simbólica, através das raízes culturais. Em outras palavras, pode-se dizer que o paradigma etno-simbolista coloca que, mesmo que a ideia de nação tenha sido imaginada a partir do século XIX, essa “imaginação” não emerge de modo aleatório. Concordando com isso, Geary (2005, p. 28-29) demonstra que:

seria absurdo sugerir que, pelo fato de essas comunidades serem em certo sentido “imaginadas”, elas devam ser descartadas ou trivializadas, ou deduzir que “de certa forma imaginadas” seja sinônimo de “imaginárias” ou “insignificantes”. Mesmo que as formas específicas de Estados-nações de base étnica dos dias de hoje tenham de fato sido geradas pela imaginação de românticos e nacionalistas do século XIX, isso não significa que outras formas de nações imaginadas não tenham existido no passado – formas tão poderosas como as do mundo moderno, mesmo que muito diferentes. Acadêmicos, políticos e poetas do século XIX não inventaram o passado do nada. Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças preexistentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade ou autonomia política. Além disso, mesmo que essas comunidades sejam em certo sentido imaginadas, elas são bem reais e muito poderosas: todos os fenômenos históricos importantes são de certa forma psicológicos, e os fenômenos mentais – do extremismo religioso à ideologia política – provavelmente mataram mais gente do que qualquer outra coisa, com exceção da peste negra.

Com os efeitos da globalização, o teto-político ao qual os modernistas se referem, passa a ser problematizado, pois o Estado perde a capacidade de limitar uma identidade capaz de, diante do mercado global, costurar uma nação. Por esse motivo, conforme atesta Smith (2009), alguns pós-modernistas, de forma mais radical, vão colocar que esse seria o fim da ideia de nação e de movimentos nacionalistas.

Como exposto, as identidades modernas tendem a ser fragmentadas, porque torna-se cada vez mais problemática a homogeneização de diferentes grupos em torno de uma identidade nacional, principalmente em uma era digital que encurta distâncias e parece agenciar hipernações. O que não significa dizer que isso possa caracterizar definitivamente o desaparecimento da ideia de nação. Hall (2006) explica que esse efeito globalizador pode ter

duas consequências: o enfraquecimento das identidades nacionais diante do fortalecimento das identidades locais ou a busca pelo fortalecimento do discurso nacional em prol da sustentação da identidade nacional. Até mesmo a primeira consequência não é suficiente para caracterizar o término da ideia de nação, mas revela, assim como a segunda consequência, como se faz difícil a missão de esconder as rachaduras das identidades nacionais e consequentemente a ideia de unidade nacional.

Relevante explicar que os discursos que produzem a ideia de nação são elementos constitutivos do dispositivo identitário, pois, ao organizar e trabalhar na manutenção das identidades e na consequente subjetivação de sujeitos, o dispositivo agencia os discursos que produzem a ideia de nação. Além da ideia de nação, a busca pela fixação dessa identidade também produz a perpetuação do nacionalismo.

2.4 Nacionalismo

Assim como há diferentes concepções sobre a ideia de nação, existem inúmeras maneiras de conceber o fenômeno do nacionalismo. Teóricos modernistas, tais como Hobsbawm (1990) e Gellner (1993), defendem a hipótese de que o nacionalismo é anterior à existência de uma nação, pois o nacionalismo está no desejo de se concretizar uma nação. Enfatizamos que ambos, tanto nação como nacionalismo, são efeitos do dispositivo identitário, visto que a nação funciona como o estabelecimento de uma identidade, enquanto o nacionalismo emerge como o apego a ela.

Anderson (2008, p. 34) aponta que é preciso olhar para essa fraternidade, essa camaradagem horizontal, que faz com que “tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas”. O próprio autor, entretanto, é claro ao colocar que o nacionalismo nunca gerou grandes pensadores próprios e, com isso, torna-se problemática toda essa discussão.

Para o paradigma modernista, como já explicado, nação e nacionalismo são produtos da modernidade e estão diretamente ligados à atuação do Estado e ao avanço industrial. Gellner (1993, p. 11) define que “o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”. Segundo essa visão, a legitimidade política do Estado depende da existência de uma unidade nacional que ocorre justamente pela atuação do nacionalismo.

Por esse motivo, a cultura passa a ser algo de interesse do Estado que visa criar, por meio do sistema educacional, da organização industrial, o espaço apropriado para desenvolver

esse sentimento de pertencimento. A era industrial precisa da atuação de todos os membros de um país, independentemente de sua origem cultural, para que o Estado possa ter o seu desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, o nacionalismo é um requisito da estrutura e da organização industrial moderna, dado que ele utiliza e formaliza culturas a fim de constituir nações.

Gellner (1993, p. 74) é categórico ao expor que o nacionalismo “reflecte a necessidade objectiva de homogeneidade”. Com isso, demonstra que o nacionalismo constrói unidade por meio da escolha e defesa de uma identidade comum a todos. Essa homogeneidade, segundo autores, pode ocorrer por duas formas, o que consequentemente impõe dois tipos de nacionalismo: o étnico e o cívico. O nacionalismo étnico manifesta-se entre aqueles que acreditam que o surgimento de uma nação está condicionado a uma questão de raça, parentesco e língua. Com isso, esse tipo de nacionalismo acaba por se preocupar mais com a separação daqueles que não atendem a esses critérios do que com uma questão de unidade, sendo assim “associado à violência étnica e a projetos de limpeza étnica ou genocídio” (CALHOUN, 2008, p. 56).

Em oposição ao étnico, o nacionalismo cívico está ligado não a questões biológicas, mas à lealdade de cidadãos a alguma identidade política. Essa questão aproxima-se da concepção moderna de que as nações são criações e não efeitos naturais, deixando evidente como a aceitação de uma identidade antes pensada e institucionalizada pelo Estado, passa a ser defendida e perpetuada por toda uma comunidade. Assim, segundo Calhoun (2008, p. 79), o nacionalismo cívico tem como ponto crucial “a possibilidade dos cidadãos adotarem a identidade nacional por livre escolha”.

Essa possibilidade de escolha elucida como o nacionalismo, embora tenha sua origem ligada ao Estado, não está preso e não se limita apenas a uma atuação política ou administrativa. Calhoun (2008, p. 39) explica que:

O nacionalismo é muito disseminado no mundo moderno por ser amplamente utilizado, não meramente encontrado, mas usado em projetos diferentes – para reivindicar ou contestar a legitimidade de governos, exigir a reorganização de currículos escolares, promover a eliminação de minorias étnicas na busca da pureza racial ou cultural. [...] o nacionalismo é verdadeiro e poderoso. Ele importa porque é parte vital de projetos coletivos que dão forma ao mundo moderno, onde transformam as próprias unidades de solidariedade social, identidade e reconhecimento legal, e organizam conflitos mortíferos.

Tal afirmação deixa claro como o nacionalismo não está engessado e muito menos colocado como algo próprio para dado momento histórico ou grupo. Como dito, o

nacionalismo é visto no momento de uso, no momento em que passa a dar forma às relações sociais, sejam elas políticas, econômicas, esportivas, dentre tantas outras. Ele importa porque pode provocar guerras, mortes, o nascimento ou a morte de nações, bem como o entusiasmo coletivo em torno de um campeonato esportivo.

Cabe, diante disso, afirmar que o nacionalismo produz nos diferentes campos porque, antes de tudo, está condicionado a uma identidade nacional. O nacionalismo está em atuação sempre que consegue propagar essa identidade e com isso produzir subjetividade, sendo assim um elemento do dispositivo identitário. Dessa forma, ele é tanto um efeito como um elemento do dispositivo, pois ao mesmo tempo que constrói essa identidade, depende dela para se perpetuar.

Além disso, fica evidente que seu poder é revelado justamente por sempre estar em atuação independentemente dos cenários. Por esse motivo, Calhoun (2008, p. 54) recorre à teoria foucaultiana para definir esse fenômeno, explicando que o nacionalismo é uma formação discursiva, pois:

É um modo de falar que molda nossa consciência, mas também é suficientemente complexo para não parar de gerar mais questões e problemas. Como formação discursiva, o nacionalismo está implicado no tratamento generalizado, embora discutível, das sociedades como demarcadas, inteiras, completas, com identidade, cultura e instituições distintas.

Partilhamos dessa concepção, visto que, como já explicado no capítulo anterior, identificamos uma formação discursiva a partir das regras de dispersão dos enunciados e, dessa forma, por mais que o nacionalismo reproduza diferentes resultados, haverá entre eles uma correlação de produção. Essa correlação está não em produzir as mesmas coisas, mas em produzir novas coisas a partir daquilo que já foi colocado. O nacionalismo cívico, por exemplo, pode ser o oposto do étnico, mas ambos apoiam-se na busca por uma homogeneidade nacional, produzindo igualmente novas questões sociais.

O nacionalismo é, então, uma formação discursiva por ser “um modo de falar, escrever e pensar sobre as unidades básicas da cultura, política e noção do seu lugar no mundo, que ajuda a constituir nações como dimensões reais e poderosas da vida social” (CALHOUN, 2008, p. 56). O nacionalismo está sempre produzindo novos acontecimentos discursivos a partir da busca por fixar uma identidade nacional, identidade essa que delimita não apenas lugares, mas que principalmente produz sujeitos. Esses sujeitos, embora resistam a esse discurso, irão formular novos enunciados que buscam sustentar uma verdade sobre aquilo que

são e, por essa razão, o nacionalismo é esse fenômeno que vai moldando o mundo moderno. Em resumo, o nacionalismo é apenas mais uma das linhas, por vezes visível e por vezes invisível, que produz lugares para os indivíduos.

Dito isso, faz-se necessário, principalmente devido às percepções mais atuais, distinguir o nacionalismo de outro fenômeno: o patriotismo.

2.4.1 Nacionalismo e Patriotismo

Neste primeiro momento, é substancial considerar que, embora o atual cenário político brasileiro coloque o nacionalismo e o patriotismo como sinônimos, esses fenômenos, ao longo da história, não foram práticas com objetivos e resultados comuns. Uma vez que esta pesquisa baseia-se na existência de uma construção identitária nacional e nos seus consequentes resultados, torna-se cabível reforçar que, em princípio, o patriotismo não esteve associado às identidades nacionais. Diferentemente das ideias de nação e de nacionalismo, que estão relacionadas à ideia de identidade e que emergiram apenas no século XIX, questões como pátria e patriotismo são tidas como virtudes dos verdadeiros cidadãos, sendo discutidas desde as antigas civilizações.

Viroli (2020) diz que o patriotismo antigo, diferentemente do moderno, era antes de tudo um sentimento religioso. A palavra pátria significava a terra dos pais, um solo santificado no qual se encontram sepultados todos os ancestrais e deuses de um povo e para o qual todo o amor deveria ser dedicado. O patriotismo, portanto, ligava os homens à sua pátria por um vínculo religioso. Se pensarmos como, até mesmo nos dias atuais, predomina o costume de sepultar mortos na cidade do seu nascimento, podemos afirmar que o patriotismo religioso pode até ter declinado, mas continuou reverberando de outras maneiras. Contudo, não cabe aqui apresentarmos uma arqueologia do patriotismo, dado o objetivo desta pesquisa. Nossa meta é apenas esclarecer alguns dos pontos necessários ao entendimento da distinção entre nacionalismo e patriotismo, para assim entendermos aquilo que podemos chamar de “nacionalização do patriotismo”.

No século XVIII, o patriotismo é tido como o amor de homens livres à sua terra, sendo que essa liberdade só poderia ser encontrada através da República, uma vez que esse pensamento seguia as ideias iluministas daquele período. Cabe destacar que esse amor pela terra não exige critérios bem definidos, não impõe traços tal como o nacionalismo. O patriota, segundo essa visão, ama seu lugar e seus compatriotas, sejam eles iguais ou diferentes dele. Por essa razão, Viroli (2022) defende que, para o patriota, os principais valores são a

República e a vida livre, enquanto para o nacionalista, os valores primordiais são a unidade e a pureza cultural de um povo.

É essa distinção que nos interessa, pois o patriotismo, nesse sentido, só pode ocorrer quando se distancia de uma identidade nacional, de questões como raça, língua e cultura. Mendes (2017, p. 24-25) detalha dizendo que:

O que caracteriza o patriotismo? Em última análise é circunscrever um ambiente político privilegiado de lealdade, de vínculo afetivo, por considerá-lo 'meu'. Mas o fato de existir esta crença de que aquilo é 'meu' não implica na existência de marcadores fixos sobre o que é exatamente a 'minha' pátria. Ela é 'minha', mas *o que* ela é continua a ser algo passível de discussão entre 'nós' que compartilhamos esta pátria. A nação é o território da crença no *é*; a pátria é o território da crença no *deve ser*. O nacionalismo é a construção da nação, ou, em outras palavras, é a definição dos limites entre o 'nós' e o 'eles' através da escolha das características que os indivíduos que compõem a nação possuem. Já o patriotismo é a defesa do bem da pátria, mas não através da imposição de determinados marcadores, pois o conceito de pátria é neutro, não tem substância além de sua própria existência.

Essa colocação deixa claro como o dispositivo identitário atua para a formação de uma nação, mas não de uma pátria. Explica-se essa afirmação a partir da compreensão de que, embora a negação de uma identidade nacional seja também um lugar identitário, é um lugar identitário que não faz uso de elementos comuns (língua, raça, bandeira, hino etc) que são obrigatórios para a constituição da nação.

O patriotismo, nessa linha de pensamento, preocupa-se em estabelecer uma harmonia entre as pessoas e o seu lugar. Um patriota ama sua pátria e busca o melhor para ela, sem se preocupar em delimitar aquilo que ela é. Há, portanto, uma preocupação com o bem comum e uma construção contínua desse “lar comum”, uma vez que a pátria precisa ser um lugar de acolhimento para todos os seus cidadãos. Assim, a República é o terreno próprio para o patriotismo, pois nela todos os cidadãos são ouvidos.

O patriotismo, segundo Viroli (2020), deve ser visto como algo positivo, enquanto o nacionalismo algo a ser exterminado. Ligada ao cosmopolitismo, o patriotismo busca enaltecer seu país, sem precisar impor uma superioridade sobre outros territórios. Está, portanto, longe da exclusão ou violência. Orwell (2015, n.p.) declara que:

Por “patriotismo” entendo a devoção a um lugar e um modo de vida particulares, tidos por alguém como os melhores do mundo, mas sem o desejo de impô-los às outras pessoas. A natureza do patriotismo é defensiva, tanto militar como culturalmente. O nacionalismo, por outro lado, é inseparável do desejo de poder. O propósito permanente de qualquer nacionalista é garantir mais poder e mais prestígio não para si próprio, mas

para a nação ou unidade em nome da qual escolheu anular a sua individualidade.

Toda essa exposição é válida para entendermos que apenas nos casos em que o patriotismo é realmente manifestado como o desejo livre de desenvolver um lugar comum a todos, é que ele pode ser considerado como um discurso distante de uma identidade nacional, tal como pensada pelos Estudos Culturais. Entretanto, desde as monarquias até os dias atuais, principalmente a partir da absorção do termo patriótico aos discursos políticos, o patriotismo passa a manifestar os mesmos objetivos do nacionalismo: a homogeneidade cultural e, conseqüentemente, a perpetuação de uma identidade nacional. Por esses motivos, enfatizamos a emergência de uma nacionalização do patriotismo: o uso do termo pátria para difundir e sustentar a identidade nacional.

A fim de delimitar ainda mais essa diferença, podemos descrever uma visão nacionalista e uma patriota a partir do uso de um elemento fundamental a esta pesquisa: a bandeira nacional brasileira. Entendemos que um patriota usa, expõe e cuida da bandeira por ser ela algo caro a seu país. Contudo, esse sujeito não iria se opor se algum outro brasileiro enxergasse em diferente símbolo os valores até então propagados pela bandeira. O patriotismo, nesse caso hipotético, está em que todos cultivem os mesmos valores, mas sem a exigência de utilizar os mesmos símbolos para isso. Já o nacionalista jamais aceitaria o cultivo de outro símbolo que não aquele que já carrega a identidade da sua nação.

Esse exemplo serve para expor as diferentes abordagens desses fenômenos, mas também é útil para a percepção de como é delicado fazer uma distinção entre as duas coisas, dada a dificuldade em delimitar tais características no cenário atual. A fim de ajudar nessa distinção, Mendes (2017) classifica o nacionalismo como um particularismo fechado, pois tem ele a necessidade de delimitar os específicos marcadores de uma nação. O patriotismo, por sua vez, seria um particularismo aberto por ser ele um campo adepto ao debate e a uma constante construção do “nós”.

Porém, esse particularismo aberto perde forças, pois, como já dito, o patriotismo passa a ser usado no discurso político, sendo na grande maioria das vezes utilizado não para defender uma discussão, mas para propagar marcadores muito bem definidos. Fosse por meio de monarcas, ditadores ou presidentes, a construção da pátria passa a ser dirigida por aqueles que comandavam o Estado, colocando em jogo os interesses necessários à formação de uma nação. Viroli (2020) aponta que, por essa razão, muitas das vezes o amor à pátria foi

transferido para um tipo de amor e devoção aos governantes e, conseqüentemente, aos seus ideais.

Tudo isso proporciona uma ascensão do nacionalismo, mesmo que, por vezes, apresentado como patriotismo. A recusa pelo primeiro se dá principalmente após a monstruosidade do Nazismo na Segunda Guerra Mundial. Após esse triste momento histórico, alguns teóricos vão propor caminhos para fugir do vazio patriótico, sem assim aceitar o radicalismo nacionalista. Entre eles, destacamos o filósofo Jürgen Habermas, que apresentou a necessidade de ser desenvolvido um patriotismo constitucional, sendo assim um substituto do nacionalismo. Tal teoria apresenta a necessidade de cidadãos fiéis não à pátria ou à nação, mas a uma constituição nacional.

O conceito de patriotismo constitucional visa promover um bem comum a partir da colaboração dos diferentes grupos sociais. Seria, portanto, uma

lealdade política a um pacto constitucional como tal, importante tanto como um compromisso com os procedimentos que limitariam lealdades a grupos sociais (nações ou etnicidades) significativos quanto como um referencial para um discurso público no qual o próprio público assume parte legitimadora de outro modo designado às nações [...] o patriotismo constitucional não endossa nenhum deles em sua especificidade, mas sim um compromisso geral com a justificação de decisões coletivas em termos de equidade (CALHOUN, 2008, p.48).

Embora seja bastante difundida e defendida, a proposta de Habermas não é unânime, pois como bem podemos compreender até este ponto do trabalho, conciliar os interesses patrióticos e nacionalistas não se faz um exercício simples. Nosso objetivo, ao colocar a dificuldade em perpetuar uma distinção entre patriotismo e nacionalismo, é expor a constante atuação de um dispositivo identitário que, através de seus distintos elementos, atua de modo a difundir o sentimento de pertencimento a uma nação, sendo essa nação fruto da identidade cultural. Por esse motivo, defendemos que o patriotismo antigo não mais se sustenta na atualidade, dado a atuação desse dispositivo, o que torna patriotismo e nacionalismo sinônimos.

Dito isso, apresentaremos uma breve descrição de alguns dos elementos que constituem o dispositivo identitário brasileiro, para assim evidenciar a heterogeneidade desses elementos, a atuação estratégica que desempenham e o processo de subjetivação que desencadeiam.

2.5 O dispositivo identitário brasileiro

Primordialmente, torna-se substancial esclarecer que não temos como objetivo desenvolver uma apresentação sobre os inúmeros elementos que compõem o dispositivo identitário brasileiro, muito menos expor uma definição do Brasil enquanto nação. Diversos autores, entre historiadores, antropólogos e sociólogos, têm se dedicado a esse propósito ao longo dos anos, buscando apresentar teorias que possam fundamentar as mais diversas práticas sociais do nosso país, como também os comportamentos e as posições ocupadas por sujeitos brasileiros. Este tópico do trabalho assume o objetivo de apontar como os diferentes elementos sociais atuam estrategicamente a fim de possibilitar a emergência desses discursos, sendo eles, portanto, partes de um dispositivo identitário que produz subjetividade.

Como já detalhado, a identidade nacional visa homogeneizar diferentes sujeitos em prol de uma unidade nacional. Diante disso, torna-se indispensável compreender brevemente como o Brasil pôde se sustentar enquanto uma nação através da atuação de diferentes elementos. DaMatta (1986, p. 12), ao afirmar que “onde quer que haja um brasileiro adulto, existe com ele o Brasil”, evidencia que a nacionalidade faz recair sobre um sujeito o discurso que forma sua nação. Dessa forma, reconhece-se que, por mais diferentes que possam ser os sujeitos dessa nacionalidade, há entre eles uma ligação que os colocam como semelhantes, isto é, há uma identidade nacional que sobressai ao passo que liga tal cidadão a uma comunidade.

Essa problematização expõe como o funcionamento do dispositivo identitário brasileiro legitimou, em prol da construção dessa comunidade, práticas de silenciamento identitário, dado que, antes de existir o reconhecimento de indivíduos enquanto membros de grupos com critérios específicos (raça, gênero, classe, origem), há a concepção deles enquanto brasileiros.

A exclusão decorrente da construção de um discurso nacional faz com que alguns traços sejam apagados enquanto outros são estrategicamente reforçados. À vista disso, esse dispositivo, ao estabelecer uma identidade, visa formar uma massa uniforme, livre de diferenças e de conflitos. A identidade visa homogeneizar aquilo que na verdade é muito diverso.

Enquanto território originalmente indígena, marcado posteriormente por um longo período escravocrata e por anos de migração europeia, o Brasil precisou, desde muito cedo, estabelecer um discurso capaz de diminuir diferenças em prol de uma unidade. Schwarcz e Starling (2018) atestam que a independência do Brasil em 1822 criou um Estado e não uma nação. A formação da nação se daria, segundo as autoras, no Segundo Reinado, uma vez que

nesse período buscou-se mais fortemente a consolidação de uma cultura e, consequentemente, a sustentação de símbolos que possibilitassem o seu surgimento.

Pode-se perceber a atuação de variados elementos do dispositivo nesse período da história, uma vez que o Império agenciava meios para conformar uma cultura própria que pudesse unificar todo o território. Imprescindível, pois, pensar:

Qual seria a estratégia para transformar essa multiplicidade de províncias e realidades numa nação? Como fazer de uma população dispersa na área rural, mal unida por lealdades de província, condicionada pelo sistema escravista sentir-se parte de uma comunidade política? Como criar um sentimento de Brasil? A saída será, ao lado do incentivo a um projeto modernizador, investir na seleção de uma “cultura tropical”, e distante de tudo que lembrasse escravidão (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 283).

As autoras apontam para a criação de “um sentimento de Brasil”, sentimento esse que seria forjado pelo Império, mas também por outros tantos elementos do dispositivo identitário. A literatura, por meio dos romancistas do período, produzia um discurso, digno de uma literatura política, que apresentava uma origem para o Brasil, uma identidade natural e o brasileiro como a mistura perfeita entre índios e brancos, na medida em que encobria a violência sofrida pela população indígena durante a invasão do território brasileiro. Era o silenciamento da barbárie em favor da apresentação de uma nação civilizada.

Nessa cultura tropical, o índio torna-se um herói nacional, ao morrer em favor do nascimento da nova nação, e um símbolo nacional capaz de representar as belezas selvagens do lugar. Como apontado por Hall (2006), a narrativa cultural é fixada por meio de, dentre outras coisas, um mito fundacional capaz de explicar a origem de um povo. No caso brasileiro, esse mito é propagado por obras como *Iracema*, de José de Alencar, na qual a indígena morre logo após gerar o “povo brasileiro” a partir da relação com um branco europeu.

Para além da literatura, capta-se a atuação de outros elementos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição de fomento da pesquisa e, principalmente, de preservação histórico-geográfica. Naquele cenário, tinha como “objetivo construir uma história nacional, a partir da seleção de eventos e grandes personagens, logo transformados em heróis” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 285). Percebe-se, então, uma heterogeneidade de elementos atuando na produção de um Brasil nação e, consequentemente, na produção de sujeitos brasileiros.

Essa heterogeneidade estratégica é urgentemente ativada também durante a República, que logo buscava a manutenção de uma coletividade nacional. A reformulação dos símbolos

nacionais dá conta de um discurso que agencia a perpetuação de uma comunidade. Enquanto República, isto é, enquanto nação supostamente adepta aos novos valores democráticos, o Brasil precisaria dar espaço à população negra ao passo que escondia seu passado escravocrata. O novo Hino da Proclamação da República, símbolo do país e, portanto, elemento do dispositivo identitário, é instituído em 1890 e, menos de dois anos após a Lei Áurea, já declarava que “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre País”.²

A partir dos anos de 1930, o negro passar a compor os discursos que visavam sustentar uma harmonia racial em todo o território. Exalta-se o mestiço dando destaque a elementos até então rejeitados, como a capoeira, a feijoada, elegendo-se de vez a malandragem como mais um traço da identidade nacional. O sociólogo Gilberto Freyre (2006), através da obra *Casa-grande & senzala*, inaugura o mito da democracia racial, segundo o qual há, no Brasil, a convivência harmoniosa entre os diferentes povos, sendo nossa miscigenação racial uma provedora da igualdade. Discursos como esses exercem poder porque, conforme Foucault (1979), incitam a produção de novos saberes, de novos discursos, na medida em que moldam práticas sociais.

Darcy Ribeiro (2015), ao apresentar um estudo sobre a formação do povo brasileiro, alerta para a necessidade da criação de uma identidade étnico-nacional que possibilitasse a união de diferentes povos. E acrescenta que:

O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identidades étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios). Só por esse caminho, todos eles chegam a ser uma gente só, que se reconhece como igual em alguma coisa tão substancial que anula suas diferenças e os opõe a todas as outras gentes. Dentro do novo agrupamento, cada membro, como pessoa, permanece inconfundível, mas passa a incluir sua pertença a certa identidade coletiva (RIBEIRO, 2015, p. 100).

Pertinente esclarecer que essa nova identificação não emerge ao acaso. A defesa da “anulação das identidades étnicas” visa promover uma igualdade, na qual todos os indivíduos precisam esquecer quem são particularmente para se tornarem brasileiros. Há um esforço para tornar essa doação a uma nova identificação algo voluntário e espontâneo, ao passo que esconde as práticas que promovem traços de alguns grupos enquanto silencia a de outros. Portanto, o discurso de Ribeiro (2015) deve ser visto como elemento do dispositivo

² Hino da Proclamação da República do Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v64YLLd-ueA&ab_channel=HenriqueLuconi. Acesso em: 09 maio 2023.

identitário brasileiro, pois através dele há o agenciamento dessa identidade coletiva. Diferentes sujeitos são convocados a esquecer suas diferenças para assim se subjetivarem na posição de brasileiros.

O saber constituído por esses discursos possibilita a formação de verdades sobre o Brasil e, como efeito, sobre cada sujeito brasileiro, uma vez que tais verdades são produzidas pelo dispositivo identitário. Dessa forma, o dispositivo forma os saberes que logo constituirão uma verdade, verdade essa que autoriza essa homogeneização nacional na medida em que produz subjetividade.

Mesmo que muitas dessas “verdades” do Brasil tornem-se insustentáveis diante dos registros de violência e intolerância na nossa sociedade, o dispositivo identitário age estrategicamente a fim de garantir a imagem de uma identidade indivisível, estabelecendo uma cultura nacional forte, que “gruda tal qual tatuagem. Sua inclusão no cotidiano é tão natural que esquecemos que ela é feita de muita construção política, social e humana” (SCHWARCZ, 2019, p. 189). Portanto, essa identidade cultural nacional, não natural e muito menos espontânea, faz com que os diferentes sujeitos brasileiros ocupem um lugar discursivamente construído que os caracterizam como um povo solícito, pacífico, alegre e unido.

Por esse motivo, Damatta (2020) aponta que, em uma sociedade na qual tudo é voltado para o universo harmonioso e cordial, atos que revelam nossa face autoritária, conflituosa e preconceituosa são negados e escondidos. Logo, podemos colocar como a atuação do dispositivo identitário visa promover o apagamento dessas situações que desestruturam a identidade nacional. Pode-se afirmar, portanto, que a imagem do país da cordialidade “foi sempre uma performance política e cultural, e não um retrato fiel da ausência de atritos e ambiguidades entre os brasileiros” (SCHWARCZ, 2019, p. 219).

Diante disso, o carnaval e o futebol sempre foram elementos desse dispositivo identitário, uma vez que projetam e, mais do que isso, possibilitam a emergência do Brasil enquanto uma nação alegre, multicultural e inclusiva. Damatta (1986, p. 75) relata que o carnaval “permite que possamos ser tudo o que queríamos, mas que a ‘vida’ não permitiu”, atestando como esse evento possibilita acobertar as práticas hierarquizantes da nossa sociedade, transfigurando-se assim na festa perfeita para representar a identidade nacional.

O futebol, antes esporte de elite, ganha destaque e popularidade ao instituir “abertamente a malandragem como arte de sobrevivência e o jogo de cintura como estilo nacional” (DAMATTA, 1994, p.17). O futebol propicia momentos de união e emoção entre os diferentes cidadãos brasileiros, fazendo com que o discurso de pacificação seja reforçado.

Também é através dele que o Brasil ganha visibilidade mundial, mesmo não atendendo aos critérios econômicos vistos nas nações mais respeitadas. O título de “país do futebol” atesta a importância desse elemento que compõe o dispositivo identitário brasileiro.

O futebol é um elemento cultural que, ao contribuir para formar discursivamente a nação brasileira, agencia traços próprios por meio da identidade que produz, ou seja, o futebol impõe traços sobre as representações do Brasil, mas também recebe características tidas como originais do povo brasileiro. Assim, há uma sustentação discursiva do “país do futebol” e do “futebol arte” que simultaneamente formam esse esporte e o Brasil enquanto nação. Contudo, cabe reforçar que essa popularidade não emerge ao acaso. Pelo contrário, ela é agenciada a partir da relação do futebol com os outros elementos do dispositivo identitário, justamente por ser ele parte dessa engrenagem estratégica que produz a identidade nacional.

Comprova-se, portanto, a heterogeneidade desse dispositivo identitário que, em diferentes momentos históricos, organiza-se de forma estratégica a fim de assegurar uma identidade nacional e, assim sendo, construir uma posição-sujeito para os indivíduos brasileiros. Diante disso, afasta-se a hipótese de que a constituição de uma nação seja algo reservado apenas às instituições governamentais ou às normas e leis vigentes. Esses elementos juntam-se aos outros que igualmente exercem poder e funcionam como partes indispensáveis dessa rede estratégica.

Após essa breve apresentação da atuação de alguns dos elementos do dispositivo identitário brasileiro, passamos a destacar especificamente a atuação de um dos mais importantes: a bandeira nacional. Passaremos a problematizar, no próximo capítulo, a atuação do dispositivo identitário brasileiro por meio de uma análise arqueogenealógica do uso da bandeira e das cores nacionais, a fim de apontar a produção de subjetividade decorrente desse uso.

CAPÍTULO 3 - BREVE ARQUEGENEALOGIA DA BANDEIRA E DAS CORES OFICIAIS DO BRASIL

Neste capítulo, considerando o discurso como um lugar estratégico no interior do qual funcionam as relações de poder e de saber, bem como a produção de subjetividades, empreenderemos uma arqueogenealogia da bandeira brasileira e das cores nacionais como símbolos de uma identidade nacional e como elementos constitutivos do dispositivo identitário brasileiro. O intuito será o de demonstrar o funcionamento discursivo de tais elementos mediante sua espessura histórica para assim verificar a produção de subjetividade que daí decorre.

Dito isso, torna-se pertinente esclarecer que não há a pretensão de esgotar esse arquivo, ou seja, não há presunção de analisar por completo todas as condições de emergência desse discurso, pois, como bem aponta Foucault (2008), essa não é uma tarefa realizável. A análise arqueogenealógica da bandeira e das cores oficiais do Brasil dar-se-á por meio de uma seleção de enunciados representativos que possibilitem verificar como esses elementos nacionais agenciaram a construção de uma posição-sujeito em diferentes momentos da história brasileira.

Para isso, a seleção desses enunciados visou apreender tais condições em períodos específicos da história do Brasil. Como apresentado, Foucault (2008) esclarece que a história deve ser vista através de suas descontinuidades e rupturas. Em razão disso, a seleção dos enunciados se desenvolve a partir da busca por uma regularidade discursiva diante das descontinuidades da história política do Brasil enquanto nação. Noutros termos, a seleção dos enunciados a serem analisados apresenta o intuito de demarcar como esses elementos do dispositivo identitário brasileiro adaptaram-se diante da urgência em assegurar uma identidade nacional, afastando-se da ideia de uma atuação imutável frente às descontinuidades históricas.

Este capítulo apresentará o funcionamento discursivo da bandeira e das cores nacionais em quatro cenários da história do Brasil demarcados por descontinuidades políticas para, assim, atender a objetivos específicos em cada um deles. Tais objetivos são os seguintes: i) problematizar as condições que apontavam para o estabelecimento de uma nova nação e de uma identidade nacional durante o Império; ii) evidenciar as novas condições de enunciação em torno desses símbolos nacionais ao longo do Regime Republicano; iii) indicar o fomento desses elementos enquanto símbolos nacionais durante períodos autoritários, mais

precisamente durante o Estado Novo e a Ditadura Militar; iv) empreender uma análise do uso desses elementos a partir do embate político proliferado nas redes sociais entre 2013 e 2023.

Evidentemente que não cabe a esta pesquisa expor um exame sobre a complexidade de cada um desses períodos, muito menos captar, como mencionado, o uso da bandeira e das cores em sua totalidade em cada um deles. A análise de acontecimentos singulares permitirá alcançar o objetivo de verificar o exercício do dispositivo identitário através desses elementos em condições enunciativas variadas, bem como a produção de subjetividade em cada um desses momentos.

Importante também esclarecer que não há como selecionar os enunciados por meio da delimitação dos gêneros textuais/ discursivos em que emergem, isto é, não há como, por exemplo, indicar, para o desenvolvimento das análises, apenas notícias, leis, ou postagem em redes sociais. Recorrer a esse critério metodológico resultaria em um prejuízo aos objetivos desta pesquisa, dado que se pretende captar a forma estratégica como o dispositivo identitário se atualiza. Fez-se necessário, portanto, selecionar os gêneros de acordo com seu exercício e circulação em cada momento histórico, adotando aqueles mais fortemente representativos naquele período. Logo, analisar-se-á os enunciados materializados em Decretos, medidas legislativas, jornais, documentos oficiais, postagem em redes sociais, dentre outros. Dessa forma, será possível registrar a atuação estratégica do dispositivo na busca por viabilizar a sustentação de sujeitos brasileiros em diferentes cenários.

Em um primeiro momento deste capítulo, evidenciaremos a bandeira e as cores nacionais como elementos discursivos que sustentam a ideia de nação. Em seguida, buscaremos interrogar a materialidade discursiva desses símbolos brasileiros a respeito de suas condições históricas de emergência, objetivando apontar em seu funcionamento as formas de *dizibilidade*, de *conservação*, de *memória*, de *reativação* e de *apropriação* dos enunciados que as discursivizam.

Cabível retomar, neste ponto, aquilo que Foucault (2010) compreende por cada uma dessas formas, ou seja, aquilo que ele propõe ao descrever essas interrogações. Sendo o arquivo o sistema de regras que rege a emergência, a transformação e o desaparecimento dos enunciados, interrogá-lo passa a ser um exercício de empreender a formação dos saberes e, logo, as verdades que nos cercam. Uma análise arqueológica alcança uma descrição do arquivo ao ponto de compreender como essas regras vão definir, em cada época e em cada sociedade, as formas e os limites dos discursos.

Diante do objeto desta pesquisa, a bandeira e as cores nacionais, busca-se analisar variados acontecimentos discursivos, a fim de verificar como as condições de emergência definem:

- a) as formas e os limites de *dizibilidade* dos discursos que constituem a bandeira nacional e as cores do Brasil, isto é, aquilo que se pôde falar sobre esses elementos, como puderam se constituir enquanto símbolos nacionais, como passaram a emergir na qualidade de meio para agenciar uma identidade nacional nos diferentes períodos históricos;
- b) as formas e os limites de *conservação* desses símbolos, ou seja, quais dos enunciados que discursivam a bandeira e as cores do Brasil se conservaram ao longo do tempo e, igualmente, quais deles foram estrategicamente silenciados;
- c) as formas e os limites de *memória* a partir do apontamento da relação existente entre os diferentes acontecimentos que materializam discursivamente esses símbolos nacionais. Trata-se de perceber como a bandeira e as cores puderam se perpetuar graças aos enunciados dados como válidos ao longo do tempo;
- d) as formas e os limites de *reativação* para, diante disso, aferir por quais meios e em quais situações esses elementos nacionais são reativados e como eles passam a ser valorizados a partir do papel que desempenham;
- e) as formas e os limites de *apropriação* com o intuito de perceber como a bandeira e as cores nacionais, enquanto elementos discursivos, foram apropriados por diferentes grupos. Essas formas demonstram, portanto, a relação desses elementos discursivos com os seus autores (FOUCAULT, 2010).

Toda essa análise em torno das condições de emergência dos discursos tornará possível verificar não apenas os saberes, mas também os poderes que legitimam tais discursos. Logo, desenvolver-se-á uma análise por meio do método arqueogenealógico, a fim de elucidar a constituição de saber em torno da bandeira e das cores do Brasil, bem como as relações de poder que o constituem. Com isso, será possível apreender a atuação do dispositivo identitário e, conseqüentemente, a construção discursiva de posições-sujeito para os indivíduos brasileiros.

3.1 Bandeira e cores: símbolos nacionais

Hall (2006, p.50) declara que as “culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações”. Além disso, reforça que os

símbolos são parte da narrativa de nação e que, assim, representam as experiências partilhadas que dão sentido a um país e, conseqüentemente, a todo o seu povo. Símbolos são um dos mais antigos elementos constitutivos do dispositivo identitário, uma vez que surgem desde muito cedo a fim de sustentar a identidade nacional.

Smith (2009) também explica que os símbolos permitem entrar no “mundo interior” dos sujeitos para motivar ações coletivas, como também para ajudar a criar e a sustentar laços e um senso de identidade nacional. Símbolos nacionais tornam-se símbolos não por meios naturais ou simplesmente pelo cumprimento de leis, mas por cumprirem com a função de colaborar para a sustentação da imagem de um país. De maneira simplória, podemos dizer que são símbolos por conseguirem materializar um discurso nacional.

Assim como a identidade nacional surge pela necessidade que temos de pertencer a algo maior que nós mesmos, os símbolos nacionais são criados com a finalidade de representar esse sentimento abstrato, fortemente presente na vida dos diferentes cidadãos. Por esse motivo, Luz (2005, p. 16) diz que “todo símbolo tem um significado, sem o que ele não pode representar coisa alguma”.

No Brasil, a Constituição Federal determina que “são símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais” (BRASIL, 1988). Desses, esta pesquisa irá analisar exclusivamente a bandeira nacional e as cores nela predominantes: o verde e o amarelo. Pertinente colocar que essas cores não se caracterizam como símbolos nacionais apenas por estarem na bandeira, sendo elas também instituídas como cores oficiais do Brasil pela lei nº 5.700, de 01 de setembro de 1971 (BRASIL, 1971).

O uso da bandeira e das cores como símbolos de uma comunidade não é algo exclusivo da modernidade. Contudo, Coimbra (2000) explica que a bandeira, na forma de pano conforme a conhecemos, é a fase final do processo evolutivo iniciado com a utilização de objetos presos à haste através de fitas. O emprego de diferentes materiais como sinal de um grupo de pessoas desde a antiguidade, aponta para o fato de que “o uso surgiu instintivamente, e não por convenção explícita. Foi mais um ato à base de imitações individuais sucessivas do que por determinação única de um líder ou de uma convenção grupal” (COIMBRA, 2000, p. 36). Essa afirmação torna-se relevante, pois aponta para o fato da constituição da bandeira enquanto símbolo ocorrer graças ao processo de subjetivação das pessoas de um dado país, ou seja, o discurso que fomenta esse símbolo só emerge após diferentes sujeitos passarem a reproduzi-lo e, à vista disso, sustentá-lo.

Já as cores representativas de uma nação conseguem ainda mais facilmente desempenhar essa função de símbolo nacional. Segundo Coimbra (2000, p. 103), “simples

cores podem ser carregadas de elementos culturais, capazes de representar a essência da nação”. Dessa forma, o discurso que sustenta as cores nacionais tende a se perpetuar independentemente dos outros elementos constitutivos de uma bandeira. No caso brasileiro, essa realidade torna-se notória dado que o verde e o amarelo circulam e atuam como cores oficiais do Brasil nos mais diferentes cenários.

3.2 Uma nova nação e um novo sujeito brasileiro por meio dos símbolos no Período Imperial

Como sabido, o Brasil precisou de muito mais do que um grito do imperador para se estabelecer enquanto nação. Contudo, toda a narrativa em torno do 7 de setembro de 1822, tão minuciosamente construída e difundida, já adiantava a necessidade da sustentação de elementos que pudessem dar sentido a esse novo Estado. Por esse motivo, a narrativa do “grito do Ipiranga” eclode sempre acompanhada de simbologias, dentre elas, destaca-se a presença das novas cores nacionais.

Longe da pretensão de expor todas as versões narrativas desse momento, muito menos de atestar sua veracidade, dado que, como apontam Schwarcz e Starling (2018), a independência brasileira é, antes de tudo, “imaginada”, destacamos duas delas para que seja possível atestar a invocação das cores nacionais já nesse “ato fundacional” da nação Brasil. Segundo relatos de Edmund Pink (2000, p. 85), logo após receber os despachos das mãos do mensageiro, D. Pedro I “arrancou a roseta constitucional portuguesa \azul e branca/ de seu chapéu, pisou nela e proclamou a Independência do Brasil, passando a usar depois a roseta verde e amarela”. Américo (1999, p. 18), em relato semelhante, afirma que, logo após exigir que todos jogassem fora o laço português, o imperador determina que “De hoje em diante, traremos um laço verde e amarelo, e estas ficaram sendo as cores brasileiras”.

Pode-se destacar, em um primeiro momento, a forma como tais narrativas produzem saber para, logo, atuarem como parte do dispositivo identitário. Atesta-se a ligação estratégica existente entre os elementos que o compõem, pois há uma série enunciativa que não apenas produz a simbologia desse momento histórico, mas também promove as novas cores nacionais. Acima de tudo, pretende-se, a partir desses trechos, destacar como as cores são ativadas, sendo colocadas não como algo consequente da independência, mas sim como algo produzido para enunciar tal independência.

Há condições de *dizibilidade* que autorizam a emergência dessas narrativas, bem como dos primeiros atos oficiais categoricamente declaratórios da independência. No dia 18 de

setembro de 1822, ocorre a publicação de três Decretos oficiais que cumprem com a finalidade de consolidar essa independência por meio da adoção de novos símbolos. O primeiro trata da concessão de anistia para “as passadas opiniões políticas”, ao passo que determina que “Todo o Portuguez Europeu, ou o Brasileiro, que abraçar o actual systema do Brazil, e estiver prompto a defendel-o usará por distincção da flôr verde dentro do angulo de ouro no braço esquerdo, com a legenda - INDEPENDENCIA OU MORTE” (BRASIL, 1822a). Diante desse, verifica-se a utilização de um símbolo oficial como forma de apoiar o “actual systema”.

Em complemento, o segundo Decreto “Determina o tope nacional Braziliense, e a legenda dos patriotas do Brazil” (BRASIL, 1822b), com o seguinte texto:

Convinho dar a este Reino do Brazil um novo Tope Nacional, como já lhe Dei um Escudo d'Armas; Hei par bem, e com o paracer do Meu Conselho de Estado Ordenar o seguinte: O Laço, ou Tope Nacional Braziliense, será **composto das côres emblemáticas - Verde de primavera, e amarelo de ouro** - na fôrma do modelo annexo a este Meu Decreto. **A flôr verde no braço esquerdo, dentro de um angulo de ouro, ficará sendo a Divisa voluntaria dos Patriotas do Brazil**, que jurarem o desempenho da Legenda - INDEPENDENCIA OU MORTE - lavrada no dito angulo [...]. (Grifo nosso)

Os Decretos enunciam o verde e o amarelo enquanto cores do país, existindo neste último sua classificação na condição de “côres emblemáticas”. Contudo, não se registra uma melhor e mais detalhada explicação sobre os critérios adotados para a escolha de tais cores, havendo, em contrapartida, um maior esforço para expor o significado do seu uso. O uso dessas cores passa a marcar categoricamente os patriotas voluntários do Brasil.

Interessante retomar, neste ponto, a distinção desenvolvida por este trabalho entre nacionalismo e patriotismo: enquanto este último invoca uma espécie de amor voluntário, sem demarcadores pré-estabelecidos, ao lugar de origem, aquele exige a adesão a um discurso, uma adesão ao discurso identitário que forma a nação. No contexto de publicação desses Decretos, as cores materializam um discurso que visa promover uma nova nação, mas mesmo assim são apresentadas como próprias dos verdadeiros patriotas. Percebe-se que, dessa maneira, os verdadeiros brasileiros não são aqueles que amam o seu lugar, mas sim aqueles que aprovam o novo regime político, e essa aprovação passa a ser materializada por essas cores. Além disso, essa aprovação é capaz de tornar um “Portuguez Europeu” um verdadeiro patriota brasileiro.

Por mais que o Estado vise, teoricamente, institucionalizar as cores do novo Reino, faz isso de modo excludente, uma vez que delimita bem a população que poderá usá-las. Logo, há uma *apropriação* desse discurso, pois não são todos que podem utilizar as cores destinadas à representação da nova nação.

Por último, o terceiro Decreto “Dá ao Brazil um escudo de Armas” e uma bandeira nacional por meio do seguinte texto:

Havendo o Reino do Brazil, de quem Sou Regente, e Perpetuo Defensor, declarado a sua Emancipação Política, entrando a ocupar **na grande família das Nações o lugar que justamente lhe compete, como Nação Grande, Livre e Independente**; sendo por isso indispensavel que elle tenha um Escudo Real de Armas, que não só distingam das de Portugal, e Algarves até agora reunidas, mas que sejam características deste rico e vasto Continente: E Desejando Eu que se **conservem as Armas que a este Reino foram dadas pelo Senhor Rei D. João VI, Meu Augusto Pai, na Carta de Lei de 13 de Maio de 1816, e ao mesmo tempo rememorar o primeiro nome, que lhe fora imposto no seu feliz descobrimento**, e honrar as 19 Províncias comprehendidas entre os grandes rios que são os seus limites naturaes, e que formam a sua integridade, que Eu Jurei sustentar: Hei por bem, e com o parecer do Meu Conselho de Estado, Determinar o seguinte: - Será d'ora em diante o Escudo de Armas deste Reino do Brazil, em campo verde uma Esphera Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Christo, sendo dirculada a mesma Esphera de 19 Estrellas de prata em uma orla azul; e firmada a Corôa Real diamantina sobre o Escudo, cujo lado serão abraçados por dousramos das plantas de Café e Tabaco, como emblemas da sua riqueza commercial, representados na sua propria côr, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação. **A Bandeira Nacional será composta de um paralelogrammo verde, e nelle inscripto um quadrilatero rhomboidal côr de ouro, ficando no centro deste o Escudo das Armas do Brazil.** (Grifo nosso)

Este último, ao definir o novo escudo imperial, bem como a bandeira nacional, concretiza de maneira mais evidente as condições enunciativas daquele momento. O documento oficial, em seu primeiro trecho, certifica a entrada do Brasil “na grande família das Nações”, por ser ela uma “Nação Grande, Livre e Independente”, para, dessa forma, justificar a indispensável e necessária criação de novos símbolos. Registra-se as condições de *dizibilidade* que autorizam a emergência de tais símbolos, pois, antes da independência política, não se poderia criá-los para uma não nação. É justamente a formação de uma “comunidade imaginada” que exige a criação desses elementos. Dado momento histórico não marca a entrada de novos habitantes no país, muito menos uma nova expansão territorial, há apenas uma condição política que exige, da população da antiga colônia, uma nova postura, uma nova posição-sujeito, a posição de “brasileiros independentes”.

Todavia, por mais que a criação dos símbolos evoque essa diferenciação, não se pode, como Foucault (1996) atesta, produzir-se algo essencialmente novo. O novo discurso aparece na medida em que se volta ao já dito. Nesse caso, volta-se à “Arma” criada para representar o Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves em 13 de maio de 1816. A Carta de Lei da referida data explica a formação de um novo símbolo que representa a junção dos três reinos, decidindo que “o Reino do Brasil tenha por Armas uma esfera armillar de ouro em campo azul” (BRASIL, 1816). Na mesma linha, o Decreto pós-independência rememora o primeiro nome dado ao território brasileiro, segundo os portugueses, estabelecendo assim uma nova “Esfera Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Christo”.

As formas e os limites de *conservação* determinados pelo arquivo delimitam esse novo discurso. Embora singular, esse acontecimento discursivo emerge por meio da conservação de traços já dados pelos europeus para o Brasil. A independência aponta para a urgência de uma nova posição e, então, de novos símbolos, mas isso é feito por meio de uma “rememoração” do saber já produzido sobre esse lugar. Há como se verificar, paralelamente há essas formas de *conservação*, as formas de *memória* expressas nessa construção dos novos símbolos, visto que essa retomada atesta a validade do saber produzido no escudo de armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Aponta-se uma relação entre diferentes acontecimentos que torna válido enunciados específicos.

Em seguida, o texto detalha as demais partes do escudo de Armas, dentre as quais se destaca a presença das estrelas, representando as províncias do território; o laço nacional, nas cores verde e amarelo; e os ramos de café e tabaco, por serem esses emblemas da riqueza comercial. Em sua parte final, apresenta a composição da primeira bandeira do Brasil independente, que é então efetivada da seguinte forma:

Figura 1 – *A Bandeira do Brasil Real*³

³ (LUZ, 2005, p. 86)



Essa versão, porém, é atualizada após a coroação do novo Imperador do Brasil. Conforme registrado em Decreto no dia 01 de dezembro de 1822, exige-se que “a Corôa Real, que se acha sobreposta no Estudo das Armas, estabelecido pelo Meu Imperial Decreto de 18 de Setembro do corrente anno, seja substituída pela Corôa Imperial” (BRASIL, 1822d). Sendo esta, portanto, a bandeira mais utilizada durante o regime imperial:

Figura 2 – *A Bandeira do Brasil Imperial*⁴



Nota-se a *conservação* dos elementos centrais da bandeira nacional ao passo que se verifica a necessidade de marcar nela uma mudança política. Por isso, esses “símbolos não são imutáveis; ao contrário, devem ser atualizados tantas e todas as vezes que isso se torne necessário, em face de uma nova realidade” (LUZ, 2005, p. 44). Uma nova realidade não

⁴ Disponível em: <https://ocp.news/geral/voce-conhece-todas-as-bandeiras-que-o-brasil-ja-teve-veja-todas-elas>. Acesso em: 10 maio 2023.

pode eclodir diante de uma fragmentação, diante de uma não homogeneidade, e, por esse motivo, os símbolos devem funcionar como um suporte capaz de materializar um discurso de aceitação. A mudança política é logo registrada na bandeira para que esse possa ser o sinal da adesão não de um grupo, mas de toda uma nação a um novo modelo governamental.

Voltando ao verde e ao amarelo, faz-se necessário pontuar a não explicação de sua origem. Mesmo que a redação cite “Verde de primavera, e amarelo de ouro”, não há como se afirmar decisivamente que tais cores representam, respectivamente, a vegetação e a riqueza nacional, como tão regularmente se proclama nos dias presentes e como posteriormente veremos ao analisarmos a bandeira em sua forma atual. A “primavera” e o “ouro” parecem marcar não a matriz dessas cores, mas sim as suas tonalidades, de forma a delimitar bem o tipo de verde e amarelo a serem utilizados.

Coimbra (2000, p. 280) explica que a teoria mais adequada para justificar essa escolha é a que defende que “o verde teria sido escolhido por ser a cor da Casa de Bragança, dinastia portuguesa desde 1640, a que pertencia D. Pedro I. O amarelo seria homenagem à Casa de Habsburgo-Lorena, da qual descendia D. Maria Leopoldina, consorte de D. Pedro I”. A presente pesquisa interpreta tal teoria como a mais pertinente, por ser ela aquela que mais se aproxima do fato que originou os outros elementos: a memória aos traços portugueses. Schwarcz e Starling (2018) comentam que, se essa versão é exata, ela bem representa o processo cultural típico do país, no qual elementos europeus são *reativados* para representar a nova realidade nacional.

Para encerrar este tópico, destaca-se que todas essas medidas administrativas expressas por parte do Estado só fomentam a bandeira e as cores oficiais a partir do momento que são tomadas como verdades por diferentes indivíduos. Conforme explica Foucault (1979), tais normas só podem ser vistas enquanto um poder a partir do seu exercício, ou seja, só se caracterizam enquanto um poder quando puderem moldar práticas, produzir subjetividades. Nesse caso, produzir por meio desses elementos sujeitos brasileiros adeptos ao novo sistema político.

O anúncio da venda de “laços cor de ouro com a legenda Independencia ou Morte” feito no jornal *Volantim* no dia 27 de setembro de 1822 atesta a popularização dessas medidas⁵. Ali, também como forma de adesão, registra-se que, no dia 12 de outubro desse mesmo ano, durante a aclamação de D. Pedro como imperador, nos “espetáculos de gala, realizados nessa noite, as senhoras apresentaram-se no teatro com trajes verde-amarelos,

⁵ Vendas. *Volantim*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1822. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700410&pagfis=93>. Acesso em: 10 jan. 2023.

‘mais por patriotismo do que por bom gosto...’, como registraram os cronistas sociais da época” (LUZ, 2005, p. 70). Comprova-se, portanto, o processo de subjetivação produzido pelo dispositivo identitário através desses símbolos no período imperial.

Feitas essas considerações sobre a emergência dos símbolos nacionais, passamos a analisá-los diante de outro cenário político brasileiro, como meio de verificar as regularidades desse discurso.

3.3 Período republicano: o novo da bandeira e das cores nacionais

Em 15 de novembro de 1889, é proclamado o regime republicano no Brasil através do que muitos definem como um golpe de Estado. Porém, longe da problematização desse fato histórico, passa-se a investigar os impactos dessa mudança na bandeira nacional. Impacto quase que imediato, pois, no dia 19 do mesmo mês e ano, já se publicava um Decreto com a finalidade de adotar um novo estandarte nacional. Essa urgência ocorre justamente por ser esse símbolo parte de um dispositivo identitário, dispositivo que precisa atuar em prol de uma coesão nacional.

Essa urgência faz com que, no intervalo de 4 dias (entre 15 e 19 de novembro), circulem versões não oficiais da nova bandeira. Dentre essas versões, a mais popularizada foi aquela que ficou conhecida como bandeira provisória do Brasil⁶:

Figura 3 – *Bandeira Provisória*



⁶ Disponível em: <https://ocp.news/geral/voce-conhece-todas-as-bandeiras-que-o-brasil-ja-teve-veja-todas-elas>. Acesso em: 10 maio 2023.

Trata-se de uma releitura da bandeira americana, contendo 13 listras verdes e amarelas, com 21 estrelas no cantão azul, e sendo uma versão idealizada primeiramente pelo Clube Republicano Lopes Trovão. Segundo Luz (2005), os republicanos ansiavam destruir tudo que pudesse recordar as instituições monárquicas e, por tal motivo, trabalharam firmemente na busca por esse novo símbolo.

Em contrapartida, até mesmo nessa versão provisória, as cores permaneceram inalteráveis. Coimbra (2000, p. 295) descreve que, ainda em 1875, monarquistas se irritavam ao detectarem as cores sendo usadas em atos pró-regime republicano, “como se aquelas cores fossem exclusivas dos adeptos ao Império”. Os republicanos, por meio de manifestos em jornais desses grupos, rebatiam dizendo que as cores lhes pertenciam também, por serem eles brasileiros. Pode-se destacar, com isso, uma *reativação* das cores nacionais, bem como uma busca por sua *apropriação*, pelo fato de tais elementos conseguirem materializar uma identidade nacional. Apropriar-se delas seria se legitimar enquanto brasileiro e, consequentemente, enquanto defensor das práticas mais benéficas à nação.

A bandeira oficial é institucionalizada no dia 19 de novembro a partir do Decreto de nº 4:

O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Considerando que as côres da nossa antiga bandeira recordam as luctas e as victorias gloriosas do exercito e da armada na defesa da patria; Considerando, pois, que essas côres, independentemente da fôrma de governo, symbolizam a perpetuidade e integridade da patria entre as outras nações; DECRETA: Art. 1º A bandeira adoptada pela Republica mantem a tradição das antigas côres nacionaes - verde e amarella - do seguinte modo: um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda - Ordem e Progresso - e ponteadada por vinte e uma estrellas, entre as quaes as da constellação do Cruzeiro, dispostas da sua situação astronomica, quanto á distancia e o tamanho relativos, representando os vinte Estados da Republica e o Municipio Neutro (BRASIL, 1889).

Nesse Decreto, é a legislação do Estado que trabalha, mais uma vez, na manutenção e na propagação da identidade nacional mediante as narrativas que, amparadas pelas cores da bandeira, “recordam as luctas e as victorias gloriosas do exercito e da armada na defesa da patria” (BRASIL, 1889). São as cores da bandeira que, ainda segundo o Decreto, “symbolisam a perpetuidade e integridade da patria entre as outras nações” (BRASIL, 1889). Não se trata de outra coisa, portanto, senão da produção das tradições e da narrativa do Brasil enquanto nação integrada, cuja história se consolidaria com a retomada de um passado

glorioso, instituindo-o “grande” no presente e, quiçá, no futuro, materializados, como visto, pelo verde e amarelo.

Em concordância com a descrição presente no Decreto, a bandeira republicana é apresentada:

Figura 3 – *Bandeira da República do Brasil*



Importante antecipar que esse é o modelo vigente até os dias atuais, sofrendo apenas alterações quanto a quantidade de estrelas, dado que, segundo medidas administrativas, o número de estrelas na bandeira deve ser atualizado “sempre que ocorrer a criação ou a extinção de Estados” (BRASIL, 1971).

As cores e as formas da bandeira brasileira guardam, em seu bojo, o projeto do estandarte imperial, do qual promoveu apenas a retirada das armas do Império e a inclusão do emblema republicano. Com isso, têm-se os elementos reprimidos pelas formas de *conservação* da atual bandeira brasileira (as armas do Império), bem como formas de *dizibilidade* que viabilizam a colocação da esfera republicana.

Assim, tanto as bandeiras quanto os próprios Decretos materializam a espessura histórica das cores que reconhecemos como nossas. Trata-se, mais uma vez, da invenção das tradições de que fala Hall (2005), cujas narrativas fornecem elementos que têm por função promover uma identificação dos indivíduos em torno dos mesmos símbolos, numa conformação da dispersão dos corpos. Nesse sentido, a bandeira nacional, arrolada como um desses símbolos, funciona como parte de um dispositivo identitário que controla a população por meio de sua subjetivação a uma identidade.

A identidade nacional fixa-se entre uma constante retomada do passado e uma promessa de unidade futura. Essa volta à tradição como chave para um futuro promissor, é nitidamente detectada no texto escrito por Teixeira Mendes, idealizador da bandeira, publicado no Diário Oficial de 24 de novembro de 1889, a pedido de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda. O documento foi chamado de “Apreciação Filosófica” e, por meio de sua análise, é possível verificar as condições de *conservação e memória* da bandeira.

Mendes (apud COIMBRA, 2000, p. 302) afirma, ao introduzir sua explicação, que a bandeira “nos deve recordar o Passado donde proviemos, a Posteridade por que trabalhamos, e o Presente que forma o elo movediço dessas massas indefinidas das gerações humanas”, atestando, assim, a função desse símbolo em perpetuar uma unidade entre diferentes indivíduos. Em seguida, Mendes (apud COIMBRA, 2000, p. 302-303) resume os objetivos norteadores da nova bandeira:

Reconhece-se, à vista destes motivos, que o símbolo nacional devia manter do antigo tudo o que pudesse ser conservado, de modo a despertar em nossa alma o mais ardente culto pela memória de nossos avós. Mas, por outro lado, ele devia também eliminar tudo quanto pudesse perturbar o sentimento da solidariedade cívica, por traduzir crenças que não são mais partilhadas por todos os cidadãos. Devia finalmente incitar a mais fervorosa dedicação pelas gerações vindouras. Era, pois, evidente a necessidade não só de manter as cores e a disposição da primeira bandeira, mas também de substituir por novos símbolos os emblemas da monarquia. Foi justamente o que se fez.[...]. Este símbolo corresponde a tudo quanto o outro tinha de essencial. Ele lembra naturalmente a fase do Brasil-Colônia nas cores azul e branca que matizam a esfera, ao mesmo tempo que esta recorda o período do Brasil-Reino, por trazer à memória a esfera armilar [...]. O verde e o amarelo da bandeira já representam suficientemente o aspecto industrial do Brasil, por isso que caracterizam o conjunto das produções da natureza viva e da natureza morta.

Conserva-se na bandeira “tudo o que pudesse ser conservado”, pois, dessa forma, há o despertar de nossa alma à memória dos nossos avós. Anderson (2008) esclarece que uma comunidade imaginada só eclode quando se puder estabelecer, dentre os seus membros, a certeza de algo comum que partilham. Ocorre, assim, a *conservação* dos elementos para que a bandeira possa ser esse símbolo capaz de promover uma comunidade imaginada. Na sequência, enfatiza-se que deve ser eliminado tudo aquilo que possa “perturbar o sentimento da solidariedade cívica”.

Eis um Brasil republicano que, nesse discurso materializado por meio do estandarte nacional, *conserva* e valida a *memória* do Brasil-Colônia e do Brasil-Reino. Aquele através das cores azul e branco, e este último por meio da esfera armilar – destacada nesta pesquisa

nas análises dos Decretos de 1822. Por fim, o verde e o amarelo são colocados de vez enquanto elementos representativos da natureza territorial, podendo assim representar a produção industrial – antes feita por meios dos ramos de café e tabaco – “da natureza viva e da natureza morta”.

Longe de traçarmos aqui um exame exaustivo da manutenção dos símbolos em torno da bandeira oficial, visa-se apenas evidenciar que não há nenhum enunciado que não aponte para a existência de outros. Todo o saber constituído em torno da bandeira do Brasil, bem como o poder por ela exercido, é resultado da regularidade discursiva autorizada por esse arquivo. O discurso não é uma repetição, mas é um novo que se coloca a partir das condições dadas por aquilo que já foi dito (FOUCAULT, 2008).

Graças a essas regularidades – que, de maneiras diversas, ao longo da história, fomentaram a bandeira enquanto elemento produtor de sujeitos brasileiros na medida em que formaram saber em torno das cores nacionais –, torna-se possível que, no ano de 2023, afirme-se, em um site oficial do Estado, que a informação que sustenta as cores nacionais como uma referência às famílias reais “foi sendo substituída por uma adaptação feita pelo povo brasileiro. Dentro deste contexto, o verde passou a representar as matas, o amarelo as riquezas do Brasil, o azul o seu céu e o branco a paz que deve reinar no Brasil”⁷. A bandeira e as cores nacionais são parte de um dispositivo de poder por justamente produzirem esse lugar para os cidadãos brasileiros: lugar no qual é possível cultuar uma identidade que nos interliga a tantos outros sujeitos na medida em que constitui um saber.

A contínua utilização desses símbolos faz com que haja um sentimento de servidão aos interesses de toda uma comunidade, viabilizando o discurso do civismo e do empenho coletivo em prol do bem do país. Contudo, essa utilização em forma sistemática não é algo espontâneo, mas sim algo estrategicamente viabilizado, principalmente em períodos autoritários.

3.4 O autoritarismo e o funcionamento da bandeira enquanto símbolo nacional

Como visto, a bandeira e as cores nacionais tornam-se símbolos a partir do momento em que desempenham a função de interligar diferentes sujeitos por meio da identidade que fomentam. Longe de ser algo natural, essa capacidade só se desenvolve diante de práticas

⁷ A Bandeira. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-porto-principe/porto-principe-arquivos/portugues/o-brasil/a-bandeira>. Acesso em: 10 maio 2023.

discursivas, diante de relações de saber e de poder que os compõem enquanto elementos de um dispositivo identitário. Essa construção é ainda mais fortemente agenciada em períodos históricos marcados por práticas autoritárias, pois, nessas situações, há um esforço que visa apagar diferenças e conflitos em prol de uma unidade capaz de estabelecer um ambiente supostamente harmonioso, no qual não há espaço para se revelar faces violentas. Por essa razão, períodos autoritários são o campo fértil para a construção do discurso materializado por uma bandeira, fazendo desse discurso um meio de poder.

A partir da análise de acontecimentos discursivos registrados durante o Estado Novo (1937 - 1945) e a Ditadura Militar (1964 - 1985), demonstraremos o fomento do discurso materializado pela bandeira nacional em momentos autoritários para, dessa maneira, compreender como condições específicas desses períodos são capazes de autorizar o seu exercício enquanto elemento do dispositivo identitário brasileiro.

Como exposto, o primeiro documento a oficializar a bandeira brasileira foi publicado no dia 18 de setembro de 1822. Trata-se de um Decreto que não detalha dimensões exatas e não especifica as normas para o seu uso. As alterações e atualizações advindas no período republicano também não tratam de tais questões. Apontamos com isso que, embora instituída desde a independência e sendo o símbolo nacional mais utilizado desde então, a bandeira nacional não foi alvo de grandes problematizações e, principalmente, de legislações específicas entre o Período Imperial e a chamada República Velha. Tal fato é reforçado quando observamos que não há referência à bandeira nas Constituições de 1824 e 1891, inexistindo, portanto, uma preocupação em registrar o símbolo na lei maior do país.

A Constituição de 1934, promulgada no início da Era Vargas, é a primeira a tratar sobre o assunto, fazendo referência ao símbolo em dois pontos: “Art 174 - A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais devem ser usados em todo o território do País, nos termos que a lei determinar” e “§ 1º - Todo brasileiro é obrigado ao juramento à bandeira nacional, na forma e sob as penas da lei” (BRASIL, 1934). O texto da Carta Magna preocupa-se em promover uma maior circulação da bandeira, visto que, diferentemente do exposto nos Decretos que objetivavam mais detalhar as características do elemento, coloca como dever sua presença em todo território, além de obrigar um contato direto entre o símbolo e a população.

De acordo com Schwarcz e Starling (2018), essa Constituição refletia os esforços feitos pelos deputados para manter princípios democráticos na formulação do novo texto nacional. Contudo, o cuidado em promover a circulação da bandeira em todo território sinalizava a chegada de tempos marcados por práticas nacionalistas que visavam validar

meios autoritários. Fato confirmado pela outorga de uma nova Constituição em novembro de 1937, marcando o início do Estado Novo, que concentrava poderes no chefe do Executivo, Getúlio Vargas. No que se refere à bandeira, a Constituição de 1937 expõe: “Art 2º - A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais” (BRASIL, 1937).

A apresentação do conteúdo já no artigo 2º enfatiza a relevância de regulamentar o uso dos símbolos nacionais naquele momento. A grande novidade, porém, está na proibição de outros símbolos em todo o país. O Estado Novo, por meio do seu líder, prometia uma unificação do país para assim acabar com os conflitos regionais e, por isso, o extermínio das bandeiras estaduais simbolizaria o fim de divisões e a união de todo um território através da adoção de um único símbolo.

Conforme dito por Foucault (2010), é preciso examinar o que se pode falar, ou seja, é preciso examinar as formas de *dizibilidade* de dado discurso. A centralização dada à bandeira nacional ocorre mediante um cenário autoritário e é por essa razão que um discurso que acaba com representações locais na medida em que constrói uma comunhão nacional, materializada por esse símbolo, consegue emergir. Há também como verificar as formas de *conservação* e de *memória* desse discurso, uma vez que durante todos esses anos a bandeira se manteve inalterada e se, no cenário de ditadura de 37, ela consegue eclodir como algo soberano ao ponto de autorizar o fim de bandeiras estaduais, é por conseguir se conservar enquanto símbolo nacional ao passo que retoma o saber que a constituiu em 1822.

O jornal *Correio da Manhã* publicou, no dia 28 de novembro de 1937, matéria detalhando a cerimônia da queima das bandeiras estaduais ocorrida na Esplanada do Russell no Rio de Janeiro no dia anterior⁸. Durante o Estado Novo, a proliferação das manifestações cívicas “tinha como objetivo produzir a imagem de uma nação coesa, organizada em torno da figura do líder” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 388). É importante colocar que esses eventos também fazem parte da rede do dispositivo identitário, visto que promovem um cenário de representações a fim de subjetivar diferentes cidadãos.

A cerimônia da queima das bandeiras seguia o protocolo adotado nessas manifestações cívicas, contando com a presença do presidente da República, de ministros, de autoridades civis e militares, bem como de alunos de escolas públicas. Após a missa campal,

⁸ As grandes demonstrações cívicas de hontem nesta capital. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1937. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pagfis=43729. Acesso em: 10 jan. 2023.

ocorreu a queima das bandeiras estaduais, seguida do hasteamento de 21 bandeiras nacionais, número correspondente aos estados da federação.

Na ocasião, o Ministro da Justiça, Francisco Campos, declarou:

Bandeira do Brasil, és hoje a única. Hasteada a esta hora em todo o território nacional única e só, não ha lugar no coração dos brasileiros para outras flamulas, outras bandeiras, outros symbolos. Os brasileiros se reuniram e decretaram, desta vez com determinação de não consentir que a discordia volte novamente a dividir, que o Brasil é uma só pátria e que não há lugar para outro pensamento que não seja o pensamento do Brasil, nem espaço e devoção para outra bandeira que não seja esta, hoje hasteada por entre as benções da Igreja e a continencia das espadas e a veneração do povo e os cantos da juventude. Tu és a única, porque só ha um Brasil; em torno de ti se refaz de novo a unidade do Brasil.⁹

O trecho do pronunciamento do Ministro demonstra o lugar de destaque dado à bandeira nacional naquele momento da ditadura. Mais do que isso, confirma a construção da bandeira enquanto parte do dispositivo identitário, pois através dela busca-se criar uma unidade no país, impossibilitando, assim, discórdias e divisões entre seus membros. Necessário destacar a exclusão decorrente dessa estratégia, visto que o estabelecimento de um único Brasil exige a produção de um discurso, ou seja, traz a urgência de uma só identidade. Tratando especificamente dos pontos levantados nesse contexto, no qual diferenças regionais são ignoradas em prol desse Brasil uno, podemos dizer que nosso histórico de discriminações atesta que essa construção enalteceu a cultura de regiões como sul e sudeste, ao passo que excluiu costumes das demais regiões do país, sendo essas práticas autorizadas pela necessidade de não apontar diferenças que pudessem dividir brasileiros.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, a bandeira passa a ter uma legislação específica. Segundo Luz (2005, p. 191), “o decreto supre as deficiências dos anteriores no referente à forma e à realização dos símbolos gráficos”. A referida Lei, por meio de um minucioso texto, instituiu toda uma regulação para o uso da bandeira.

Como exemplificação, podemos citar que, entre outros pontos, o texto apresenta: i) os dados detalhados das dimensões para sua reprodução; ii) o estilo a ser empregado em sua saudação; iii) as formas de armazenamento, sendo exigido respeito até mesmo nos momentos nos quais não está em uso; iv) as formas de apresentação em cerimônias, prédios, eventos, janelas e quando acompanhada de outras bandeiras, reivindicando iluminação adequada durante a noite. Além disso, a legislação é clara quanto a necessidade do fomento da bandeira

⁹ Ibidem, p.3.

enquanto símbolo nacional, tornando obrigatório o ensino do seu desenho em todos os estabelecimentos de ensino, bem como seu hasteamento semanal nesses locais (BRASIL, 1942).

Quanto às proibições, destacam-se a desautorização do uso da bandeira “em qualquer ato que não se revista de caráter oficial” e a vedação de “qualquer outra forma de saudação que não as mencionadas neste artigo” (BRASIL, 1942). Todos esses pontos indicam uma contrariedade quanto ao pertencimento da bandeira, pois mesmo sendo símbolo de toda nação, a população não está livre para fomentá-la à sua maneira. Diante disso, é preciso perceber as formas de *apropriação* do discurso. Nesse caso, o Estado e os sujeitos por ele autorizados, apropriam-se desse discurso, uma vez que determinam o uso da bandeira. Em outras palavras, podemos dizer que, diante dessa *apropriação*, as pessoas até podem usar a bandeira, mas o poder exercido por ela, sendo ela parte de um dispositivo, acaba também sendo exercido por aqueles que se apropriam de tal discurso. Por essa razão, fomentar a bandeira é algo essencial aos grupos autoritários.

Outro período não democrático da história brasileira que mostra uma centralidade da bandeira é a Ditadura Militar. Nos chamados anos de chumbo (1968 - 1974), o nacionalismo é algo determinante para a legitimidade do governo. Enunciados como "Ninguém segura este país", "Brasil, conte comigo", e "Brasil, Ame-o ou Deixe-o", apontam para a circulação de uma euforia nacionalista que silenciava as práticas violentas, proporcionando um ambiente de otimismo por todo o país.

Nesse cenário, conforme afirmam Guedes e Silva (2019), o triunfo do tricampeonato mundial de futebol em 1970, no México, serviu como forma de propagar não apenas o sucesso da seleção, mas também o do governo. Estrategicamente, o evento esportivo foi usado como meio para espalhar um orgulho nacional e, mais uma vez, sustentar um clima de harmonia e prosperidade. Com isso, as rígidas regras de uso da bandeira foram, propositalmente, esquecidas pelo Estado, e o símbolo que antes circulava quase exclusivamente nos eventos cívicos, quartéis e escolas, ganha as ruas, as casas, o comércio, o mercado, podendo ser livremente estilizada, adaptada e modificada.

Aponta-se, nesse cenário, uma outra forma de *apropriação* da bandeira e das cores nacionais, em decorrência das condições específicas do momento. Assim como propagado durante o período imperial, no qual as cores destinavam-se a todos que apoiassem o novo regime político, em mais um momento histórico de autoridade governamental, é agenciada essa *apropriação* em prol da unificação em torno de uma nova realidade. Só que nesta ocorre

por outros tantos meios e de forma ainda mais sistemática. Além disso, é especificamente neste momento que a bandeira passa a ser utilizada por diferentes classes sociais.

Temos a atuação do futebol como parte do dispositivo identitário, uma vez que também agencia esse discurso nacional, mas também como suporte para a popularização da bandeira nacional, dado que foi através dele que o povo conseguiu “juntar os símbolos do Estado nacional (a bandeira, o hino e as cores nacionais), esses elementos que sempre foram propriedade de uma elite restrita e dos militares, aos seus valores mais profundos (DAMATTA, 1994, p. 17). O *Jornal do Brasil*, em 23 de junho de 1970, detalha os preparativos feitos no Rio de Janeiro para receber os campeões do mundo, descrevendo ruas enfeitadas, expondo os altos números de bandeiras e camisas vendidas, e assegurando que “a bandeira do Brasil nunca foi tão utilizada”¹⁰.

No ano seguinte, é publicada a Lei 5.700, de 01 de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e que, dessa forma, revoga aquela publicada em 1942. Não cabe a esta pesquisa desenvolver uma análise comparativa entre ambas, mas torna-se oportuno destacar um trecho presente apenas na Lei vigente nos dias atuais: “Art. 10. A Bandeira Nacional pode ser usada em tôdas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular” (BRASIL, 1971). Mesmo mantendo uma extensa regulação sobre a apresentação da bandeira, bem similar àquela decretada durante o Estado Novo, o enunciado respalda a presença do símbolo nacional em qualquer manifestação que possa ser interpretada como um momento patriótico.

É importante discutir que essa popularização não produz um novo discurso para a bandeira nacional. Pelo contrário, esse símbolo reforça-se como um elemento capaz de propagar uma unidade nacional, gerando uma legitimidade para o exercício de poder de quem dela se apropria e é justamente por esse motivo que tal popularização foi agenciada pela ditadura militar. Portanto, essa disseminação da bandeira revela as formas de *memória* do discurso sustentado por esse símbolo, discurso que a valida e a mantém como elemento do dispositivo identitário e, consequentemente, como meio estratégico de retomar a “comunidade imaginada”.

Esse uso estratégico da bandeira pôde ser verificado na história mais recente do Brasil a partir dos debates políticos intensificados pelas mídias sociais.

¹⁰ Rio continuou preparativos para recepção aos campeões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=188943. Acesso em: 10 jan. 2023.

3.5 A subjetividade produzida pela bandeira e pelas cores nacionais no cenário político atual

Uma vez demonstrada, em tópicos anteriores: i) as condições que possibilitaram a emergência da bandeira nacional em 1822; ii) a sua conservação e atualização durante o período republicano; iii) além de seu fomento por meio do autoritarismo e da popularização durante o Estado Novo e a Ditadura Militar; restar-nos-á, agora, mediante uma análise enunciativa, analisar as formas e os limites discursivos pelas quais passam a bandeira nacional no cenário da pós-modernidade, evidenciando o seu uso diante das redes sociais e do campo político, cenário ao qual sempre esteve atrelada.

O principal objetivo é evidenciar como a bandeira e as cores nacionais, após anos de institucionalização, continuam a funcionar como elementos capazes de produzir subjetividade. Mesmo distante de cenários nos quais se busca sustentar um poder centralizador, seja em Império ou Ditaduras, esses elementos se mantêm exercendo poder na medida em que produzem posições-sujeito. O imediatismo dos conteúdos produzidos nas redes sociais e os embates políticos cada vez mais frequentes promovem uma disputa por sua *apropriação* e, consequentemente, o seu reforço enquanto elemento do dispositivo identitário.

Essas condições serão evidenciadas, nesta pesquisa, por meio de enunciados produzidos a partir de 2013, com as chamadas *jornadas de junho*. Trata-se de uma análise que considera a materialidade discursiva presente nas redes sociais dos grupos responsáveis por essas manifestações, tais como o MPL (*Movimento Passe Livre*), o *Vem pra rua*, o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e a *Frente Brasil Popular*.

Interessa-nos cartografar o modo como a bandeira nacional é *reativada* e quais os grupos que dela se *apropriam*. Exploraremos o fato de um grupo político conservador¹¹ sustentar, justamente pela presença desses elementos pátrios, o discurso de um país coeso que deve caminhar rumo ao mesmo posicionamento partidário. Além disso, a disputa em torno da *apropriação* da bandeira revela o exercício de um dispositivo identitário que ora é ativado por

¹¹ Neste trabalho, compreendemos por político ou grupo conservador indivíduos contrários às mudanças políticas e governamentais que possibilitem a dignidade dos diferentes grupos. Pautados na defesa de valores imutáveis, atuam de forma a combater mudanças institucionais com a justificativa de que essas afetam aquilo que há de essencial ao mundo: Deus, família, patriarcado, tradição, dentre outros. Dessa forma, promovem exclusão, silenciamento e preconceitos. No caso brasileiro, o mais recente líder deste movimento foi o ex-presidente Jair Bolsonaro. Em oposição, a presente pesquisa compreenderá como progressistas grupos ou indivíduos que defendem atuação do Estado como forma de garantir o desenvolvimento de diferentes sujeitos, principalmente daqueles minorizados ao longo da história. Para estes, as mudanças são fundamentais à construção de um mundo melhor.

aqueles que o usam para meios políticos e ora por tantos outros que buscam retomar a neutralidade desses símbolos.

De início, seria preciso atestar que o intenso uso da bandeira (e, metonimicamente, da camisa da seleção brasileira), cuja emergência no campo esportivo permaneceu regular até a primeira década dos anos 2000, passa a protagonizar momentos decisivos na história política do país entre 2013 e 2014. No que se refere a 2013, as mobilizações organizadas pelo MPL (*Movimento Passe Livre*), conhecidas como as *jornadas de junho*, se apresentaram como uma contestação no interior do qual se recorria aos símbolos nacionais como instrumento de legitimidade e do próprio apoderamento, por parte do povo, dos mecanismos do Estado. Era a bandeira brasileira que sustentava a ideia do povo em torno e no comando do país, justamente por ser parte de um dispositivo identitário que, ao ser ativado, cumpre com o papel de produzir uma unidade entre diferentes sujeitos e, principalmente, uma lealdade à nação.

Em 2014, com os protestos contrários à realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, a “festa cívica” fomentava os símbolos nacionais na mesma medida em que promovia uma ruptura com o campo esportivo que os havia popularizado – *Não vai ter copa*¹². Para Pinto (2017, p. 119), os movimentos de 2013 e 2014 apontam para “um deslocamento discursivo em uma direção conservadora”, em detrimento do discurso progressista que tomava as ruas desde a redemocratização. Comprovam este deslocamento os episódios em que Dilma Rousseff (PT), então Presidenta da República, fora hostilizada quando da abertura e do encerramento da Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Naquele momento, a significativa polarização política que vinha sendo construída desde as manifestações de 2013 e que então tomava conta do país, aprofundava e tornava cada vez mais visível o “sequestro” – para usar a expressão adotada por Guedes e Silva (2019) – das cores e da bandeira nacional pelos partidos conservadores. Isto significa que esses símbolos não apenas passam do campo esportivo ao campo político, mas ainda que foram *apropriados* por alguns grupos. Não por acaso, apenas três meses depois de sua posse, em março de 2015, o verde e amarelo volta às ruas para exigir o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Para analisar mais atentamente esses discursos, além do modo como é *reativada* e *apropriada*, neste momento, a bandeira nacional, selecionamos alguns enunciados produzidos por movimentos de grande mobilização popular – como o *Vem pra rua*, o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e a *Frente Brasil Popular* – entre os anos de 2016 e 2018. São enunciados publicados e amplamente difundidos nos perfis oficiais desses momentos no Facebook. O

¹² Quem grita “não vai ter Copa” nas manifestações? Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/quem-grita-nao-vai-ter-copa/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

primeiro deles, abaixo, é uma convocação feita pelo movimento *Vem pra rua* em 10 de abril 2016¹³.

Figura 4 – *Vem pra rua* 2016



Na publicação, a imagem é acompanhada da seguinte legenda:

O Vem Pra Rua convoca todos para uma campanha. É fácil participar. Nesta semana e até domingo, quando será a votação do impeachment, vamos colorir o Brasil de verde e amarelo! Coloque uma bandeira na janela de sua casa, uma fitinha no seu carro, um tecido verde no jardim do seu prédio. Ou cole um papel nessas cores no vidro do carro. Não importa o tamanho, o que importa é que nossas cidades fiquem das cores da nossa bandeira, do nosso país. Vamos mostrar aos deputados indecisos e contrários ao impeachment a nossa força e união. Juntos, somos muitos!

Este enunciado, produzido na semana anterior à votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, solicita à população que “coloque uma bandeira no carro ou na janela de casa”, a fim de mostrar que a população “não está à venda”. Trata-se, aqui, da tentativa de *reativar* a popularização da bandeira brasileira, bem como de suas cores, que havia sido promovida na década de 70 no decorrer do regime militar, em torno do tricampeonato de futebol. Por um lado, imagetivamente, apresenta-se a bandeira em distintos cenários, particularmente em carros e em varandas de apartamentos, incentivando sua pulverização pela cidade; por outro lado, linguisticamente, alude-se às diversas alternativas que, ainda que abram mão da bandeira, não abrem mão das cores consideradas representativas da identidade

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/566178306896855>. Acesso em: 20 jun. 2020.

nacional: sugere-se uma “fitinha” no carro, um “tecido verde” no jardim do prédio, ou mesmo um “papel nessas cores” no vidro do carro. Segundo a legenda: “Não importa o tamanho, o que importa é que nossas cidades fiquem das cores da nossa bandeira, do nosso país”.

Conforme se pode perceber, o enunciado faz uso da espessura histórica da bandeira e do verde e amarelo enquanto símbolos nacionais para sugerir não apenas uma postura política uníssona da população brasileira em torno do *impeachment*, mas principalmente a apoderação, por parte desta mesma população – supostamente coesa –, dos rumos do país. Não é aleatório, portanto, o repetido uso de pronomes possessivos no recorte acima apresentado: “nossas cidades”, “nossa bandeira”, “nosso país”. O objetivo era pressionar os deputados indecisos mediante uma mudança na paisagem urbana que pudesse produzir um efeito de coletividade, de modo que, uma vez contrários ao *impeachment*, os deputados seriam contrários ao próprio Brasil. Assim, o que o enunciado delata é a *apropriação* dos símbolos pátrios por parte dos partidos conservadores, na tentativa de fazer confundir sua ideologia político-partidária com os próprios traços da identidade nacional, apelando para o sentimento nacionalista promovido por tais símbolos. Tal *apropriação* está posta, inclusive, nos lugares indicados para a manifestação patriótica, cuja descrição delata uma elite econômica: carros, varandas de apartamentos, jardins de prédios.

Apropriar-se desses símbolos torna-se meio para legitimar os ideais desse movimento, visto que eles estariam ali para exprimir, supostamente, o discurso de luta pelo bem do país, como feito desde a independência, e não para propagar algum grupo político. Assim sendo, essa utilização produz subjetividade por invocar cidadãos a ocuparem a posição de brasileiros, posição essa produzida por meio da perpetuação do sentimento nacionalista sustentado pelo uso desses símbolos.

Nesse mesmo cenário, o enunciado¹⁴ abaixo é publicado no perfil do movimento *Frente Brasil Popular*, mais especificamente em 28 de março de 2016, convocando apoiadores para a Jornada Nacional pela Democracia. Na legenda: “Traga a sua bandeira! Vem pra democracia!”.

Figura 5 – *Frente Brasil Popular 2016*

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/FrenteBrasilPopular/posts/1761756637380461>. Acesso em: 20 jun. 2020.



O enunciado, composto por quatro fotografias manipuladas, retrata pelo menos 5 pessoas: i) o rosto de um jovem em cuja testa lê-se a frase “não vai ter golpe”, ao qual se sobrepõe a sentença “Pinte sua cara”; ii) duas mulheres que se olham em um gesto afetivo, de modo a sugerir que formam um casal lésbico, sobre o qual se escreve: “Traga muito amor”; iii) uma mulher indígena em um cenário caracterizado por adereços de pena, sobre os quais lê-se “Traga suas origens”; iv) e, por fim, uma mulher negra que veste uma camisa vermelha em uma paisagem urbana e que levanta, com as próprias mãos, a bandeira brasileira. Sobre esta última, a única frase escrita em letras coloridas: “Traga sua bandeira”. Com este conjunto, têm-se a população brasileira representada pela juventude, pela comunidade LGBTQIAPN+, pela população indígena e pela negritude. Assim, em contraposição à usurpação feita pelos grupos conservadores dos símbolos nacionais, o que os grupos progressistas promovem, como resposta, é uma subversão e, ao mesmo tempo, uma expansão do sentido da bandeira nacional. O próprio sintagma “bandeira”, neste enunciado, passa por um deslocamento: a bandeira a que se faz referência, aqui, não é a bandeira verde e amarela, embora ela apareça materializada, mas as causas políticas identitárias.

Se o discurso conservador, ancorado em uma concepção de identidade construída sob o “teto político do Estado-nação”, abaixo do qual o Estado agencia uma coletividade em torno dos símbolos nacionais com os quais os sujeitos se identificam pela ideia de pertencimento; o discurso progressista, por seu turno, ancora-se em uma concepção de identidade pós-moderna,

em cujo bojo reside o apreço pela diferença e pela observação daquelas identidades a que Bauman (2005) chamou de *sub-classe*: “fora daquele conjunto no interior do qual as identidades (e assim também o direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicadas e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas” (BAUMAN, 2005, p. 46). Assim, o que está expresso, neste enunciado, é o respeito à pluralidade do povo brasileiro, para quem a bandeira não é apenas o símbolo nacional, mas a própria causa pela qual se luta.

Retomando a discussão sobre a diferença entre nacionalismo e patriotismo, pode-se apontar como esse agenciamento da identidade pelo discurso conservador aproxima-se do ideal nacionalista por fixar o sentimento de doação à nação apenas por meio de elementos fixos, no caso da bandeira e das cores nacionais. Enquanto o discurso progressista aproxima-se de uma ideia patriótica na qual não se exige elementos específicos para demonstrar lealdade aos ideais benéficos à pátria.

A *apropriação* da bandeira por esse grupo conservador – que, outrora, significava a “perpetuidade e integridade da pátria”, conforme Decreto de 1889 – seria confirmada, ainda, com a publicação, em Diário Oficial da União de 09 de julho de 2016, de um veto que proibia a projeção da bandeira nacional na fachada da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em datas não comemorativas¹⁵. A decisão, tomada pela Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, alegava que a exibição feria a Lei Cidade Limpa, posto que era feito com cunho político. Um dos integrantes da Comissão explicou à época que “A bandeira pode ser colocada, mas se houver um contexto. Da maneira como está sendo usada é com cunho político”. Naquela ocasião, descortinava-se a utilização da bandeira nacional, inclusive na esfera legal, como símbolo de um grupo político restrito e não mais da coletividade nacional. A proibição gerou inúmeras críticas dos movimentos *Vem pra rua* e *Movimento Brasil Livre*, que alegaram se tratar de censura.

Dois anos depois, em 2018, a prisão do ex-presidente Lula, as eleições presidenciais e a Copa do Mundo de Futebol fariam a bandeira nacional voltar ao centro do debate político e esportivo. Tanto o acontecimento discursivo da prisão de Lula no âmbito da operação Lava-Jato, quanto aquele da campanha cujo desfecho seria a eleição de Jair Bolsonaro, trabalhariam na promoção de uma radicalização do processo de polarização política que havia se desenhado com as *jornadas de junho* e se consolidado com o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Nesse cenário, não só a bandeira, mas ainda a própria camisa da

¹⁵ *Fiesp está proibida de exibir bandeira do Brasil em telão na avenida Paulista*. Disponível em: <https://www.jornalestacao.com.br/2016/07/18/fiesp-esta-proibida-de-exibir-bandeira-do-brasil-em-telao-na-aveni-da-paulista/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

seleção de futebol, enquanto enunciado metonímico da bandeira brasileira e da própria identidade nacional – tal como vinha sendo construído desde 2016 – torna-se um objeto de disputa. Um forte indicativo desse processo está na recriação da camisa da seleção de futebol, que renuncia ao verde e amarelo para ganhar o vermelho – cor historicamente associada aos movimentos de contestação popular: “Com medo de vestir a amarelinha na Copa do Mundo e ser confundido com pato paneleiro? A gente resolveu esse problema”¹⁶, relatava a responsável pelo modelo. O próprio criador do mais conhecido uniforme da seleção, Aldyr Garcia Schlee, chega a declarar que “Queria que a seleção usasse uma cor completamente diferente da amarela, para que não me associem mais a ela”¹⁷.

É neste cenário, no interior do qual se disputam e se transformam os enunciados que figuram enquanto símbolos nacionais, que em 14 de junho de 2018 o movimento *Vem pra rua* publica, em seu perfil, o seguinte enunciado:

Figura 6 – *Vem pra rua* 2018



Composto quase exclusivamente pelo verde e amarelo, o enunciado¹⁸ retrata um conjunto de pessoas que, vestidas com camisas amarelas e exibindo a bandeira brasileira, vibram conjuntamente. Abaixo, a materialidade linguística recomenda: “Orgulhe-se de vestir verde e amarelo. Seja para lutar contra a corrupção ou para torcer pelo Brasil”. O enunciado

¹⁶ *Designer cria camisa vermelha da Seleção Brasileira para pessoas de esquerda*. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/esportes/futebol/2018/04/designer-cria-camisa-vermelha-da-selecao-brasileira-para-pessoas-de-es.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.

¹⁷ *Camisa da seleção, o símbolo contaminado por rixas ideológicas e as negociatas dos cartolas*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/16/deportes/1529108134_704637.html. Acesso em: 20 jun. 2020.

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1112453352269345>. Acesso em: 20 jun. 2020.

mantém em seu domínio associado – entendido, conforme Foucault (2008, p. 111), como “a série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve” – aquele produzido pela mesma organização em 2016: lá como cá, os verbos estão no imperativo (“coloque”, “mostre”, “orgulhe-se”), o mesmo imperativo que aparece no nome do movimento (“vem” pra rua); lá como cá, está *reativada* a popularização da bandeira brasileira, bem como de suas cores, promovida a partir da década de 70; lá como cá, está *reativada* a espessura histórica da bandeira e do verde e amarelo enquanto símbolos nacionais. A tentativa, portanto, é a construção de uma regularidade que produz um efeito globalizante: aquele que imprime uma dada ideologia político-partidária à cena esportiva e à identidade nacional. É assim que, a despeito da oração alternativa construída pelo enunciado, têm-se que “torcer pelo Brasil” rapidamente se transforma em “lutar contra a corrupção”, e ambas se transformam em “posicionar-se favoravelmente ao alinhamento ideológico às forças políticas conservadoras”. É assim que a fotografia que compõe o enunciado faz confundir as ruas com os estádios, as torcidas esportivas com as manifestações populares.

O que o enunciado deseja produzir enquanto efeito é que a homogeneidade da torcida pela seleção brasileira de futebol – alcançada por ser a única representante do país nas competições do esporte – reside também na “torcida” política, que teria como única via possível o apoio à ideologia conservadora (representada, aqui, pela classe média branca que compõe a fotografia, em contraposição aos perfis apresentados pelo enunciado publicado pela *Frente Brasil Popular*, em março de 2016). Assim, entre o enunciado produzido em 2016 e este, produzido em 2018, o movimento *Vem pra rua* constrói a ideia de continuidade das manifestações que se iniciam com as *jornadas de junho*, numa cooptação dos símbolos nacionais que espetaculariza a cena política e propõe a uma dada ideologia política não apenas como única saída possível aos problemas do país, mas também como desejo uníssono e inequívoco da população brasileira, e por isto mesmo metonímia de sua identidade.

Ainda em 2018, mas já no decorrer da campanha presidencial, este tensionamento político em torno da bandeira brasileira torna-se ainda mais conflituoso quando, já no segundo turno, Fernando Haddad – candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores – passa a fazer uso do verde e amarelo em seu material de campanha, o que foi recebido com críticas por parte de organizações como o *Vem pra rua* e o *Movimento Brasil Livre*. Este último, em 21 de outubro de 2018, publica o seguinte enunciado em seu perfil:

Figura 7 – *Movimento Brasil Livre 2018*



O enunciado¹⁹ pode ser dividido em duas partes: na parte superior, duas pessoas que carregam a bandeira brasileira são surpreendidas – e aparentemente têm sua integridade física atingida – por uma terceira pessoa que, com uma camisa vermelha, tenta usurpar o artefato de modo violento. O modo de apresentação da bandeira – que não flameja, mas aparece como se fora seu último instante antes de rasgar – é uma metonímia da disputa travada entre forças políticas em torno do símbolo nacional. As condições de produção desse enunciado flagram o momento em que o então candidato a presidente Fernando Haddad (PT), diante deste cenário, assume o retorno do verde e amarelo por parte de sua campanha, numa indicação de que as cores nacionais não são propriedade de grupos isolados. É esta tentativa de reavê-las (e, conseqüentemente, de inserir o discurso progressista também em uma perspectiva daquilo que é tido como patriótico), que é enunciada pelo *Movimento Brasil Livre* como uma extorsão: trata-se, pelo enunciado, de um apoderamento forçado, o que seria confirmado, ainda, pela materialidade linguística nele impressa.

Na parte inferior, um fundo preto torna visível a *hashtag* “#PTNÃO” e a convocação para uma manifestação que aconteceria “em todo o Brasil”. Ao centro do enunciado, afirma-se: “Petistas agora usam verde e amarelo, mas a gente sabe que eles não gostam muito, né?”. Com esta materialidade, têm-se: i) a nomeação dos “petistas” como sendo o grupo adversário à homogeneização (política e identitária) construída discursivamente em torno da bandeira (grupo com quem, àquela altura, Jair Bolsonaro disputava diretamente a presidência e que, até este momento, sequer aparecia nos enunciados); ii) a indicação, com o advérbio de

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/1282006255314053>. Acesso em: 19 maio 2020.

tempo “agora”, de que, anteriormente, este grupo não fazia uso das cores nacionais e, consequentemente, não adotava um discurso nacionalista, fazendo-o “agora” apenas por interesses políticos; iii) e, por fim, a *reativação* daquilo que Bauman (2005, p. 28) entende como sendo a naturalização do “pertencer-por-nascimento”, que “objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’”, aqui materializada com as expressões “a gente” e “eles” (o que exclui os “petistas” da construção de uma identidade nacional: os “petista” são os outros, são a alteridade do discurso homogeneizante promovido pelo *Movimento Brasil Livre*).

O efeito produzido, assim, é de que existe um grupo contrário ao próprio país – na medida em que negligencia suas cores, sua bandeira e seu consonante desejo político –, e do qual é preciso resguardar o Brasil, principalmente pelo fato de que, “agora”, este mesmo grupo tenta, a olhos vistos, como na fotografia, apropriar-se violentamente da bandeira nacional e, portanto, do país.

Não há como se afirmar que essa *apropriação* possibilitou a vitória do candidato de extrema-direita nas eleições de 2018, mas não há como se negar que tal fato contribuiu para sua chegada à presidência do país. O sucesso advindo dessa prática se confirma a partir da repetição dessa estratégia: apropriar-se dos símbolos nacionais para assim sustentar a adesão de todo um país aos seus ideais. Essa prática revela-se por meio do enunciado produzido por Jair Bolsonaro quando da sua posse em janeiro de 2019. Brandindo uma bandeira, o então Presidente afirma: “Esta é a nossa bandeira, que jamais será vermelha, só será vermelha se for do nosso sangue derramado para a manter verde e amarela”²⁰. Esse enunciado era o indicativo de que o discurso do Governo trabalharia na manutenção daqueles já produzidos desde 2013 e insistentemente reiterados durante a campanha eleitoral: o discurso que desloca a bandeira brasileira de seu funcionamento identitário para o seu funcionamento político.

Esse deslocamento se concretiza pela materialidade discursiva da bandeira que, mesmo exercendo esse funcionamento político, não deixa de mobilizar a construção de uma identidade. Noutros termos, nota-se que a bandeira é fixada no campo político por agenciar essa identificação, ou melhor, subjetivação, mobilizando a produção da posição-sujeito do “verdadeiro patriota” nesse cenário político. Fato que aponta uma regularidade discursiva, visto que, no cenário de independência, em 1822, a bandeira e as cores nacionais eram destinadas àqueles que apoiassem o regime político vigente, conforme Decretos analisados.

²⁰ *Posse de Bolsonaro é marcada por mal-estar com jornalistas*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/posse-de-bolsonaro-e-marcada-por-mal-estar-com-jornalistas/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Ao longo de todo o Governo Bolsonaro, houve uma crescente onda nacionalista no país e – como resultado, mas também como fonte – os elementos nacionais passaram a ser fomentados. Registra-se a constante preocupação em ostentar a bandeira e as cores nacionais nas manifestações públicas, nas campanhas políticas, nos perfis de grupos e pessoas políticas nas redes sociais. Além disso, tal preocupação é expressa pela quantidade de projetos de lei que tratam do estandarte apresentados pelos deputados do Congresso Nacional durante esse período.

A título de exemplificação, citamos o projeto de lei (PL n.5082/2019) apresentado pelo deputado Felipe Francischini – na época filiado ao PSL, o mesmo partido do presidente Bolsonaro – em 17 de setembro de 2019, que propõe que a Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, já citada nesta pesquisa, passe a vigorar com um novo trecho que exija a presença permanente de uma bandeira nacional em todas as salas de aula do país. Ademais, o projeto também detalha o juramento que deverá ser feito diante dela: “Perante esta Bandeira, sob proteção de Deus, prometo defender a Nação Brasileira, a democracia, a liberdade, a justiça, a paz, a vida, sob todas as suas formas, o território brasileiro e os recursos naturais.”²¹

Nessa mesma linha nacionalista e de uma consequente valorização da bandeira, pode-se também mencionar o PL n.5796/2019, apresentado pelo deputado Celso Russomanno, em 30 de outubro de 2019, que solicita a criação de um artigo que regule a colocação da mão direita sobre o lado esquerdo do peito durante o hasteamento da bandeira. De acordo com o projeto, justificaria tal medida o fato de ser esse “o gesto adotado por nosso Excelentíssimo Presidente da República, coerente com suas antigas convicções”²². Ainda segundo o projeto, essas antigas convicções foram expressas no Projeto de Lei nº 4.652 de 1998, do então deputado Jair Bolsonaro, que previa essa mesma medida.

Outros tantos projetos buscaram endurecer as punições em torno do ultraje da bandeira, bem como de seu modo de apresentação²³. Além desses, há ainda aqueles que visam normatizar o uso a fim de assegurar uma maior circulação, como o apresentado pela deputada Paula Belmonte, que estabelece a obrigatoriedade da exibição da bandeira em filmes,

²¹ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1807961&filename=PL%205082/2019. Acesso em: 06 jun. 2023.

²² Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1828490&filename=PL%205796/2019. Acesso em: 06 jun. 2023.

²³ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2080606&filename=PL%203331/2021; https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1778645&filename=PL%204074/2019. Acesso em: 06 jun. 2023.

programas de televisão, séries, novelas e outros conteúdos audiovisuais que tenham sido financiados por meio de recursos públicos²⁴.

Longe da intenção de avaliar a relevância de tais medidas, mais ainda da pretensão de averiguar as suas conjunturas para aprovação, destacamos aqui as condições que possibilitam a eclosão desses projetos. A bandeira é fomentada enquanto símbolo nacional não apenas por ganhar as ruas a partir de 2013, mas por deslocar outros tantos elementos sociais que possam atuar em prol da sua manutenção. No caso desses projetos, percebe-se o Poder Legislativo se voltando excessivamente à produção de medidas que possam caracterizá-la enquanto essencial ao povo e à sua nação. Problematisa-se, com isso, que em um país marcado por profundas desigualdades sociais e problemas estruturais, haja um Congresso Nacional empenhado em valorizar um símbolo nacional. É esse culto, essas condições de *conservação* e *memória*, que faz da bandeira algo vital ao processo de subjetivação de sujeitos brasileiros.

No cenário do Governo Bolsonaro, enunciados que visam uma ritualização do uso, da circulação e do domínio desse símbolo nacional promovem não apenas o seu fortalecimento como sinal da unificação de um povo, mas sim a legitimação de práticas daqueles que dela se apropriam. Portanto, aponta-se condições semelhantes àquelas vistas nos períodos de ditadura.

A bandeira exerce poder por ser constituída de saberes. Logo, na medida em que a bandeira é *apropriada* por esse grupo conservador para assim legitimar o seu discurso de luta pelo bem da nação, passa a constituir saberes graças a essa *apropriação*. Faz isso por meio da adoção de novas medidas administrativas e disciplinares, mas também a partir da retomada de enunciados que compõem a sua rede enunciativa, como o trecho “proteção de Deus” e “a vida, sob todas as suas formas”.

Ao mesmo tempo, percebe-se a atuação mais veemente dos partidos que, diante de um “sequestro” articulado e construído desde 2013, restaram a sós com as cores de seus partidos, à margem daquelas nacionalistas. Um exemplo dessa retomada e desse desejo de reapropriação do discurso nacionalista é a campanha – lançada em julho de 2020 – intitulada “Devolvam nossa bandeira”²⁵, em cujo vídeo – que foi amplamente divulgado pela cena política progressista –, acompanhado de imagens de manifestações em verde e amarelo,

²⁴ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1888261&filename=PL%202312/2020. Acesso em: 06 jun. 2023.

²⁵ *VÍDEO: Campanha manda que bolsonaristas “devolvam a nossa bandeira”*. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/video-campanha-manda-que-bolsonaristas-devolvam-a-nossa-bandeira/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ouve-se: “E de repente roubaram as nossas cores, os nossos símbolos, a nossa bandeira. O que era marca de glórias e orgulho, virou a imagem do autoritarismo, da intolerância, do desrespeito, da mentira, da grosseria”. Por um lado, o vídeo retoma a espessura histórica das cores nacionais, instituídas para marcar a glória e o orgulho da nação – “a perpetuidade e integridade da pátria”, conforme Decreto de 1889 (BRASIL, 1889). Por outro, discursiviza o grupo político a quem se dirige, caracterizado pelo “autoritarismo”, pela “intolerância”, pelo “desrespeito”, pela “mentira” e pela “grosseria”. Mais à frente, ouve-se: “Queremos de volta o que é nosso, queremos voltar a vestir o verde e amarelo para representar a verdadeira bandeira brasileira: a bandeira da paz, da saúde, da vida, a bandeira da democracia”. Aqui, ao tempo em que se exige um recuo no roubo dos símbolos nacionais, sinaliza-se a descrição que discursiviza o próprio grupo responsável pela campanha, que se demonstra responsável pela promoção da “paz”, da “saúde”, da “vida”, da “democracia”. Seria essa, segundo o vídeo, a “verdadeira bandeira” brasileira.

Oportuno retomar aqui o entendimento de que onde há poder, há formas de resistência (FOUCAULT, 1979). Porém, é preciso compreender essa resistência como uma força que também produz novas práticas, isto é, uma resistência que também induz, molda e que, dessa maneira, nada mais é do que uma forma de poder. Apresenta-se isso para problematizar o modo como, ao objetivar retomar a “verdadeira bandeira brasileira”, esse grupo político também trabalha em prol da manutenção de uma identidade coletiva, uma identidade que logo produzirá subjetividade.

Essa disputa pela bandeira passa a revelar todo o poder exercido por esses elementos identitários, uma vez que se procura, até mesmo quando se expõe uma busca em constituir a neutralidade desses símbolos, viabilizar a sua atuação enquanto parte de um dispositivo que produz subjetividade. Examina-se tais condições por meio de postagem realizada no dia 08 de setembro de 2021 na página do Facebook do *Vem pra Rua*:

Figura 8 – *Vem pra Rua 2021*²⁶

²⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/vempraru.net/photos/pb.100044552611254.-2207520000./2235829899931679/?type=3>. Acesso em: 10 maio 2023.



Como visto anteriormente, o movimento *Vem pra Rua* foi um dos responsáveis pela formação das manifestações das *Jornadas de junho* e, principalmente, pela *reativação* da bandeira no meio político. Em 2021, ano da postagem, esse grupo passou a fazer oposição ao Governo Bolsonaro – mesmo tendo-o apoiado durante a campanha eleitoral –, muito em decorrência, segundo as postagens da página, da atuação do presidente durante a pandemia pela Covid-19. Esse rompimento com o Governo aponta para as formas de *dizibilidade* do enunciado acima, pois é nessas condições que se discute a quem pertence a bandeira brasileira.

Apesar de ter utilizado sistematicamente a bandeira e as cores nacionais ao longo de todos esses anos que marca a ascensão do movimento conservador no Brasil, o *Vem pra Rua*, por meio do enunciado, tenta combater a *apropriação* da bandeira por grupos específicos. Faz isso não por querer distanciar tais símbolos do campo político, mas como forma de deslegitimar o discurso daqueles que os *reativam* para exercer poder.

A postagem é composta por três construções linguísticas, estando cada uma expressa sob uma imagem própria. Na primeira, há a sentença “a nossa bandeira jamais será vermelha” sobreposta a uma bandeira que, ao invés da cor verde, é composta pela cor vermelha. Essa frase é, como visto anteriormente, a mesma pronunciada pelo presidente Bolsonaro na sua posse, sendo ela uma afirmação que recorrentemente emerge a fim de deslegitimar os partidos

e os ideais progressistas, como feito na campanha de 2018. Contudo, Foucault (2009) deixa claro que não se pode registrar a repetição de um enunciado, pois o encontramos para além de uma estrutura linguística. Apesar de apresentar a mesma estrutura verbal, o seu aparecimento deve ser visto como singular, uma vez que as condições enunciativas são diferentes. Por isso, o enunciado que retoma um saber no qual o vermelho é sinal de perigo, justamente por ser associado aos movimentos revolucionários, eclode sempre como algo singular diante das novas condições existentes.

Na segunda imagem, tem-se a bandeira em suas cores originais, mas agora sob um fundo camuflado, estampa tipicamente militar. A frase “e também jamais será daqueles que pedem intervenção militar” demonstra mais uma tentativa de barrar a *apropriação* desse símbolo. Trata-se de uma referência às manifestações realizadas no dia 07 de setembro, véspera da postagem, nas quais apoiadores de Bolsonaro, majoritariamente vestidos com as cores nacionais, apresentaram pautas antidemocráticas, como pedidos de intervenção militar, ameaças ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional²⁷.

O *Vem pra Rua* passa então a enunciar a partir da posição-sujeito que reivindica o uso da bandeira e das cores nacionais mediante a sua espessura identitária, aquela que perpetua exclusivamente a identidade nacional e, consequentemente, que interliga diferentes sujeitos. Algo diferente daquilo que ocorreu em anos anteriores, no qual se invocou o uso desses elementos nos atos por ele organizados. A sentença “a bandeira brasileira do Brasil é de todos os brasileiros”, posta sob a sua forma original, só consegue emergir dadas as formas de *dizibilidade* do momento: questiona-se a quem verdadeiramente pertence a bandeira brasileira e, assim, faz-se urgente reafirmá-la como pertencente a todos. Muito embora haja uma contradição diante da colocação do pronome “todos”, pois nas sentenças anteriores ela é negada a grupos que visam utilizá-la.

O trecho final da imagem expõe a data 12 de setembro, seguida da frase “fora Bolsonaro”, convocando assim a população a participar da manifestação contrária ao presidente. Chama nossa atenção, nesse trecho, as cores utilizadas nas letras: abandona-se o verde e amarelo e adota-se o branco. Característica diferente das postagens anteriormente analisadas, nas quais as cores nacionais eram predominantemente usadas e invocadas. Registra-se, com isso, que embora o perfil busque combater uma *apropriação* da bandeira e

²⁷ *Manifestantes fazem atos a favor de Bolsonaro no 7 de Setembro*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/manifestantes-fazem-atos-a-favor-de-bolsonaro-no-7-de-setembro.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2023.

das cores nacionais, faz isso adotando outras cores, uma vez que, nesse cenário, as cores do Brasil remetem aos grupos adeptos ao Governo.

Toda essa discussão em torno da bandeira nacional é ainda mais intensificada no ano de 2022, diante das novas eleições presidenciais. Enquanto Bolsonaro, bem como os diferentes grupos conservadores que o apoiavam, continuou a utilizar os elementos nacionais, o campo progressista tentava impossibilitar essa *apropriação*. Frente a tais circunstâncias, Bolsonaro faz, no dia 15 de julho de 2022, a seguinte publicação em sua página no Facebook²⁸:

Figura 9 – *Publicação Bolsonaro*



A imagem é acompanhada da seguinte legenda:

Nossa linda bandeira verde e amarela, que representa, acima de tudo, a soberania e os valores de nosso povo, não foi tomada por "um lado", ela foi RESGATADA. Nós lutamos durante todos esses anos para reviver o amor pelo Brasil, enquanto o "outro lado" seguia destruindo-o.

²⁸ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=618067853003973&set=pb.100044022914395.-2207520000.&type=3>. 06 jun. 2023.

Ao verificarmos a data da postagem e os acontecimentos do momento, pode-se afirmar que ela sinaliza uma comemoração do presidente quanto à decisão judicial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul que declarou, por entendimento dos seus magistrados, que os símbolos nacionais não têm conotação governamental, ideológica ou partidária²⁹.

Diante dessa afirmativa, o presidente publica uma montagem de duas fotografias, sendo cada uma destas referentes a momentos ocorridos em anos anteriores. A primeira é o registro do ato do dia 15 de março de 2020 em uma manifestação de apoiadores do Governo em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília³⁰. Na imagem, o presidente aparece erguendo uma grande bandeira do Brasil e vestindo uma camisa da seleção brasileira. Os traços faciais captados na imagem visam formar o entendimento de um homem entregue, que mobiliza todas as suas forças para erguer o símbolo nacional. Junta-se a isso a evidência dada à bandeira, que aparece, nessas circunstâncias, tremulando, dando a entender que se encontra valorizada e respeitada.

Abaixo, está a imagem de um grupo queimando a bandeira. Não há, neste recorte publicado por Bolsonaro, uma identificação do grupo que realiza tal ato. Contudo, verifica-se, ao fundo da imagem, bandeiras vermelhas e o nome “LULA” em parte do cartaz sustentado por um dos manifestantes. Como visto nesta pesquisa, a cor vermelha é atribuída como representação dos “inimigos da nação”, daqueles que não valorizam os ideais benéficos ao país. Mais precisamente neste caso, em um contexto de pré-campanha eleitoral, o recorte feito pela imagem expõe uma clara iniciativa de atribuir o ato capturado aos apoiadores do, então, pré-candidato à presidência, Lula.

Todavia, a imagem foi feita em 2016 durante uma greve de servidores públicos do Rio de Janeiro. Na ocasião, os manifestantes, ao reivindicarem suas pautas, se mostravam contrários a Lula e ao PT. A placa de papelão diz, na verdade: “Fora Pezao! Vá com Paes e leve o Lula Dilma vez!”³¹

Toda a ilusão criada por Bolsonaro é confirmada pela legenda que acompanha a postagem. Nela, o presidente atesta que, diferentemente do “outro lado”, no seu lado a

²⁹ Decisão ágil do TRE-RS sobre uso da bandeira em propaganda eleitoral. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/tre-rs-decide-rapidamente-sobre-uso-da-bandeira-em-propaganda-eleitoral>. Acesso em: 01 abr. 2023.

³⁰ Bolsonaro participa de manifestação de apoiadores em Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-03/bolsonaro-participa-de-manifestacao-de-simpatizantes-em-brasilia>. Acesso em: 12 abr. 2023.

³¹ O truque de Bolsonaro ao dizer que o “outro lado” queima bandeira do Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/columa/maquiavel/o-truque-de-bolsonaro-ao-dizer-que-outro-lado-queima-bandeira-do-brasil>. Acesso em: 12 abr. 2023.

bandeira é verde e amarela; é linda; representa a soberania e os valores do povo; e não foi tomada por ele, mas resgatada. Por mais que a bandeira, após a sua *reativação* desde as *jornadas de junho*, seja *apropriada* por grupos conservadores e posteriormente por Bolsonaro, é indispensável que seja sustentado o discurso de que ela representa toda uma nação, os seus valores e, assim, todo o seu povo.

A bandeira e as cores nacionais produzem subjetividade não por serem um elemento essencialmente político. Pelo contrário, a subjetivação decorrente do seu uso no meio político é resultado da sua atuação enquanto elemento do dispositivo identitário. É por mobilizar a construção da posição-sujeito de “patriotas brasileiros” que a bandeira é *reativada* por esse grupo, a fim de se apropriar do poder por ela exercido. Bolsonaro quer mostrar não a sua *apropriação* da bandeira, mas a forma como a valoriza, pois é daí que decorre a captação de sujeitos brasileiros que, mobilizados por essa identidade, tornam-se seguidores deste grupo político.

Durante a campanha eleitoral de 2022, a problematização do domínio da bandeira nacional se intensifica em ambos os lados: com Bolsonaro, ao sustentar que existe um grupo contrário ao bem do país pelo fato de ele historicamente negligenciar as cores nacionais; com Lula, ao construir meios para *reativar* a presença dos elementos nacionais em seus atos de campanha. Sobre este último, destacamos aqui o guia eleitoral dos candidatos do PT no dia 07 de setembro de 2022, no qual há expressiva problematização sobre a posse da bandeira e das cores do Brasil. Por conta da data – importante reforçar que feriados nacionais, como o da independência, também funcionam enquanto elementos do dispositivo identitário –, registra-se uma edição com forte apelo nacionalista. Durante a exibição de imagens de diferentes indivíduos segurando a bandeira nacional, há a exposição da seguinte redação:

A nossa bandeira é nossa pátria, Pátria amada. Não é de quem propaga ódio e quer armar o povo, nem de racistas, preconceituosos. O “verde e amarelo” pertence a todas as cores deste país. É das mães e pais que trabalham em busca do mesmo sonho: dar uma vida melhor às famílias. É das filhas e filhos que são o futuro do Brasil. A nossa bandeira é pátria, mãe gentil. Ela é minha, é sua. Ela é a esperança. E vai voltar a tremular no alto, no mundo, enchendo de orgulho o seu único dono: o povo brasileiro.³²

Percebe-se, mais uma vez, a discussão sobre o domínio do estandarte e das cores nacionais. Nega-se o uso desse símbolo aos racistas, preconceituosos e àqueles que propagam o ódio, na medida em que o destina ao “seu único dono: o povo brasileiro”. Esse “povo” não é

³² Programa do guia eleitoral do candidato Lula no dia 07 de setembro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s2PtB1nsQ4M&ab_channel=Lula. Acesso em: 01 abr. 2023.

estrategicamente especificado, uma vez que tal resgate do símbolo nacional visa promover um sentimento de coletividade, de pertença; um sentimento capaz de promover a adesão de diferentes sujeitos por meio de uma identificação nacional.

Após sua idealização no Império, sua *reativação* no período republicano e seu fomento nos momentos autoritários, ainda nos dias presentes é possível verificar a capacidade da bandeira nacional em funcionar em prol da manutenção da identidade nacional e, logo, dos sujeitos brasileiros. Embora tenham sido majoritariamente problematizados por grupos conservadores e autoritários ao longo da história brasileira, esses elementos nacionais, a bandeira e as cores nacionais, também podem, como demonstrado nesta última análise, atuar como parte do dispositivo a partir da *apropriação* de grupos progressistas.

A partir das análises desenvolvidas nesta pesquisa, pode-se atestar como esses elementos continuam atuando como parte do dispositivo identitário apesar dos seus constantes deslocamentos, dado que diante desses há sempre a constituição de saberes e o exercício de poderes que asseguram a bandeira e as cores nacionais como símbolos do Brasil. Como exemplo, destaca-se a primeira postagem feita no Instagram oficial de Lula em 30 de outubro de 2022, ao ser eleito, pela terceira vez, presidente do Brasil.

Figura 6 - *Democracia*³³



³³ Postagem feita no Instagram oficial de Lula em 30 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CkWy_cmO4p2/?img_index=1. Acesso em: 01 de abr. 2023.

A imagem da mão do presidente diante da bandeira nacional, seguida da legenda “Viva a democracia, viva o Brasil”, materializam o sentimento de retomada do domínio desse símbolo nacional. Antes negada ao PT, como visto nos enunciados analisados, a bandeira agora funciona como imagem para anunciar a chegada de Lula, pela terceira vez, à presidência do Brasil. A bandeira, nessas condições, visa anunciar a esperança de voltar a ser um elemento de toda a nação brasileira.

Ademais, é por todos os discursos constituídos em torno da bandeira, por todo o saber construído por meio de normas, medidas administrativas e disciplinares, apropriações e disputas que ela consegue funcionar como peça ideal para propagar a eleição do novo líder do Poder Executivo. Após mais de 200 anos de independência brasileira, a bandeira segue a fazer parte das estratégias de anúncio de uma nova realidade política nacional e, dessa forma, segue atuando como parte de um dispositivo de poder que, acima de tudo, produz uma identidade nacional e subjetiva seus sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a demonstração e o entendimento de alguns dos conceitos foucaultianos, bem como daquilo que se entende por análise arqueogenealógica dos acontecimentos discursivos, pode-se apresentar um percurso histórico da formação do Brasil enquanto nação por meio da compreensão de nossa formação identitária nacional. Embora esse não tenha sido um dos objetivos desta pesquisa, tornou-se um dos resultados das análises que, ao apontarem para a utilização da bandeira e das cores nacionais, possibilitaram visualizar os elementos que funcionam de modo a viabilizar o discurso que funda uma nação: a identidade nacional.

A identidade nacional é, portanto, esse discurso indispensável aos Estados na modernidade, pois é através dela que as nações emergem e, conseqüentemente, o mundo globalizado se organiza. Os Estudos Culturais, através das teorias apresentadas, propiciaram os caminhos pelos quais se poderia identificar as teias de saber e de poder, conforme objetivado pelos Estudos Discursivos Foucaultianos. As nações da pós-modernidade estão fixadas nessas teias, que constantemente se atualizam e se reorganizam a fim de combater qualquer fragmentação que possa abalar a “comunidade imaginada”.

Diante dessa percepção, pode-se compreender fenômenos como o nacionalismo e o patriotismo. Após distingui-los, notou-se como aquele consegue um maior número de adeptos em detrimento dos valores defendidos por este. O nacionalismo interessa ao mundo pós-moderno por ser capaz de impulsionar a fixação de marcadores identitários, ou seja, por ser capaz de mobilizar a homogeneização necessária ao estabelecimento de uma identidade nacional. Muitas das vezes, tais marcadores são usados para promover a barbárie, para justificar a violência sofrida por grupos minorizados. Logo, este trabalho consegue, ao detalhar o entendimento desses fenômenos, alertar sobre os efeitos advindos de tal radicalismo.

Foi preciso olhar para aquilo que é apresentado como pronto, natural e dado para assim revelar o funcionamento de uma engrenagem complexa, mas extremamente eficiente, que não apenas atesta a não naturalidade dos discursos nacionais, como também nos coloca diante da percepção daquilo que Foucault (1979) apresentou como sendo um dispositivo de saber e de poder. Os dispositivos não foram dados na obra foucaultiana, isto é, não houve uma lista daqueles que se poderia encontrar em sociedade. Eles são descobertos mediante o exame da produção de sujeitos. Logo, esta pesquisa proporcionou a detecção de um desses: o dispositivo identitário nacional.

Esta pesquisa, portanto, definiu como dispositivo identitário nacional um conjunto de elementos heterogêneos que, de forma estratégica, ligam-se a fim de produzirem uma homogeneização nacional por meio da sustentação de uma identidade. Ao fixar essa identidade, tal dispositivo produz sujeitos através desse compartilhamento de algo comum a todos eles. Diante de uma complexidade de diferenças, geradas por todos os saberes e poderes que perpassam os indivíduos, há o estabelecimento de uma ligação que se inscreve em cada um desses sujeitos.

Percebeu-se a atuação de alguns dos elementos desse dispositivo identitário: discursos, normas administrativas, costumes, Estado, símbolos, práticas disciplinares, língua, discursos jornalísticos e midiáticos, esportes, dentre tantos outros. Ao constata-los, concebe-se também o entendimento de que não há uma atuação isolada desses elementos, pois todos estão fixados a uma rede na qual a atuação de um promove, automaticamente, a atuação de tantos outros.

No caso do Brasil, examinou-se um dispositivo identitário funcionando ainda mais eficientemente a fim de apagar as inúmeras desigualdades raciais, étnicas e sociais do país. Até mesmo a face mais violenta e preconceituosa do brasileiro esconde-se diante da outra face carismática, mística e inclusiva, produto desse dispositivo. Isso explica, em grande parte, aquilo que se entende por brasilidade, por nosso jeitinho brasileiro e por aquilo que se habituou a falar sobre esta nação.

Este trabalho debruçou-se sobre a atuação desse dispositivo por meio do exame de um dos seus mais originários elementos: a bandeira e as cores nacionais. Compreendeu-se, através de uma análise arqueogenealógica, a forma como esses símbolos puderam construir saberes para tão logo exercerem poder diante da emergência de se produzir sujeitos brasileiros. Saberes que se formam diante daquilo que pode ser dito, ou seja, diante dos discursos que, obedecendo a uma ordem discursiva, puderam emergir (FOUCAULT, 1996).

Diante disso, a partir das ferramentas dadas por Foucault (2008), desenvolveu-se uma análise na qual se pôde avaliar não apenas os efeitos provocados pelo uso desses símbolos, mas também as regras que regem a maneira como aparecem, se transformam e se relacionam com outros discursos na dispersão do tempo. Com isso, apresentou-se um exame do arquivo que determina a existência da bandeira e das cores nacionais enquanto símbolos brasileiros.

Como resultado desse exame, determinamos as formas e os limites de *dizibilidade*, *conservação*, *memória*, *reativação* e *apropriação* desses elementos identitários ao longo da história brasileira. Ao fazer isso, pôde-se perceber o processo de subjetivação decorrente do

poder exercido por esses saberes, saberes constituídos pelos discursos materializados diante da circulação desses símbolos.

Verificou-se como a bandeira e as cores nacionais eclodem em completo paralelo à consolidação de uma ideia de nação. Diante da independência política, vimos um Império disposto a institucionalizar símbolos para assim sinalizar a concretização de tal mudança. Além dessa institucionalização, houve também a necessidade de marcar a quem estaria reservado o uso desses símbolos, visto que os Decretos analisados apontavam que o verde e o amarelo estariam destinados ao domínio daqueles que aceitassem o novo regime político. Dessa forma, ainda no seu “nascimento”, os elementos nacionais expuseram a contradição que, como visto, se estenderia até os dias atuais: ser de todos, mesmo que destinados apenas a alguns.

Mesmo retomando as tradições portuguesas, os símbolos devem ser tomados como novos, pois as circunstâncias nas quais se inscrevem são totalmente diferentes das outras em que o verde e o amarelo funcionaram como representação de um povo. Contudo, diante de uma nova nação que exprime em seus símbolos as cores advindas de seus colonizadores e exploradores, expõe-se a realidade de um Brasil que se forma a partir daquilo que lhe foi permitido ser. Ademais, nota-se como o dispositivo identitário age de forma a distanciar tal realidade, ao atualizar, ao longo da história, as significações sustentadas por esses símbolos.

Durante o período republicano, o Estado, embora diante de uma promessa de rompimento radical com os princípios monárquicos, exprime por meio da bandeira e das cores nacionais uma retomada e valorização do passado. Atesta-se um poder que se exerce ao propagar um saber no qual o passado compartilhado é a promessa de um futuro harmonioso e próspero. É nessas condições que o dispositivo identitário continua a promover, por meio da atuação estratégica desses elementos, uma identificação coletiva.

Para continuar a funcionar dessa maneira, a bandeira é fortemente ritualizada durante os períodos ditatoriais da história do país. Foi preciso “ofertá-la” a todos, por meio de uma popularização excessivamente agenciada por outros elementos do dispositivo identitário – normas disciplinares, futebol, mídia, Governo, dentre outros –, para assim melhor subjetivar indivíduos. Se a bandeira continua a ser um ícone digno de reverência e saudosismo em meio à comunidade brasileira, isso se deve, como visto, a esses períodos nos quais se buscou fomentá-la.

Fomento que revela, como explicado por Foucault (1979), aquilo que o poder tem de mais característico: a capacidade de induzir saberes, práticas, medidas e discursos de forma recompensadora. Nenhum brasileiro passou a venerar tal símbolo simplesmente por nos ter

sido algo imposto, mas por ser um caminho que nos interliga a tantos outros indivíduos que, nessas circunstâncias, são apresentados como nossos semelhantes. É recompensador, portanto, deixar-se moldar por um poder que nos subjetiva à posição-sujeito que nos interliga a outros.

Por tudo isso, conseguimos problematizar o contexto mais recente da história deste país, mais precisamente aquele iniciado nas *jornadas de junho* de 2013. Em um campo de acirramento político e de um imediatismo advindo das redes sociais, esta pesquisa pôde evidenciar as condições dadas para a emergência de meios utilizados desde 1822: a bandeira e as cores nacionais. Lá como cá, condições de *dizibilidade* autorizam sua eclosão enquanto acontecimento singular; lá como cá, há formas de *conservação* e *memória* que fazem desses símbolos meios válidos para interligar passado e futuro; lá como cá, insere-se tais elementos na realidade social por meio de sua constante *reativação* e *apropriação*.

Verificou-se como a ascensão de grupos conservadores e o do próprio ex-presidente Bolsonaro ancorou-se na *reativação* e na *apropriação* da bandeira e das cores nacionais. Essa foi a tática encontrada para mobilizar todos aqueles que, adversos aos tradicionais partidos políticos e grupos identitários, puderam se subjetivar diante a sua identificação nacional. A bandeira evoca, graças a todos os meios analisados nesta pesquisa, uma ideia de país, e não interesses pessoais ou de grupos bem demarcados – embora assim fosse. Justamente por esse motivo, ela tenta ser resgatada por aqueles que dela pouco se apropriaram ao longo da história política brasileira.

Diante dessa disputa, coube a esta pesquisa expor, acima de tudo, a atuação da bandeira nacional enquanto elemento do dispositivo identitário brasileiro e, consequentemente, a sua capacidade de produzir sujeitos brasileiros. Todas as regularidades examinadas apontam não para uma dissolução desses elementos, mas sim para seu fortalecimento.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

AMÉRICO, Pedro. O Fato. In: OLIVEIRA, Cecília; MATTOS, Claudia. (Org). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi; Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BARONAS, Roberto Laiser. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder e subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p.45-62.

BRASIL. Carta de Lei de 13 de Maio de 1816. Dá armas ao Reino do Brazil e incorpora em um só Escudo Real as Armas de Portugal Brazil e Algarves. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-39478-13-maio-1816-569762-publicacaooriginal-92979-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20armas%20ao%20Reino%20do,de%20Portugal%20Brazil%20e%20Algarves>. Acesso em 23 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto de 18 de setembro de 1822** (1822a). Concede amnistia geral para as passadas opiniões políticas; ordena o distintivo - Independencia ou Morte - e a sahida dos dissidentes. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38976-18-setembro-1822-568350-publicacaooriginal-91707-pe.html. Acesso em 23 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto de 18 de setembro de 1822** (1822b). Determina o tope nacional Braziliense, e a legenda dos patriotas do Brazil. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38977-18-setembro-1822-568352-publicacaooriginal-91708-pe.html. Acesso em 21 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto de 18 de setembro de 1822** (1822c). Dá ao Brazil um escudo de armas. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38978-18-setembro-1822-568354-publicacaooriginal-91709-pe.html. Acesso em 21 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto de 01 de dezembro de 1822** (1822d). Manda substituir pela Coroa Imperial a Corôa Real que se acha sobreposta, no escudo das Armas. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39047-1-dezembro-1822-568558-publicacaooriginal-91913-pe.html. Acesso em 23 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889. Estabelece os distintivos da bandeira e das armas nacionaes, e dos sellos e sinetes da Republica. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 1, 19 nov. 1889. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d0004.htm. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm#:~:text=Constitui%C3%A7%C3%A3o34&text=Art%201%C2%BA%20%2D%20A%20Na%C3%A7%C3%A3o%20brasileira,15%20de%20novembro%20de%201889. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Brasília, DF. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.545 de 04 de setembro de 1942. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 04 set. 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4545impresao.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.700, de 01 de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 01 set. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15700.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Quem canta o Estado-nação?** Língua política, pertencimento. Trad. Vanderlei J. Zacchi, Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

COIMBRA, Raimundo Olavo. **A bandeira do Brasil**: raízes histórico-culturais. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio. Notas em torno do significado do futebol brasileiro. **Revista USP**, Dossiê Futebol, São Paulo. V. 22, p. 10-19, 1994.

DAMATTA, Roberto. **Você sabe com quem está falando?**: estudos sobre o autoritarismo brasileiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega/Passagens, 1996, p. 83-96.

DOYLE, Don. H.; PAMPLONA, Marco. (Org.) **Nacionalismo no novo mundo**: a formação dos Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo do signo, 1945-1966. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Unesp, 2018a.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Unesp, 2018b.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma Trajetória Filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-249.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. de Lura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O poder Psiquiátrico**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber/Michel Foucault**. Coleção Ditos & Escritos IV. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Coleção ditos e escritos VI. Organização de Manoel Barros da Motta. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 1-25.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1). 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos & duelos. São Paulo: Claraluz, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **Revista Moara**, n. 43, jan-jun, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2633>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GUEDES, Simoni Lahud; SILVA, Edison Márcio de Almeida da. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. **Cuadernos de Aletheia**, Buenos Aires, n. 3, p. 73-89, 2019. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9691/pr.9691.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

MENDES, Renato Salgado. **Patriotismo e legitimidade democrática: A complementaridade entre razão e emoções políticas**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Revista Moara**, n. 57, v. 1, ago-dez, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682>. Acesso em 11 nov. 2022.

ORWELL, George. **Notas sobre o nacionalismo**. Trad. Aluizio Couto. Crítica na Rede, 2015 [online]. Disponível em: <https://criticanarede.com/nacionalismo.html>. Acesso em: 26 jul. 2022.

PINK, Edmund. **São Paulo de Edmund Pink**. São Paulo: DBA, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 119-153, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00119.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? Trad. Samuel Titan Junior. **Plural: Revista de Ciências Sociais (USP)**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 154-175, 1997.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SMITH, Anthony D. **Ethno-symbolism and nationalism**: A cultural approach. Routledge, 2009.

VIROLI, Maurizio. **Per amore della patria**: patriottismo e nazionalismo nella storia. 2020,

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.